

SILVIA SILVA

**Com a palavra, o intérprete - uma abordagem discursiva sobre a
prática da interpretação simultânea no Brasil**

**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ
POUSO ALEGRE**

2008

SILVIA SILVA

**Com a palavra, o intérprete - uma abordagem discursiva sobre a
prática da interpretação simultânea no Brasil**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Lingüística - Linguagem e Sociedade, da Universidade do vale do Sapucaí – UNIVAS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Área de concentração: Análise de discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Telma Domingues da Silva

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

POUSO ALEGRE

2008

Silva, Silvia.

Com a palavra, o intérprete – Uma abordagem discursiva sobre a prática da interpretação simultânea no Brasil. Silvia Silva. - Pouso Alegre: Univás, 2008. f.139. il.

Orientador: Telma Domingues da Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Sapucaí,
Curso de Mestrado em Lingüística - Linguagem e Sociedade.

1. Interpretação Simultânea. 2. Análise de Discurso. 3. História da Interpretação. 4. Tradução. 5. Relação entre línguas. 6. Comunicação. 7. Lingüística I. Telma Domingues da Silva. II. Universidade do Vale do Sapucaí. III. Título.

Banca Examinadora:

Pra. Dra. Telma Domingues da Silva (Orientadora) (UNIVAS)

Pra. Dra. Carmem Zink Bolognini (UNICAMP)

Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini (UNIVAS)

Pouso Alegre, 25 de setembro de 2008.

Com carinho, dedico este trabalho:

Ao *meu marido*, que desde sempre foi o meu maior incentivador, me apoiando e apostando que esse momento seria, a mim, possível.

A ele, que sempre viu no conhecimento a coisa mais importante para o ser humano.

À *minha mãe*, que tem sede de aprender, e se esforçava para compreender todas as explicações que eu nem tinha certeza que estavam certas.

À confiança, em mim depositada, nas suas poéticas, e inesquecíveis, palavras “*o poder infinito que existe dentro de você, não se explica, usa-se*”, me enchendo de energia positiva para prosseguir nesse projeto.

Amo muito vocês, minhas vidas.

Gostaria de agradecer:

Do fundo do meu coração, à minha orientadora, *Profa. Dra. Telma Domingues da Silva*, por ter ouvido com atenção a idéia inicial desse projeto e vislumbrado nessa idéia algo que se tornaria uma abordagem rica, inovadora, e interessante.

A você, Telma, agradeço pela dedicação, pela colaboração inestimável e pelo convívio, que se tornou, para mim, um prazer e com o sentimento de que a cada momento de evolução, havia ali, também, uma colega-parceira nas idéias e meu amadurecimento intelectual em particular. Gostaria também de parabenizá-la por assumir uma orientação de um tema ainda pouco explorado no meio acadêmico, logo na sua primeira orientação. Espero que esse exercício traga muito sucesso nas suas próximas orientações, e não podia deixar de manifestar o orgulho que fica em ter sido sua primeira orientanda.

Ao *Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini* pelas primeiras aulas de Análise de Discurso da minha vida.

A você, Lauro, atribuo o meu atual interesse pela Análise de Discurso, certamente reflexo das profundas discussões filosóficas, que nas suas palavras, se tornavam um prazer ouvi-las, além estar em contato com um “sujeito” que tinha tantas coisas novas e interessantes a dizer.

Ao *Prof. Dr. Ronaldo Martins*, pela colaboração nos apontamentos absolutamente significativos para aquele projeto que se transformou nessa dissertação.

À contribuição das professoras consultadas durante o desenvolvimento dessa pesquisa *Maria Onice Payer* e *Mirian dos Santos*, que, mesmo atarefadas, colocaram-se à disposição para esclarecer nossas dúvidas, obrigado.

Igualmente agradeço às professoras *Deusa Maria S. P. Passos* e *Maria Tereza Celada*, que trabalham nessa mesma área, as importantes sugestões de leitura.

Aos professores *Telma*, *Miriam*, *Lauro*, *Ronaldo*, agradeço pelas aulas e gostaria de dizer que cada um de vocês deixou, em mim, ensinamentos que farão parte desse novo “sujeito-eu”, muitíssimo obrigado.

Aos meus amigos que participaram desse processo me apoiando, me ouvindo, os passeios que deixamos de fazer está aqui, em especial: Li, Má Simoes e Su.

À minha família que se solidarizava em me ver envolvida até o pescoço, com os livros, computador, telefone, internet, apostilas, amo vocês: Ni, Kri, Bubu, Tio João, Tia Conceição.

Por último, mas não menos importante, o meu especial agradecimento a todos os intérpretes profissionais participantes do questionário *corpus* dessa dissertação, e afirmar que esse trabalho não seria possível sem suas participações.

Muito Obrigada.

ASSIM COMO

*Assim como falham as palavras quando querem exprimir qualquer pensamento,
Assim falham os pensamentos quando querem exprimir qualquer realidade,*

Mas, como a realidade pensada não é a dita mas a pensada.

*Assim a mesma dita realidade existe, não o ser pensada.
Assim tudo o que existe, simplesmente existe.*

*O resto é uma espécie de sono que temos, infância da doença.
Uma velhice que nos acompanha desde a infância da doença.*

Alberto Caiero
(Heterônimo de Fernando Pessoa)

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma reflexão sobre a interpretação simultânea a partir da perspectiva discursiva da Análise de Discurso de M. Pêcheux, na França, e Orlandi, no Brasil. Nesse sentido, o objetivo dessa abordagem é o de compreender o discurso sobre essa prática discursiva em que a *função-intérprete* faz com que a posição do *sujeito-intérprete* oscile entre uma posição *intérprete-tradutor* e uma *posição intérprete-diplomata*.

A análise demonstra que na posição *intérprete-tradutor* os intérpretes falam afetados pela *formação discursiva da autoria*, e seu discurso é de que ele deve manter-se fiel às palavras do autor-orador, deve manter a “fidelidade”, portanto, a um “texto original”. Quando na posição *intérprete-diplomata* os intérpretes falam afetados pela *formação discursiva das relações internacionais*, e seu discurso sinaliza um sentido de “entendimento entre os homens”, em que o intérprete se coloca como responsável por afastar a possibilidade de qualquer incompreensão e constrangimento das partes envolvidas, atribuindo para si uma responsabilidade perante o público.

Nesse sentido consideraram-se as *funções enunciativas* de um sujeito-falante, para analisar as falas dos intérpretes como uma função enunciativa específica dessa prática definida como *função-intérprete*, pois tem um lugar no contexto das relações entre línguas.

Assim, funcionaria para o intérprete uma série de *formações imaginárias*, Pêcheux (1969), em que os mecanismos de antecipação entre os protagonistas do discurso constituem e designam os lugares que A e B ocupam no discurso em relação a si e ao outro constituindo o discurso sobre essa prática.

Apontamentos sobre *cena enunciativa* da interpretação, conceito de Guimarães (2002), foram possíveis a partir da distribuição dos papéis, a saber, o orador, o público e o intérprete, e as projeções do imaginário do intérprete como uma “deontologia” de *dever* e de *poder* agindo para este profissional. Pode-se perceber que o submetimento às leis (ética) é que demonstra o que ele pode e deve fazer.

Nesse contexto, fica apresentado aos profissionais, e interessados pelo tema, uma ampla visão da formação ideológica em que esse profissional está inscrito e quais os efeitos dessa inscrição em seu discurso. Tais reflexões possibilitarão aos intérpretes uma compreensão diversa de sua prática, indicando as evidências que o determinam, tais como: tradutor automático, onipotente, dever ser um canal limpo de comunicação, etc.

Como complementação a essa pesquisa, aspectos históricos, pertinente ao surgimento interpretação simultânea, e sua institucionalização como profissão no Brasil e no mundo, serão aqui explorados.

Palavras chaves: Interpretação simultânea, Análise de discurso, história da interpretação, tradução, relação entre línguas, comunicação, lingüística.

ABSTRACT

This study is a reflection about simultaneous interpretation from a Discourse Analysis point of view by M. Pêcheux, in France, and Orlandi, in Brazil. In this context, this research aims to comprehend the discourse about this practice, also discursive, in which the *interpreter function* makes the position of the *interpreter subject* oscillates between the position of *translator interpreter* and the position of *diploma interpreter*.

As a result, concerning the *translator interpreter* position the analysis points to the interpreters' speech affected by the *authorship discursive formation*, and his used words show he has to be faithful to the speech of the speaker-author, so then, being faithful to an "original source text". Concerning the *diplomat interpreter* their used words are affected by the *relationship discursive formation*, pointing to a sense of "comprehension among men" in which the interpreter sees himself as responsible for keeping the possibility of incomprehension and embarrassment away from involved parts of the interpretation. This way, he takes to himself the entire responsibility front the audience.

The concept of *enunciative functions* was used as theoretical basis to analyze the interpreters' speech in which a specific function was defined as *interpreter function*, due to his place on the context of languages relationship.

It was also analyzed in this research the *imaginary formation*, Pêcheux (1969), considering that this mechanisms of anticipation between the subjects of the discourse build up and define places about himself and the other A and B makes in the discourse.

In this interpretation *enunciative scene*, concept by Guimarães (2002), it was shown the role distribution, as, the orator, the audience and the interpreter, and the projections from the interpreters' image as a matter of "have to" and "being allowed to"

functioning to this professional. It was possible to point that the subjection to the rules (ethics) is what shows what the interpreters can and have to do.

As a result, it is presented here to the interpreters and all the ones who are interested in this theme, an overview of the ideological formation where this professional is inserted and what the effects of this insertion in his discourse are. Such reflections make possible a different point of view comprehension of his job, presenting the signs that determine him such as, automatic translator, omnipotent, the fact he has to serve as a clean channel of communication, etc.

A complementary historical research is presented to highlight the aspects of the interpretation since old times until the updated institutionalization as a profession in Brazil and worldwide.

Key words: Simultaneous Interpretation, Discourse Analysis, interpretation history, translation, relation among languages, communication, linguistics.

SUMÁRIO

Introdução	15
------------	----

CAPÍTULO I A INTERPRETAÇÃO SIMULTÂNEA E SUA ABORDAGEM

1.1 Interpretação como área de estudo: uma subárea da tradução	24
1.2 A prática da interpretação simultânea hoje	29
1.3 A interpretação consecutiva	31
1.4 A interpretação simultânea	32
1.5 As textualidades da tradução, as especificidades da interpretação simultânea: questões da escrita e da oralidade	35
1.6 O discurso sobre a prática da interpretação	42
1.7 A Teoria dos Sentidos (<i>Theorie du Sens</i>): por uma teoria a partir da prática	45
1.8 Teoria da Análise de discurso	50
1.9 Das Formações imaginárias	54

CAPÍTULO II PANORAMA HISTÓRICO

2.1. A Interpretação desde a antigüidade	57
2.2. História contemporânea da interpretação	64
2.3 Primeiros passos da interpretação simultânea	66
2.4 The Nuremberg Trial: a consagração da interpretação simultânea	68
2.5 O início da profissionalização	73

CAPÍTULO III UMA ABORDAGEM SOBRE A LÍNGUA DO BRASILEIRO E O SILENCIAMENTO DE UMA LÍNGUA “OUTRA

Introdução	76
3.1 O Brasil, o brasileiro e uma língua nacional	77
3.2 A língua dos estrangeiros no Brasil da década de 30: uma política educacional	79
3.3 Reforma educacional Capanema: um lugar para língua estrangeira	82
3.4. Inglês hoje no futuro: um idioma vulnerável	83

3.5 O inglês e o Espanhol: o perfil do mercado de interpretação simultânea no Brasil	88
--	----

CAPÍTULO IV
O INTÉRPRETE E A INTERPRETAÇÃO: UMA ABORDAGEM DISCURSIVA

4.1 A Associação de classe: efeitos de sentido no discurso do intérprete	91
--	----

4.2 A prática da interpretação nas palavras do sujeito-intérprete	96
---	----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
----------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
----------------------------	-----

ANEXO I Declaração de Consentimento	137
---	-----

ANEXO II Transcrição das entrevistas	138
---	-----

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a *interpretação simultânea* que será abordada sob uma perspectiva discursiva por meio de análise das falas dos intérpretes profissionais em atividade no Brasil para compreender o discurso sobre essa prática, também discursiva, em que a *função-intérprete* faz com que a posição do *sujeito-intérprete* oscile entre *intérprete-tradutor* e *intérprete-diplomata*. Assim, considerou-se que a questão da interpretação simultânea não estaria exclusivamente na tradução de um código para outro, mas no posicionamento do intérprete quanto, por exemplo, às questões de relação diplomática junto a chefes de Estado em que assuntos de segurança nacional são discutidos – situações em que uma tradução equivocada pode ter sérias conseqüências entre as nações envolvidas. Nesse contexto, a função do intérprete seria a de atuar em condições histórico-discursivas presente na cena da interpretação.

A partir dessas observações, movida por um fascínio pelo ofício da interpretação simultânea, desde o início da minha graduação de intérprete, transformei a idéia de pesquisar sobre o tema nesta dissertação de mestrado.

Dessa forma, a partir da perspectiva discursiva da Análise de Discurso, então, mostrou-se como uma oportunidade de produzir tal pesquisa com pressupostos diferentes daqueles com os quais a área da interpretação tem desenvolvido uma reflexão.

Nesse contexto, a Análise de Discurso, doravante AD, se constitui como uma disciplina de entremeio, colocando questões para as disciplinas instituídas. Isso quer dizer que, dessa perspectiva teórica – que se desenvolve a partir da reflexão de M. Pêcheux, na França, e E. Orlandi, no Brasil – para compreender a linguagem é

necessário refletir sobre o que é o *sujeito* (da linguagem) e sua relação com a história. Portanto, considerou-se o profissional de interpretação um *sujeito* inserido nas condições histórico-discursivas que determinam e constituem a chamada globalização da economia e mundialização da cultura.

Torna-se significativo destacar que a demanda para os serviços de interpretação em eventos internacionais cresce de modo acelerado e o profissional tem de adequar-se a essa movimentação em um ritmo alucinante. Tais eventos passaram a durar poucos dias, obrigando o intérprete a estar minimamente preparado para atuar em áreas muito distintas entre si, podendo ele numa ocasião interpretar informações sobre economia, em outra sobre biocombustível, em outra sobre engenharia mecânica, e assim por diante. Isto é, além de uma excelente fluência no idioma e de um bom nível de conhecimentos gerais sobre política, economia, história, geografia, etc., com frequência, os intérpretes se vêem obrigados a trabalhar em áreas técnicas e científicas às vezes muito específicas.

Esse processo acelerado e essa diversificação de temas em áreas nas quais o intérprete é requisitado exigem do profissional muita disciplina, organização, uma excelente memória, nervos de aço e ânimo para se locomover de um evento a outro, incluindo as viagens nacionais e internacionais.

A perspectiva teórica aqui adotada faz com que essa pesquisa volte-se para aspectos diferentes daqueles contemplados pelas atuais reflexões desenvolvidas recentemente sobre a interpretação simultânea, de cunho predominantemente cognitivista. A partir dos pressupostos teóricos da AD, a linguagem é concebida como um objeto lingüístico e histórico ao mesmo tempo. No âmbito desse tema, esta abordagem é pouco usual, permitindo que seja produzido um conhecimento novo sobre o assunto.

Dessa mesma perspectiva teórica, Passos (2001?)¹ fez uma análise da interpretação forense. Como assinala a autora, em relação aos estudos sobre a interpretação e o intérprete, “pouco se tem discutido a respeito do papel do intérprete e sua presença nos processos dos quais participa”. Assim, nesse trabalho, Passos aponta para a necessidade de estimular a reflexão sobre o papel do intérprete “como membro ativo dos processos dos quais participa, como um produtor de sentidos (...) não como um mero decodificador de palavras”.

Objetivou-se compreender o discurso da interpretação e as especificidades dessa prática. Tomo como referência o trabalho de Orlandi (1988) sobre as *funções enunciativas* de um sujeito-falante que seriam, respectivamente, locutor, enunciador e autor: o locutor se representaria como o “eu” no discurso, o enunciador seria a perspectiva que esse “eu” constrói e, finalmente, o autor seria a “função social que esse ‘eu’ assume enquanto produtor de linguagem” (p.61). A partir dessas considerações teóricas de um desdobramento do sujeito-falante, considerou-se também para a análise da prática da interpretação a *função-intérprete* como uma função enunciativa específica que tem um lugar no contexto das relações entre línguas

Para aprofundar-se nessa reflexão, a análise se baseou no suporte teórico do trabalho das *formações imaginárias* propostas por Pêcheux (1969) que são mecanismos de antecipação dos protagonistas do discurso na qual estabelecem uma relação entre as situações concretas e as representações (posições) no interior desse discurso. Assim, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B no discurso e, a partir daí, as imagens que atribuem cada um a si e ao outro, as imagens fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Tal correspondência pode não ser biunívoca, isto é, diferenças de situação podem

¹ Acesso a um trabalho não-publicado na qual a autora se remete a apresentações anteriores feitas no Congresso da Canadian Association of Translation Studies – CATS, 2000 e SIG-Translation, Braz-Tsol, Ibero Americana, 2001. (c.f. bibliografia).

corresponder a uma mesma posição e uma situação pode representar várias situações. As posições dos protagonistas intervêm a título de condições de produção do discurso, entretanto, não se pode chegar a uma origem das condições de produção, mas é possível interrogar sobre as transformações das condições de produção a partir de um estado dado dessas condições.

O conceito de *cena enunciativa* de Guimarães (2002) também foi embasamento teórico para a análise do tema desse trabalho, pois se identificou na cena da interpretação a distribuição dos papéis, a saber, o orador, o público e o intérprete – que age como intermediário desses dois primeiros. Dessa forma, as projeções do imaginário do intérprete constituem o que esse autor chama de uma “deontologia específica da distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (p.23). No trabalho do intérprete identificou-se tal deontologia nas modalidades “dever” e “poder” agindo para o intérprete. Pode-se apontar que o submetimento às leis (ética) é que demonstra o que ele pode e deve fazer.

Assim, na cena da interpretação, o orador “pode” não fazer sentido no que diz, sem ser questionado, criticado, mas para na função de intérprete recai o “dever” de encontrar uma tradução. Segundo as respostas dadas pelos intérpretes, o que o intérprete faz nesse momento é melhorar a oratória do palestrante visando a compreensão “total” do que foi dito. Essa “melhora” significa, pois, que ele está atribuindo para *si*, enquanto intérprete, a responsabilidade da comunicação. No contexto da *formação discursiva das relações internacionais*, essa melhora aponta para um sentido de “entendimento entre os homens”, em que o intérprete se coloca como responsável por afastar a possibilidade de qualquer incompreensão e constrangimento das partes envolvidas.

A análise apresentada nesta dissertação disponibilizará para o intérprete profissional uma ampla visão da formação ideológica que constitui o *sujeito-intérprete* e sua *função-intérprete* nessa prática de linguagem enquanto prática profissional hoje – a partir de considerações nas falas dos próprios intérpretes que constituíram um *discurso sobre a prática da interpretação*.

O discurso sobre essa prática foi estudado também a partir dos autores com publicações nos estudos sobre a interpretação simultânea, tais como: Herbert (1952), Seleskovitch (1968) e Gaiba (1998), e o *corpus* de entrevistas com os intérpretes – que na AD é um objeto teórico, construído pela própria metodologia e teoria da AD. Essa somatória poderá mostrar para o intérprete como o seu trabalho é desenvolvido.

Na AD, pode-se compreender o domínio da língua como a constituição de uma memória histórico-discursiva para os sujeitos. Nesse sentido, a interpretação – prática específica de tradução que se institui como prática oral – produz um confronto entre duas diferentes memórias discursivas. Por exemplo, ao traduzir-se uma palavra como “amor” para o inglês “love” certamente significado não será o mesmo, pois amor para os brasileiros é um sentimento forte entre as pessoas, já em inglês, ele se trata de uma palavra de afeto, que não tem a mesma intensidade.

A partir de tais considerações, a análise do *corpus* mostrou como o intérprete significa e responde ao confronto das memórias discursivas em que se constitui a prática da interpretação. Esse embate vem como parte das dificuldades que ele enfrenta na posição de intérprete-tradutor: os diferentes códigos não podem ser traduzidos literalmente, e a fidelidade é impossível.

Constituição do *corpus* e limites do trabalho

Torna-se necessário apresentar o *corpus* de análise para a realização desta pesquisa que foi definido a partir de entrevista via correio eletrônico com intérpretes, exclusivamente com intérpretes profissionais:

- ✓ Membros da Associação Profissional de Intérpretes de conferência- APIC, na cidade de São Paulo;
- ✓ Autônomos, sem filiação; e
- ✓ Intérpretes de outros estados do Brasil.

Também para uma melhor análise das respostas, verificou-se a importância de compreender como o intérprete, em sua prática da interpretação simultânea no Brasil, é afetado pelas formações discursivas em jogo nesse campo discursivo.

Para garantir uma homogeneidade na qualificação dos sujeitos, ficou estabelecido que os intérpretes participantes deveriam ter uma experiência profissional igual ou superior a 10 anos, dado considerado importante para obter respostas condizentes com os objetivos desta pesquisa. Todos eles têm o português como língua materna e são intérpretes de língua inglesa de ida e de volta, ou seja, de português para inglês e também do inglês para o português.

O roteiro das perguntas foi elaborado com o objetivo de investigar como o intérprete se vê inserido em uma situação em que se articulam os lugares sociais de *um público brasileiro* e de *um orador estrangeiro* (em especial, um falante de inglês): e quais as *formações imaginárias* (Pêucheux, 1969) que fazem parte de uma prática da

interpretação hoje no Brasil. O objetivo mais restrito nesse ponto foi o de compreender como o intérprete percebe seu trabalho e significa suas dificuldades diante desse imaginário em que esta prática se produz.

Uma hipótese para constituir o *corpus* seria gravar e transcrever uma ou mais interpretações fictícias, mas a condição de produção (irreal) poderia não traduzir o que realmente ocorre no momento da interpretação. Assim, os entrevistados responderam às perguntas feitas por esta pesquisadora e o resultado dessas entrevistas foi aqui disponibilizado para conhecimento do leitor nos Anexos deste trabalho.

O propósito da pesquisa foi apresentado aos sujeitos participantes via correio eletrônico e, posteriormente, contato telefônico, o que possibilitou situá-los no campo da análise desta pesquisa, no caso, AD, e ressaltar a importância da sua participação.

Notou-se que, de início, o termo “Análise de Discurso” e a justificativa teórica causaram uma reação de estranhamento por parte dos entrevistados. Um termo de consentimento para realização das entrevistas, juntamente com as perguntas a serem respondidas foi enviado e assinado por todos. Dias após a confirmação do recebimento, as questões foram devolvidas com suas respectivas respostas, podendo-se, por fim, proceder a sua análise.

Como consequência, deu-se o desenvolvimento dessa pesquisa que foi organizada ao longo de quatro capítulos nucleares precedidos de uma introdução e ao final as considerações finais da pesquisa em caráter conclusivo. Assim, iniciou-se a trajetória no Capítulo I, a partir de uma abordagem que explora os limites da interpretação situada na área dos estudos acadêmicos em comparação à sua, digamos, irmã, a tradução, refletindo sobre a identidade de cada uma dessas duas práticas que possuem “algo em comum”. Tal abordagem possibilitou apresentar algumas das teorias da tradução abordadas pela pesquisadora brasileira Rosemary Arrojo (1992), que se

posiciona de forma crítica às questões referentes às abordagens logocêntricas, discutindo a questão da tradução em concepções de autores como Searle (1979), Mounin (1975) e Steiner (1975). Também neste capítulo inicial, apresenta-se um traçado teórico para destacar as principais considerações discursivas que envolvem as práticas da tradução e da interpretação. Na seqüência, apresentam-se as teorias sobre a interpretação desde o início dos anos 50 e seus autores para se analisar histórica e teoricamente a prática com uma abordagem mais aprofundada sobre o tema. Esse capítulo é finalizado com uma pequena exposição de conceitos e noções da AD, perspectiva teórica adotada por essa pesquisa, para uma discussão dos pressupostos anteriormente expostos, isto é, das abordagens que compõem as áreas da tradução e da interpretação.

Adiante, no Capítulo 2, é apresentada uma abordagem histórica da prática da interpretação simultânea desde a antiguidade, passando pelas conquistas expansionistas na América. Registra-se no Brasil, durante a sua colonização pelos portugueses, a presença dos chamados “línguas”. Na seqüência uma abordagem de como a prática da interpretação simultânea se profissionaliza, tendo como marco o julgamento de Nuremberg, após a Segunda Guerra Mundial, e a instituição das organizações de governo e de mercado internacionais, destacando-se a Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização Mundial do Comércio – OMC, por exemplo.

Como complementação a essa pesquisa histórica, o Capítulo 3 aborda a questão da língua portuguesa no Brasil que, para se legitimar como língua nacional, interdita outras línguas aqui faladas, como a língua geral e as línguas dos imigrantes, por

exemplo. Essa abordagem passa pelas reformas educacionais brasileiras e as condições do ensino inglês no mercado Brasileiro.

Por fim, no capítulo 4, à luz de todas as informações relatadas nos capítulos anteriores, apresenta-se a análise discursiva das entrevistas para a compreensão da prática da interpretação afetada pelas formações imaginárias e formações discursivas em que essa prática se constitui.

Nas considerações finais, encontram-se as idéias que resultaram da análise proposta para esta abordagem na expectativa de ter atingido o objetivo inicial da realização dessa pesquisa, e principalmente, de contribuir de modo relevante com os estudos da interpretação simultânea, abrindo sugestões para novas pesquisas.

Fica posto que a realização deste trabalho deu-se de forma muito prazerosa e estimulante a cada nova percepção. Espera-se que a leitura desse texto possa, igualmente, proporcionar ao leitor um sentimento de descoberta e inspiração para novas perspectivas de reflexão, pois o resultado dessa análise fora apenas uma das infinitas possibilidades interpretativas sobre esse objeto de estudo, que é a interpretação simultânea.

CAPÍTULO I

1. A Interpretação Simultânea e sua Abordagem

1.1 Interpretação como área de estudo: uma subárea da tradução

A *tradução escrita* e a *interpretação simultânea*² podem ser consideradas semelhantes, uma vez que seus fundamentos teóricos seriam os mesmos, distinguindo-se uma da outra, basicamente, na sua forma operacional.

Tanto a tradução quanto a interpretação desenvolveram-se, como áreas de estudos, a partir, primeiro, de suas práticas. A tradução tem atualmente certa tradição como área de estudo, o que não ocorre ainda com a interpretação simultânea no Brasil.

No meio acadêmico, estudos sobre tradução aparecem em maior número comparado aos estudos sobre a interpretação simultânea. No Brasil, dentre os pesquisadores que abordam a tradução escrita e suas teorias estão: R. Arrojo (1992), F. Aubert (1984), J. Milton (1993) e P. Rónai (1952, 1981), já, no exterior, estão: G. Steiner (1975), S. Bassnett (1980), L. Venuti (1992) e M. Baker que, em 1998, organizou a publicação da obra *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* – considerada atualmente como referência sobre os estudos da tradução e da interpretação simultânea.

E dentre os pesquisadores que abordam a questão teórica da interpretação simultânea em termos teóricos estão: D. Seleskovitch (1978), M. Lederer (1981), F.

² Destaco que nesse trabalho a palavra *interpretação* será utilizada para se referir ora á prática da *interpretação simultânea*, ora ao processo de compreensão abordado na teoria da Análise de Discurso.

Pöchhacker (1992) e D. Gile (1995), mas que também não separam totalmente as duas práticas de tradução e de interpretação. Para Seleskovitch (idem, p.2), “(...) essas profissões são gêmeas, têm o mesmo objetivo, atuam com base nos mesmos princípios (...)”. Para Gile (2004) é inegável que onde há pesquisa sobre tradução, tende a haver pesquisa sobre interpretação, o que pode ser comprovado com as crescentes publicações sobre interpretação em periódicos dirigidos à área da tradução além das publicações das editoras especializadas em tradução, nas quais as duas práticas aparecem sempre juntas. Tomo aqui a editora John Benjamins como exemplo. Na série *Translation and Interpreting Studies* são divulgadas pesquisas sobre tradução e, na condição de subárea, sobre interpretação. A editora Target é outro exemplo com a publicação *Translation Studies* que, em 1995, dedicou um número especial para estudos de interpretação chamado *Interpreting Research*, ainda que dentro da área de estudos da tradução.

A principal dificuldade de desenvolver pesquisas sobre interpretação simultânea é o objeto de estudo que, por si só, não deixa registros que poderiam ser explorados posteriormente, sendo que, para tal, é necessário gravar a fala tanto do orador como do intérprete. É comum os pesquisadores encontrarem dificuldades e resistências por parte dos intérpretes e dos organizadores na composição do objeto de análise, pois estes últimos, em muitos casos, justificam suas negativas a partir de argumentações que consideram desde a questão da privacidade do assunto até o desconhecimento dos métodos e objetivos dos estudos da interpretação. Gile (2004) aponta que há uma “tensão” entre profissionais e pesquisadores tanto nos estudos da tradução como nos da interpretação, porém as pesquisas de interpretação dependem mais da boa vontade dos profissionais do que a tradução, pois nesse último caso, o objeto estará sempre ao alcance dos pesquisadores, sem que se precise, necessariamente, de uma permissão para trabalhar com ele.

No Brasil, as pesquisas sobre tradução se sobressaem em relação às de interpretação, que na sua maioria são realizadas por intérpretes profissionais ligados à área acadêmica ou profissionais ligados aos estudos de disciplinas em geral, como psicolinguística, neurolinguística, ciências cognitivas, etc. Dentre os pesquisadores brasileiros, destaco o trabalho da professora Rosemary Arrojo, autora de publicações sobre essas duas práticas e que nos remete a uma discussão no sentido da necessidade de um embasamento teórico das teorias da tradução.

Arrojo (1992a: 71-79) retoma G. Steiner (1975: 236-239) em um trabalho que aqui é resenhado em linhas gerais para demonstrar como o autor pensa a história da literatura sobre tradução dividida em quatro períodos.

O primeiro período começa com Cícero, em 46 a.C., em *Libellus de optimo genere oratorum*, que condena a tradução “palavra por palavra”, e termina com os comentários de Hölderlin, em 1804, sobre as suas traduções de Sófocles. Segundo Steiner, autores muito diferentes compartilhariam de uma mesma “abordagem imediatamente empírica” (Steiner, 1975 apud Arrojo, 1992a: 71). Steiner cita os textos escritos por São Jerônimo, Lutero, Popper que também fazem uma abordagem sobre os problemas do trabalho do tradutor, em reflexões que teriam todas, portanto, um caráter de testemunho.

O segundo período corresponde ao momento em que a reflexão teórica começa a desenvolver abordagens no contexto mais amplo das teorias da linguagem e do pensamento, atribuindo um caráter mais filosófico à questão da tradução, embora, lembra Arrojo (idem), continuassem no “intercâmbio entre teoria e necessidade prática” (p.71). Como representantes desse período, Steiner cita os trabalhos de Schleiermacher, Goethe e Walter Benjamim.

O terceiro período começa a partir dos primeiros trabalhos sobre as máquinas de traduzir no final da década de 40, período esse que introduz uma modernização às questões relacionadas à tradução. As teorias lingüísticas estruturalistas herdeiras do formalismo russo junto com a teoria da informação influenciam nos estudos de tradução. Nesse momento, os tradutores começam a organizar-se em associações e em periódicos dedicados à filosofia e à linguagem, dessa forma, surgem as reflexões sobre a tradução, que assume, portanto, o status de uma questão de linguagem a ser discutida.

O quarto período é, concomitante ao terceiro, um movimento paralelo, que representa uma volta à hermenêutica e o “refinamento” da tradução como questão filosófica. A tradução passa a ser investigada a fim de apresentar elementos que se confrontariam com os pressupostos da lingüística. Uma reflexão teórica sobre a tradução passa a ser constituída no ponto de encontro de várias disciplinas, como a sociologia, a filosofia, a retórica, a sociolingüística, a gramática, etc., e também a então emergente lingüística aplicada.

Segundo Arrojo, Steiner observa que, em dois milênios, os embates sobre a tradução resultam dos mesmos conflitos e procuram responder praticamente às mesmas questões, que poderiam ser resumidas, *grosso modo*, em duas intrinsecamente ligadas – a saber, a questão da fidelidade e a questão do tradutor poder imprimir um estilo na tradução de uma determinada obra. Mas para Arrojo os problemas são as próprias perguntas, pois se colocam a partir da “matriz logocêntrica”, sobre a qual a autora se posiciona criticamente. Nesse sentido, a pesquisadora Arrojo considera que a questão teórica da tradução se destaca por escancarar problemas e questões não visíveis ou mascaradas em outras práticas de língua e que a tradução pode, nesse sentido, servir como instrumento desconstrutor do logocentrismo que domina na área da linguagem. Isto é, a tradução seria, para Arrojo, uma oportunidade para que pressupostos da

Linguística, como teoria estruturalista sobre o funcionamento da língua, pudessem ser repensados e discutidos.

Como representante de uma posição da linguística estruturalista sobre a tradução, temos, por exemplo, *Os problemas teóricos da tradução*, obra de G. Mounin traduzida no Brasil (1975). A questão para Mounin é como conceber a prática da tradução no interior de uma teoria Linguística (estruturalista), em que se assume que “os sistemas gramaticais são (...) impenetráveis entre si”, logo, a tradução seria impossível. Longe de querer discutir os pressupostos dessa ciência, Mounin crê numa ciência idealizada e reafirma o projeto de uma sistematização do significado dos enunciados linguísticos, como uma capacidade, ainda que futura, de controlar o processo de significação.

Entretanto, segundo Arrojo, não poderemos jamais encontrar uma resposta definitiva para a questão das relações que se estabelecem entre um texto “original” (aspas da autora, no decorrer do seu texto) e sua tradução. Toda a tradução é uma leitura. Mas:

“O fato de ser sempre e inevitavelmente uma leitura ou uma interpretação não constitui, entretanto, uma característica peculiar da atividade do tradutor; revela, sim, um traço essencial de toda e qualquer atividade linguística e até mesmo de qualquer atividade humana.” (Arrojo, 1992a, p. 78)

A autora filia-se dentre os teóricos da desconstrução (por exemplo, como J. Derrida 1985 e Johnson 1985) para os quais a tradução mostra-se um “importante ponto de partida para uma reflexão mais ampla acerca de questões de linguagem” (idem, p.78). As reflexões sobre a tradução possibilitam desconstruir a noção logocêntrica de significado estável e recuperável, bem como a noção do poético e do estético como categorias independentes de um leitor e de sua leitura.

Ao fim de sua discussão, voltando aos quatro períodos que propõem uma divisão da história da literatura sobre a tradução, Arrojo afirma que vê nessa história apenas duas tendências:

- *a tendência dominante como prática milenar*, ou seja, que não se abre a novos pontos de reflexão, insistindo em responder as mesmas perguntas, e
- *a tendência que não pretende abolir o humano*, o contextual, o histórico, etc., logo, pretende reformular perguntas e respostas que realmente interessam à tradução e aos tradutores.

1.2 A prática da *interpretação simultânea* hoje

Apesar de a interpretação simultânea ser uma tradução, o termo **tradução** se aplica para um texto traduzido por escrito de um idioma para outro; já o termo **interpretação** se refere a um evento de tradução oral. Entretanto, ambas partem de um texto ou fala de uma língua de partida que passa por um processo tradutório até a língua de chegada, o que poderia explicar o uso do termo “tradutor-intérprete” ou “tradução simultânea”, em vez de *interpretação simultânea*.

No Brasil, até mesmo a prática da tradução juramentada parece não fazer distinção entre a figura do “tradutor” e a do “intérprete”. Pois, ao ser aprovado no concurso para ocupar o cargo de profissional juramentado (profissional da área da tradução habilitado pelo governo para traduzir ou verter documentos oficiais), pressupõe-se que o profissional esteja apto para o trabalho de “tradutor-intérprete”, tanto para a tradução de documentos oficiais, como para as interpretações de audiências em tribunais do júri que envolvam estrangeiros.

A interpretação simultânea exige que o intérprete se coloque de maneiras diferentes dependendo de cada situação que ele irá atuar. As modalidades são as seguintes:

- *Interpretação de acompanhamento (técnico ou turismo)*: o intérprete acompanha um grupo ou uma pessoa em visitas em fábricas ou locais turísticos.
- *Interpretação forense (court interpreting)*: utilizada em situações legais como tribunais em que uma das partes é um estrangeiro. Requer um intérprete juramentado.
- *Intermitente*: o intérprete traduz sentença por sentença;
- *Simultânea de cochicho (ou sussurrada)*: utilizada para interpretar em voz baixa;
- *Sight Translation*: o cliente apresenta documentos de última hora escritos na língua de partida e o intérprete deve, sem prévio preparo, interpretá-los em voz alta para o público.
- *Relay*: o intérprete faz a interpretação de um idioma que é repassada diretamente para outro em casos que não há cabine do idioma da apresentação.
- *Consecutiva e simultânea* serão descritas mais profundamente a seguir.

As modalidades *consecutiva* e *simultânea* (ou de conferência) podem ser consideradas as mais conhecidas nas conferências internacionais, entretanto, após a consagração da simultânea, esta se tornou a mais utilizada nesses eventos.

1.3 A interpretação consecutiva

Na modalidade consecutiva, o intérprete escuta um longo trecho da fala do orador, faz suas anotações e, após a conclusão desse trecho, fala o que foi dito pelo orador, na língua de chegada. Por isso, é crucial que o intérprete tenha conhecimento de técnicas de anotação para esse tipo de interpretação. Entretanto, Hebert (1952), intérprete de consecutiva na Liga das Nações e autor do livro *The interpreter's handbook*, explica que as anotações não são transcrições do que foi dito pelo orador e que dados como: datas, nomes, números, siglas devem ser anotados para servir como um auxílio de memória para o intérprete.

Na história da interpretação simultânea, os irmãos André e George Kaminker, que aparecerão mais adiante nesse trabalho como idealizadores dessa prática, destacando-se como possuidores de grande capacidade mental de memorização: teriam sido capazes de interpretar consecutivamente longas falas sem fazer qualquer anotação e fazendo interpretações avaliadas como perfeitas. De uma maneira geral, grande parte dos intérpretes utiliza as anotações para não perder a linha de raciocínio do orador, e a própria, não se confundindo ao traduzir a fala.

Hebert ressalta ainda que a interpretação consecutiva não deve ultrapassar 75% do tempo utilizado pelo orador em consideração ao ouvinte, pois nesse tipo de evento, se considerarmos a fala do orador e do intérprete, o tempo de duração quase dobra. Por isso, as hesitações, as redundâncias de idéias, que de uma ótica comunicacional, são definidas como **ruídos**, e interfeririam e dificultariam a compreensão do que está sendo transmitido. No resultado de uma consecutiva, os recursos da linguagem fática, por exemplo: "não é verdade?", "veja bem", "está me entendendo?", "enfim", "né", "viu", e tantos outros, são eliminados na fala do intérprete o que reduziria a fala traduzida

somente à “mensagem” – tendo em vista uma concepção conteudista da comunicação – propriamente dita.

Gaiba (1998), intérprete e autora do livro que relata a origem da profissão, reafirma que a interpretação consecutiva se torna ineficaz em eventos muito longos e que envolvam muitos idiomas. Segundo a autora, esse tipo de interpretação é apropriado para casos que não envolvam longas falas como, por exemplo, interpretação forense e reuniões comerciais – também porque os custos, em comparação à simultânea, são muito menores se considerarmos os equipamentos e aparatos tecnológicos que uma necessita em relação à outra.

1.4 A interpretação simultânea

Em um evento com interpretação simultânea, nem sempre o público vê o intérprete, pois as cabines de interpretação são posicionadas ao fundo das salas de conferências. O intérprete é somente ouvido pelo público através dos aparelhos com fones de ouvido distribuídos para aqueles que não dominam o idioma do evento.

Apesar do termo *interpretação simultânea*, o processo não é literalmente simultâneo, pois o intérprete primeiro ouve a fala trecho a trecho, analisa, traduz e a repete no idioma de chegada ao mesmo tempo em que ouve, analisa e assimila a próxima fala, tornando esse processo simultâneo.

O intérprete não espera o palestrante terminar completamente a sua sentença para iniciar a tradução, isso significa que há uma pequena diferença entre a fala do palestrante e a do intérprete, ou seja, as falas (do palestrante e do intérprete) se evoluem juntas, mas na verdade, o intérprete está alguns segundos (no máximo duas frases) atrás do palestrante. Esse atraso é chamado de *delay*.

Seleskovitch (1968), teórica e fundadora do primeiro curso de doutorado para intérpretes, explica que o intérprete não trabalha na sua velocidade, ele tem de seguir a velocidade de fala do palestrante. Assim, o processo tradutório que se compõe na cabine de interpretação, exige do profissional um alto nível de concentração, suficiente para não deixar de ouvir o palestrante e ao mesmo tempo se concentrar no que está dizendo para o público.

Profissionais que participaram dessa pesquisa explicam que um lapso de atenção pode colocar em risco o trabalho de um intérprete, levando-o a deixar frases inacabadas, pausas longas entre as falas, “síndrome do “hããã...” frases desconexas, etc. Isto significa que, o intérprete reconhece que tem de ter uma concentração total na figura do orador ao se colocar na posição de intérprete, tendo inclusive o ritmo de fala determinado pela fala do orador.

Os intérpretes profissionais são contratados em dupla para que a cada 20 ou 30³ minutos possam se revezar e recompor os níveis de concentração e não atingir um esgotamento mental, fato esse que certamente interferiria na qualidade do resultado da interpretação. Segundo Seleskovitch (idem, p.2), “a interpretação simultânea acontece numa velocidade 30 vezes maior do que no processo de tradução”, o que torna impossível para o intérprete qualquer tipo de revisão do resultado de seu trabalho, naquele momento.

D. Gile (1995) entende que as energias mentais do intérprete são limitadas e que o seu trabalho exige um **esforço mental** para evitar o que ele chama de déficit de

³ Segundo informação da Profa. Dra. Carmen Zink Bolignini, durante a banca de defesa, esse tempo de revezamento teria sido instituído depois de um colapso ocorrido com uma intérprete que atuou durante o julgamento de Nuremberg. Questiona-se se, no entanto, se esse colapso teria sido causado pelo excesso de esforço mental ou em virtude do conteúdo dos depoimentos a ser interpretados por ela durante o julgamento. Agradeço por essa contribuição.

energia mental. Essa discussão é apresentada na sua “Teoria dos Esforços”⁴ publicada na década de 80.

Segundo Gile, a energia mental para praticar a interpretação simultânea é limitada e, a partir de um determinado ponto, o intérprete entraria em uma etapa de esforço mental para continuar concentrado em seu trabalho. De acordo com Gile, o intérprete poderia ser identificado, de forma metafórica, a um anfitrião recebendo seus convidados e que, para não desapontá-los, toma o cuidado de nunca deixá-los com seus copos vazios, servindo-os sempre. Até um determinado ponto isso seria possível, mas com o aumento do número de convidados, esse anfitrião teria de redobrar sua atenção e agilidade para atingir seu objetivo. Da mesma forma, o esforço mental que o intérprete enfrenta na cabine, de início, atinge seu objetivo de ouvir e interpretar para o público, mas devido ao alto nível de concentração, sua energia mental, que é limitada, esgota-se e começam a surgir problemas de saturação e déficit pessoal. Essas sobrecargas mentais podem ser causadas por variantes como a velocidade da fala do palestrante, a utilização de informações numéricas, siglas, nomes, improvisação, sotaques que dificultam a compreensão, etc.

Atualmente, publicações abordam a questão da ética e do comportamento do intérprete na cabine de interpretação como, por exemplo, o artigo de M. Bowen (1990) que destaca o uso adequado do microfone do intérprete como uma questão comportamental. A autora alerta que os microfones estão no comando do profissional e qualquer descuido pode se tornar um incômodo para o ouvinte, começando com o tom de voz que não deve ser nem muito estridente e nem muito monótono, cuidado com respiração ofegante, cuidado no manuseio de papel e objetos, ao colocar água no copo,

⁴ Gile, D. 1995, *The effort Models in interpretation*, IN: **Basic concepts and models for interpreters and Translator training** , pag. 159.

fazer uso do botão “tosse” etc. O intérprete deve sempre lembrar que qualquer som da cabine estará sendo emitido para o público.

1.5 As textualidades da tradução, as especificidades da interpretação simultânea: questões da escrita e da oralidade

Durante o seu processo de trabalho, o tradutor tem possibilidades lançar mão de elementos que o auxiliam para um melhor desempenho na tradução, como, por exemplo, consultar um especialista no assunto, a internet, dicionários/glossários e demais fontes. Isso só é possível devido à relação do profissional com os textos escritos – que lhe permitem esse mecanismo. Mesmo depois de todas essas possibilidades ele pode, ainda, contar com uma revisão de sua tradução escrita para corrigir eventuais falhas ou erros.

Os trabalhos de tradução são diferenciados pelo tipo de linguagem, conforme o quadro abaixo:

- *Tradução técnica*: textos com informações técnicas de certo produto;
- *Tradução semi-técnica*: manuais, artigos de revistas especializadas;
- *Tradução literária*: textos de ficção, romances, *Best Sellers*; e
- *Versão*: tradução do idioma falado no país para outro idioma, no Brasil, por exemplo, do português para inglês.

De uma perspectiva discursiva, os problemas da tradução podem ser compreendidos a partir de uma divisão em dois tipos gerais: *textos técnicos* e *textos literários*, com desafios diferenciados.

O *texto técnico* funciona com um vocabulário de uma área específica, em que os termos teriam significados também muito específicos. Já o *texto literário* se constrói ora a partir de uma criação de um universo ficcional, ora de um contexto poético. A esses dois tipos de discursos corresponderiam funcionamentos da linguagem diferentes, que remeteriam o primeiro a um domínio da literalidade e o segundo a um domínio do metafórico, do poético.

Segundo Pêcheux (1998), essa diferença é percebida na concepção de uma memória histórica institucionalizada, ou seja, o desenvolvimento de questões sobre os discursos ligados à leitura de textos que ele chama de “arquivo”. O discurso literário e o técnico (científico) são arquivos, pois partem da existência de um discurso textual institucionalizado que compõe uma memória coletiva e histórica. Entretanto, eles são, para Pêcheux, uma marca de separação entre duas culturas, respectivamente, a literária (sobre questões filosóficas e teológicas) e a científica (sobre questões analíticas e quantitativas). Essas duas culturas lidam de forma diferente com a leitura de seus arquivos, ignorando-se uma a outra.

De um lado, a cultura literária transporta consigo evidências de leitura que atravessam a materialidade do texto; fazem de uma leitura literal, uma leitura interpretativa, sobretudo no caso de historiadores e filósofos que contornam a questão da leitura praticando cada um *sua* própria leitura, constituindo seu mundo de arquivos. Pode-se dizer que essa leitura age como uma possibilidade de recuperar o arquivo original, para a discussão do mesmo seguido de uma leitura interpretativa, *um espaço polêmico das maneiras de ler*. É o que ocorre nas traduções literárias, cada tradutor tem sua leitura interpretativa que varia de acordo com o seu espaço e o tempo da leitura, marcando um deslocamento histórico entre o conteúdo e o efeito de sentido.

De outro lado, a cultura científica inscreve-se em outro lugar, o do espaço lógico-matemático, em que a materialidade da língua é denegada em detrimento da ilusão de uma metalinguagem universal. Sua postura textual é tida como positivista, uma vez que seus textos partem das observações, das análises e das conclusões que são transformadas em evidências, portanto, o discurso científico se constituiria da mesma forma que o discurso técnico. Na tradução de textos técnicos, em geral, idealiza-se uma exigência de precisão que cria a presunção de tradução automática, informatizada.

Nessa modalidade de tradução, o objetivo é, o de informar dados, para isso, os tradutores utilizam glossários (banco de dados) que podem ser classificados por áreas, tais como: informática, engenharia mecânica, civil, saúde, etc. para garantir uma agilidade no seu trabalho. Entretanto, ainda que se trate de um texto técnico, o processo tradutório requer familiaridade com o assunto e as formas de leituras “praticadas pelas comunidades que produzem e consomem esse tipo de texto” (p.104) na língua de partida e também na língua de chegada. Tal cuidado é necessário para que não se incorra em uma tradução sem significado, pois, como exposto anteriormente, ainda que se trate de dados técnicos existe um arquivo, uma memória constituída sobre tal assunto, e o tradutor deve saber ler esse arquivo. Do contrário, a tradução técnica não se realizará com sucesso, pois, novamente, listas de palavras não garantem a sua eficácia. O tradutor exerce o papel de um tradutor-leitor, do qual ele não pode se esquivar. Isso lhe implica em uma postura interpretativa em que uma avaliação das informações definirá como elas serão colocadas no texto de chegada.

Nos textos literários, a interferência interpretativa se dá pela transferência ou substituição das palavras, visando transportar os significados e “substituir o material textual de uma língua pelo material textual equivalente em outra língua” (Catford 1980: 22). Nesse caso, a leitura desse arquivo torna-se individualizada, como nos casos dos

arquivos filosóficos e históricos citados anteriormente – uma vez que a visão interpretativa seria particular de cada tradutor. Como mostra Tytler (1971: 63), citado por Arrojo (1992b), existiriam três princípios básicos para definir uma boa tradução:

1. *a tradução deve reproduzir em sua totalidade a idéia do texto original;*
2. *o estilo da tradução deve ser o mesmo do original e*
3. *a tradução deve ter toda fluência e naturalidade do texto original.*

Esses princípios de Tytler exemplificam como o ideal de fidelidade funciona nessa área da tradução e interpretação.

A discussão sobre o texto original e o conceito de fidelidade é constante na teoria da tradução. Ser completamente fiel a um texto original é uma tarefa tida como impossível, uma vez que o próprio significado do original “somente poderá ser determinado (...) através de uma *leitura*” (Arrojo,1992b p.23), ou seja, de uma compreensão da obra a partir de um determinado contexto histórico, que é outro. Segundo Arrojo, “é impossível resgatar integralmente as intenções e o universo do autor, exatamente porque essas visões são sempre a nossa visão daquilo que possam ter sido” (p.40).

Nas traduções de textos literários e poesias, a tarefa do tradutor torna-se extremamente complexa, pois o profissional teria de “resgatar as intenções originais do autor”, na medida em que há palavras que, depois de traduzidas, não trarão o mesmo efeito de sentido do original – este seria um entrave do ofício. O tradutor não tem como evitar que seu contato com o texto seja mediado por suas circunstâncias, suas concepções – i.e. prática de tradução, aperfeiçoamento profissional, época – seu contexto histórico e social.

Segundo Orlandi (2001), desde o surgimento da escrita, persegue-se o sonho da “cópia fiel, fixação definitiva do texto nos limites bidimensionais da página” (p.79). As questões da tradução apresentadas aqui se aproximam das questões de linguagem que definiram o estatuto do texto propondo uma relação entre autor e obra. Cria-se a necessidade de uma assinatura na folha destinada a uma impressão, e essa assinatura autorizaria a multiplicação singular de um fragmento da escrita que será tido como texto ligando o autor, um original e um direito sobre esse texto – como uma conformidade estável. A assinatura seria uma escritura em que se ligam o gesto institucional e o jurídico, o gesto técnico e o gesto da impressão, na qual, o texto, a imprensa e a modernidade se tornam uma unidade.

Esse percurso que liga texto/ imprensa/ modernidade pressupõe uma noção de texto que possibilita a relação entre autor e obra. Orlandi (2001) considera que “o autor é uma ‘posição-autor’, e não autor empírico: é um lugar, no imaginário constituído pelo confronto do simbólico com o político” (p.81). A “função-autor” é compreendida pelas relações entre a produção do texto e os sistemas jurídicos e institucionais que determinam os discursos.

O advento da imprensa, coincidentemente, faz parte do momento descrito por Haroche (1992) em que ocorreria a passagem do *sujeito-religioso* para o *sujeito de direito*, como diferentes formas de relação do sujeito com a linguagem. O sujeito de direito é responsável pelo que diz, sob pena de punição jurídica e não mais religiosa.

A atividade jornalística marca a institucionalização dessa escrita e coube a ela o papel de fixar e responsabilizar o sujeito-autor impondo uma relação dos leitores com o(s) texto(s) de “fidelidade” e “originalidade”.

Para Gallo (1992) a função-autor existe determinando a distinção entre duas categorias de discursos: o *discurso da escrita* e o *discurso da oralidade*. Para a autora, o

discurso da escrita resulta em um efeito de fechamento dos sentidos, e exemplifica apontando os textos produzidos institucionalmente. A autora cita, também, o texto jornalístico como uma produção institucional em que se produz o “efeito-autor”. Ao contrário dos discursos da oralidade em que não há o fechamento dos sentidos, resultando em uma ambigüidade constitutiva. Dessa forma, o sujeito não se constitui em autor.

Segundo Gallo (1994), o termo *oralidade* não se refere ao que é vocalizado, assim como o termo *escrita* não se refere ao que é grafado. Os conceitos de oralidade e escrita se caracterizam por estarem ou não determinados institucionalmente.

No caso da interpretação simultânea, por exemplo, as palestras são apresentadas oralmente, mas em geral os palestrantes têm em mãos textos escritos e os lêem, ou se orientam por eles para suas apresentações orais – o efeito de unidade, de fechamento está, portanto, presente. Pode-se dizer, nesse sentido, que o discurso desse palestrante é um discurso da escrita apresentado de forma oral marcado institucionalmente pelas empresas que representam ou instâncias de governo ou comunidades científicas, etc.

Ao ser contratado para um evento, o intérprete espera receber de antemão o material referente ao assunto ao qual ele vai interpretar. Entretanto, isso não acontece sempre e, então, por vezes ele se depara com um problema de ter que justificar para o público algo que não faça sentido, ou tenha sido mal compreendido por ele. As respostas demonstram uma postura dos intérpretes em relação às correções no momento da interpretação, em que, em geral, caso a fala do orador não tenha sido comprometida (em termos de conteúdo) com a tradução apresentada pelo intérprete, ele segue traduzido sem interrupções, do contrário, ao final do período ou da frase, ele se desculpa pelo erro e apresenta a tradução corrigida do termo, ou da palavra etc., diferente do

tradutor que, como já mencionado, pode revisar seu trabalho antes de entregar para o cliente.

O intérprete também conta com a possibilidade, ainda que remota, de conversar com o palestrante momentos antes do evento. Entretanto, esse estudo apontou que, por fatores diversos, muitas vezes esse contato prévio não ocorre, porque eles são, em geral, contratados por pessoas ligadas à organização do evento, não tendo, assim, um contato direto com o palestrante – antes do dia do evento. Os participantes desta pesquisa relataram que freqüentemente ocorrem imprevistos e eles são contratados subitamente para substituir algum colega. Dessa forma, esse profissional tem de se valer de sua experiência e capacidade profissional para realizar o trabalho.

A forma de apresentação de um orador diante de um público se diferencia. Em uma abordagem sobre os tipos de textos apresentados em uma interpretação simultânea, Luciano (apud NISKA, 1999) explica que existe “desde o discurso oral e espontâneo, (...) à leitura de um texto preparado” (p. 31) e categoriza os tipos de apresentação oral mais comuns em conferências:

- 1) *monólogo (ou diálogo) oral não preparado;*
- 2) *monólogo oral semi-preparado e com notas;*
- 3) *monólogo escrito destinado à apresentação oral, lido em voz alta*
- 4) *monólogo escrito destinado ao meio escrito, lido em voz alta.*

Ao retomar as reflexões sobre as modalidades de tradução e as modalidades da interpretação simultânea, constata-se que, apesar de terem os mesmos pressupostos teóricos, primeira preocupa-se em relacionar a obra com o tradutor, portanto tem uma autoria, tanto que, atualmente, o nome do tradutor aparece na capa dos livros traduzidos

por ele, já na segunda, o intérprete não. Pelo contrário, esta impõe um apagamento do intérprete ele deve ser invisível – em favor do orador. Essa constatação situa a prática da tradução em uma categoria distinta da interpretação que, por sua vez, *não* se inscreve em nenhuma literatura teórica própria para existir, estando sempre à sombra das teorias da tradução. Ao contrário desta última, que se preocupa em teorizar os possíveis estilos de tradução, a interpretação, no máximo, distingue suas modalidades a partir das diferentes maneiras de se colocar em uma dada situação.

Isso não quer dizer que não existem palestras de ordem técnica e não técnica, elas existem, mas, apesar disso, a interpretação não se denomina *interpretação técnica*, nem tampouco *interpretação literária*, ou *não-técnica*.

1.6 O discurso sobre a prática da interpretação

Na década de 50, alguns artigos sobre interpretação simultânea eram publicados pelos profissionais em atuação. Mas, talvez, o marco mais notável nessa época seja a publicação de *The Interpreter's Handbook*, em 1952, cujo autor, Jean Hebert, foi o primeiro chefe dos intérpretes da Organização das Nações Unidas (ONU) e também professor da *École de Traduction et Interpretation* (ETI), a Escola de Tradução e Interpretação, na Universidade de Genebra, fundada em 1941.

Hebert apresenta sua contribuição para os intérpretes atuantes naquele período e futuros intérpretes. Esse manual foi utilizado para formar profissionais na modalidade consecutiva, tornando-se uma importante referência numa época em que a atividade ganhava reconhecimento profissional. O autor expõe aos aspirantes ao ofício a importância política da interpretação, como alguém que participou ativamente de

reuniões internacionais de cunho eminentemente diplomático. Os capítulos são divididos em tópicos para explicar como a interpretação consecutiva deve (e também não deve) ser, além de apresentar técnicas de exercícios para intérpretes.

Observa-se que o manual para intérpretes foi concebido a partir do ponto de vista de um sujeito que exerceu a interpretação simultânea profissionalmente e foi essa prática que lhe permitiu escrevê-lo. Pode-se dizer, então, que a sua experiência lhe atribuiu um status de referência sobre o assunto prevalecendo aspectos que ele vivenciou e, posteriormente, publicou nos estudos da interpretação consecutiva na década de 50 – o que contribuiu para uma representatividade política desse autor e dessa obra.

Inaugura-se, a partir desse momento, um discurso sobre a prática da interpretação simultânea construindo uma história em que esta prática é associada à expansão religiosa e à colonização européia e nas Américas – situações marcadamente políticas em que as desigualdades evidenciam-se. Nesse contexto, a prática da interpretação estaria aproximada a uma prática de língua vinculada a uma política expansionista dos Estados Nacionais.

Nessa obra, Hebert afirma que, para o exercício da profissão de intérprete, além de um domínio da língua, mostra-se necessário o conhecimento sobre: direito, economia, conhecimentos históricos e culturais. Acrescenta-se que, dizer da necessidade de todos estes conhecimentos marca uma posição determinada para se trabalhar com a interpretação. Assim, trabalhar a relação entre diferentes línguas seria uma posição ideologicamente bem marcada, identificada pela cultura européia como referência de civilidade, conhecimento do Ocidente, historicamente legitimado pelo poder político sobre as outras culturas e pelo direito e economia burgueses que se expandem, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, em uma velocidade maior, caracterizando o

que hoje conhecemos como os processos de globalização e mundialização. Dentro desse contexto, o intérprete torna-se uma figura importante para essa relação entre sujeitos históricos, relações de força e desigualdade, relações de poder, destacando-se a figura do conquistador e um objetivo a ser conquistado, como veremos quanto à história oficial da interpretação – no Brasil, por exemplo, a cultura européia está relacionada com a expansão da igreja católica e com as colonizações.

Tendo a obra de Herbet (1952) como um marco de um discurso sobre a prática da interpretação – como uma prática específica diferenciada da prática da tradução, posteriormente veremos que os estudos sobre a interpretação em nível de pós-graduação iniciaram-se somente após a criação do curso de doutorado em interpretação, sob coordenação de Seleskovitch, na Universidade Paris III, Sorbonne. Esses estudos acadêmicos significam, segundo a discussão que faz Arrojo (1992a: 107-112), o domínio da produção de conhecimento e a possibilidade de desenvolvimento de uma reflexão *teórica*, isto é, de se tomar a prática como *objeto* de reflexão, e constituir um conhecimento “científico”.

Até o final da década de 60, as publicações sobre interpretação não avançavam em abordagens mais teóricas no assunto até o momento em que Seleskovitch apresenta uma teoria que, para a época, foi tida como revolucionária. Sua proposta era a de compreender o processo interpretativo que ela definia como ouvir a fala, compreender mentalmente as idéias e reformulá-las, portanto, a interpretação deveria ir além do código lingüístico. Trata-se da *Théorie du Sens*, em português *Teoria Interpretativa da Tradução*, também conhecida como *Teoria dos Sentidos*.

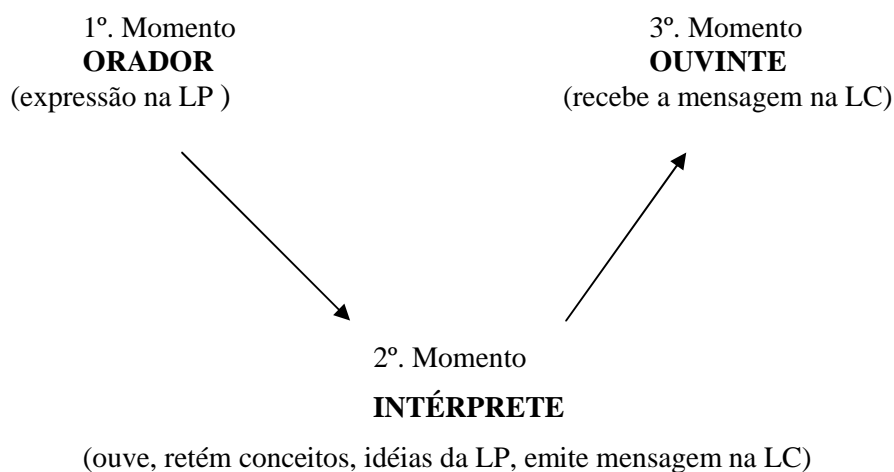
1.7 A Teoria dos Sentidos (*Théorie du Sens*): por uma teoria a partir da prática

Com o objetivo de teorizar sobre o processo que constitui a prática da interpretação, Seleskovitch (1968) apresenta uma reflexão, de uma posição teórica e profissional, que explicaria este descrevendo-o como um processo da formulação dos sentidos para o intérprete.

A autora define que a prática da interpretação simultânea não é de código para código, ou de um sistema lingüístico para outro sistema lingüístico, mas sim como um processo triangular na qual o conteúdo da informação recebida é detectado (estágio de compreensão) que, por sua vez, será expresso em outra forma lingüística (estágio de expressão). Assim, o processo é definido por ela pelo aspecto mental do intérprete da seguinte forma (idem, p. 9):

- *percepção auditiva* de um enunciado lingüístico em uma Língua de Partida (LP) portador de um significado. Fazer a apreensão da língua e compreensão por meio de um processo de análise;
- *abandono imediato e intencional das palavras* e retenção mental da representação das idéias, conceitos; e
- *produção de um novo enunciado* na Língua de Chegada (LC) que atenda dois requisitos: expressar o mesmo sentido da fala original e considerar o destinatário, o público.

Destaca-se nesse ponto que, no modelo apresentado por Seleskovitch, está implícita uma visão comunicacional, em que a “mensagem” (ou “conteúdo”) é apreendida em um segundo momento pelo intérprete, que, em seguida, a verbaliza na língua de chegada, conforme demonstrado nesta representação gráfica:



Dessa forma, a tradução não permanece somente no campo de identificação semântica dos signos lingüísticos e devendo também atribuir a significação a elementos ditos não-lingüísticos, de acordo com a situação ligada ao enunciado. Então, o intérprete não *transcodifica* as palavras da fala a ser interpretada, e sim extrai um sentido intencionado a partir de uma possibilidade semântica infinita que vai além de um significado imediato e que, em geral, não possui uma equivalência absoluta na língua de chegada. Seleskovitch (1968) julga que, caso possuísse, essa seria uma tarefa sem maiores aspectos de complexidade e que até uma criança poderia sujeitar-se a essa “brincadeira” de traduzir palavras por palavras, (idem, p.8).

Portanto, para essa autora, o termo *transcodificação* ficaria reservado à tradução de números, percentuais, nomes, quando a informação “seria livre de qualquer interferência interpretativa no seu conteúdo”, ou seja, no caso de o palestrante

apresentar uma tabela de dados percentuais, o intérprete traduziria os dados tais quais na tabela original.

De uma posição estruturalista, Mounin, por exemplo, afirma a irredutibilidade dos sistemas entre si, pois “se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução seria impossível” (Mounin, 1975, apud Arrojo, 1992a, p.75). A teoria de Seleskovitch, de certo modo, responderia a uma crítica tal, assumindo uma posição funcionalista e compreendendo a comunicação como uma “mensagem” entre o emissor e o receptor. Seleskovitch afirma, inclusive, que apenas palavras com etimologias e fonéticas *similares* podem ser traduzidas rapidamente. Para dar conta dessa diferenciação, a autora distingue *transcodificação* de *interpretação* (compreensão). Por isso é que se poderia dizer que ela responde a essas críticas.

Para Seleskovitch, a interpretação simultânea é comunicação, pois privilegia a conversão das idéias para que seja acessível para o público/ouvinte abrindo caminhos para abordagens da ordem comunicacional, mas também de ordem cognitiva, devido à forma com que ela pensa a interpretação simultânea e a importância de uma “bagagem cognitiva” para o sujeito-intérprete.

Ainda conforme Seleskovitch, o intérprete passa por um processo mental em que buscará a reformulação do que foi falado por um orador, e que o sentido esperado pelo intérprete está no conceito de bagagem cognitiva, ou seja, é a experiência de vida do intérprete que o ajudará a selecionar e identificar os conteúdos para mais uma vez selecionar as palavras a serem faladas no resultado final na língua de chegada. As idéias da autora compartilham com a visão logocêntrica na qual a origem dos significados partiria de fora do sujeito que fala. Os trabalhos de Mariane Lederer, (1990), sob a

coordenação de Seleskovitch, na Sorbonne, acrescentam que, tanto no trabalho do intérprete como no do tradutor, existe uma “memória das coisas ditas anteriormente que o ajuda a compreender as sentenças a serem enunciadas”, (p. 57-58). Lederer define o conceito de “bagagem cognitiva” como: “o conhecimento de mundo que existe independente dos atos da fala (...) que contribuem para a compreensão do que foi dito”.

Em uma abordagem sobre as teorias de tradução e filosofia de linguagem, a pesquisadora Rosemary Arrojo (1992a) explica que as disciplinas que se dedicam aos estudos da linguagem, em geral, têm um pressuposto comum: a oposição entre sentido literal e sentido metafórico.

O **sentido literal** estaria associado a uma estabilidade do significado; ele preservaria a linguagem da interferência de qualquer texto e/ou interpretação; estaria associado a uma norma, enquanto que o **sentido metafórico** estaria vinculado, por sua vez, a uma visão não-literal e sim a uma criatividade, invenção, permitindo uma interpretação do conteúdo, portanto uma ruptura da norma. Arrojo filia-se aos teóricos desconstrutivistas, como J. Derrida (1975), que apontam, nas teorias do conhecimento e da linguagem, o funcionamento de um logocentrismo, de uma ciência idealizada, em que se pressupõe a estabilidade dos sentidos, e que busca, no que diz respeito à língua, alcançar a sistematização do significado.

Arrojo aponta J. Searle – autor representante da filosofia analítica que dá continuidade às reflexões de Austin sobre as teorias dos atos da fala – como uma referência para essa compreensão comunicacional: de um lado a língua como norma em que os sentidos são transparentes, de outro lado a intencionalidade do falante. A língua teria uma semântica normatizada, distinguindo-se o significado poético (metáfora) do significado semântico (literalidade).

A Análise de Discurso (AD), conforme proposta desenvolvida por M. Pêcheux e E. Orlandi, não reforça esse pressuposto, mas o critica, compreendendo-o como sintoma da ilusão de transparência da linguagem e do sujeito como origem do dizer. Segundo Pêcheux, uma palavra, uma proposição não tem o sentido preso à sua literalidade. O sentido é sempre uma palavra por outra, uma transferência metafórica. A metáfora é, pois, uma palavra por outra. A inscrição em uma dada Formação Discursiva é que vai eliminar a ambigüidade, constituindo uma relação com o interdiscurso, ou seja, com uma memória discursiva pela qual o sentido transita. É dizer “x” deixando de dizer “y”. Nesse sentido, não há literalidade, Orlandi (1988), afirma que as várias instâncias da linguagem se constituem através da tensão entre o *mesmo* (processos parafrásticos) e o *diferente* (processos polissêmicos).

Para a mesma autora (2001), o sentido sempre pode ser outro porque há a abertura do simbólico para a sociedade e para a história. Essa autora lembra, ainda, que sujeito e sentido se constituem na articulação da língua com a história. Portanto, em Orlandi, temos uma crítica em relação a uma visão de linguagem comunicacional, que predomina nas práticas de (sobre) linguagem da atualidade tais como: o jornalismo, a tradução, e o próprio ensino de línguas. Segundo esta concepção de linguagem comunicacional a metáfora (o poético) seria uma condição especial do sentido⁵ distinguindo-se do sentido literal (a comunicação cotidiana). Dessa forma, do ponto de vista discursivo, a separação de forma e conteúdo da língua no processo tradutório apresentado por Seleskovitch não seria possível.

⁵ (Cf.) Pêcheux (1998) se refere a essa distinção entre a linguagem na poesia e a linguagem na comunicação apontando que a poesia não é o **domingo** do pensamento.

1.8 Teoria da Análise de Discurso

A Análise de Discurso (AD) é descrita pelo quadro epistemológico que se situa na articulação de três regiões do conhecimento científico, a saber:

1, materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações compreendidas aí a teoria das ideologias;

2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

Ressalta-se que as três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade – de natureza psicanalítica.

Dessa intersecção, a AD afirma respectivamente: a não-transparência da história; a não-transparência do sujeito e a não-transparência da língua. Como consequência identifica em seu objeto, o discurso, a conjunção de três modos de opacidade: a do sujeito, a da língua e da história.

A formulação dos sentidos na AD é analisada de forma a privilegiar a compreensão de materialidade da língua como materialidade lingüístico-histórica. Num confronto do político com o simbólico.

Na AD a linguagem tem um aspecto estrutural (língua sujeita à falha) e um aspecto da ordem do acontecimento histórico-social (fala enquanto produção de linguagem), não separando as falas de um sujeito das ações sociais, considerando a exterioridade um fator constitutivo da linguagem, por isso, seu objeto de estudo é o *discurso* e suas teorias e conceitos relacionados aos métodos de análise. Para Orlandi (1999), a própria palavra discurso traz em si a idéia de percurso, de movimento,

afirmando que “(...) o discurso é a palavra em movimento, prática de linguagem (...)” (p. 15).

Esse discurso (objeto histórico-ideológico) está atrelado a uma prática social que implica em uma exterioridade à língua possibilitando uma abordagem de natureza não-lingüística, na qual a concepção de linguagem está marcada pelo conceito social, histórico e ideológico. Essa exterioridade seria compreendida como condição em que o discurso se produz as chamadas **Condições de Produção (CP)**.

Para estudar o funcionamento discursivo, a AD considera que condições de produção estão ligadas às relações de forças dentro do discurso mantendo uma relação primordial da linguagem com a exterioridade, que é discursiva. Orlandi (1986) explica que a exterioridade é constitutiva para o discurso e em um contexto mais amplo considera-se as condições sócio-histórico-ideológicas as **CP** e num sentido mais restrito, as circunstâncias de enunciação as **cp**, isto é, o falante, o ouvinte, o contexto da comunicação. Ambas dizem respeito às possibilidades múltiplas da formulação dos sentidos que desliza entre diferentes *posições-sujeito* segundo diferentes *condições de produção* e afetadas por diferentes formações discursivas.

Para Pêcheux (1969), o sentido da palavra não existe em si mesmo, ele é construído a partir das condições de produção de um (a) determinado (a) fala/enunciado. No entanto, o sentido é considerado *efeito de sentido*, que dependem dos lugares sociais e das projeções sobre esses lugares, isto é, lugares *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo.

Uma possibilidade de acesso ao sentido considerada na AD é pela “interpretação”, que se apresenta nessa disciplina como uma questão, pois na AD a interroga. A teoria da interpretação da AD não se preocupa em atravessar o texto para encontrar sentido do outro lado, ela se preocupa, sim, em questionar como o sentido é

produzido e não qual é o sentido. Assim, a interpretação se distingue em dois dispositivos: o *dispositivo teórico* e o *dispositivo ideológico*. Orlandi (1996) explica que nos dois casos existe uma mediação, entretanto, a mediação da posição construída pelo analista, pelo *dispositivo teórico (metodológico)*, trabalha a questão da alteridade, daí se espera que essa mediação produza um “deslocamento que não se inscreva em uma formação discursiva e sim entre em uma relação crítica com o conjunto complexo de formações” (p.84-85). Dessa ótica, o analista é capaz de “trabalhar na opacidade da linguagem, a sua não-evidência relativizando a relação do sujeito com a interpretação” (idem, p. 85). No *dispositivo ideológico*, o sujeito está sob o efeito do apagamento da alteridade (exterioridade, historicidade): daí, a ilusão do sentido lá, de sua evidência ele “se inscreve em uma formação para que suas palavras tenham sentido e isso lhe parece como ‘natural’, como sentido lá, transparente” (idem, p. 85).

Na AD, o sentido está sempre em curso ele não é visto como um produto acabado, pois, dessa forma, estaria propiciando uma ilusão de que o enunciado quer dizer o que realmente diz. Para Orlandi (2001), a incompletude sempre se faz presente no processo de significação. Não existe sentido em si, a interpretação é uma injunção, os sentidos, ou efeitos de sentido, que vão se definindo sempre em “relação a”. Não há uma transparência entre o sujeito e o sentido, dessa forma o sujeito fica obrigado a interpretar (compreender) para significar num processo que Orlandi chama de **gestos de interpretação**, uma vez que é uma prática simbólica.

Os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que tem por característica colocar o “dito” e em conseqüência rejeitar o “não-dito”. A enunciação equivale, pois, a colocar fronteiras entre o que é selecionado e tornado preciso aos poucos (o universo do discurso) e o que é rejeitado. Desenhado o campo de “tudo o que

teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)” ou o campo “tudo o que se opõe ao que o sujeito disse”.

Orlandi (2001) afirma que para Pêcheux (1969) os gestos de interpretação são atos no nível simbólico, porém a autora estende essa noção para uma prática discursiva que intervém no mundo, no real do sentido. A questão do sentido torna-se, pois, uma questão de materialidade movida pelas modificações do discurso no que se referem às posições-sujeito, às diferentes formações ideológicas, aos múltiplos recortes de memória, à exterioridade, através de nossa memória histórica, ou seja, o chamado **interdiscurso**. Esse conceito se refere ao conjunto de formações discursivas e no nível da constituição do discurso pré-construído funcionando na forma de um já-dito que sustenta a significação permitindo-se afirmar que o que é dito não começa e termina no sujeito, pois os sentidos são anteriores.

Pêcheux (1983) aponta dois esquecimentos necessários para que o homem diga, o *esquecimento número 1*: o sujeito considera que a origem do dizer estaria naquele que diz, tem a ilusão de ser o criador absoluto do discurso e o *esquecimento número 2*: o sujeito esquece que seu dizer não é o único possível, e que outros gestos de interpretação são possíveis para aquele mesmo objeto simbólico. Esses esquecimentos são necessários para que o sujeito se enuncie, fale e tenha a ilusão da completude, seria a relação pensamento/linguagem/mundo, a relação que não é fechada, mas que deixa um espaço para a interpretação.

Esta incompletude, para Orlandi (2001), uma qualidade e não um defeito do processo de significação chamado de **abertura do simbólico**, lugar do possível na linguagem. Entretanto, não é porque esse processo de significação é aberto que o sentido será livre, é exatamente o contrário, o processo de significação é regido e administrado pelas instituições distribuídas pelas diferentes posições-sujeito (pai,

professor, empregado, líder político) e pelas instituições (igreja, escola, empresa etc.) e pelas produções de textos (constituições, regulamentos, livros etc). Orlandi explica que “os sentidos não estão jamais soltos (livres), eles são administrados (geridos)” (2001, p.28). Cabe ao analista de discurso não ser indiferente a todos esses aspectos de funcionamento da interpretação, levando em conta a linguagem enquanto estrutura e acontecimento, compreendendo os gestos de interpretação e, portanto, a produção de sentidos nos discursos.

1.9 Das Formações Imaginárias

Todo processo discursivo supõe a existência de relação de forças entre os protagonistas a partir das posições-sujeito do discurso. O que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles próprios se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Portanto, as Formações Imaginárias (FI) são o mecanismo discursivo que levam ao sujeito imagens sobre a posição dos protagonistas que intervêm dos lugares sociais e suas projeções sobre esses lugares como uma das condições de produção discursiva e como um objeto imaginado, não se trata de realidade física, como explica Pêcheux (1969), seria um efeito de sentido entre os interlocutores no qual “os sujeitos A e B de um discurso designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais” (p.82). Nessa antecipação, eles projetam representações imaginárias estabelecendo estratégias discursivas. Assim, se o sujeito fala a partir de uma posição-sujeito, por exemplo, professor, suas palavras têm um significado diferente do que se

falasse de outra posição-sujeito, esse mecanismo regula a argumentação de tal forma que o sujeito possa falar de um jeito ou de outro.

A noção de FI pensada por Pêcheux (1969) parte da idéia de que os protagonistas interferem na produção do próprio discurso. Segundo Pêcheux (idem) os lugares estão representados no processo discursivo em cena, assim, o autor define o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro* (p. 82).

Abaixo uma representação do quadro das formações imaginárias: A posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso.

Expressão que designa as formações imaginárias	Significado da expressão
A – IA (A)	Imagem do lugar de A, para o sujeito colocado em A.
A – IA (B)	Imagem do lugar de B, para o sujeito colocado em A
B – IB (B)	Imagem do lugar de B, para o sujeito colocado em B
B – IB (A)	Imagem do lugar de A, para o sujeito colocado em B

A posição dos protagonistas do discurso intervém a título de condições de produção do discurso. Também o “referente” (“contexto”, “situação”) é parte das condições de produção.

A	Ia (R)	“ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim”
B	Ib (R)	“ponto de vista” de B sobre R	“De quem me fala assim”

A = imagem de A, imagem de B e imagem de R. Imagem sobre a imagem que faz B de A, B e de R.

B = imagem de B, imagem de A e imagem de R. Imagem sobre a imagem que faz A de A, B, e de R.

Dessa forma, Pêcheux introduz esses elementos no sentido de uma descrição formal dos processos discursivos.

Por oposição à tese fenomenológica que colocaria a apreensão perspectiva do referente, do outro e de si mesmo como condição pré-discursiva do discurso, a AD supõe que a percepção é sempre atravessada pelo *já ouvido* e o *já dito*, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias.

Como apresentado na introdução, as questões suscitadas por esse trabalho partiram desse embasamento teórico. A pesquisa tem como proposta compreender como é o processo das FI na prática da interpretação simultânea, através da análise das respostas dos intérpretes como um discurso sobre a prática da interpretação.

CAPÍTULO II

2. PANORAMA HISTÓRICO

2.1 A interpretação desde a antiguidade

Junto com a constituição de uma prática e/ou de uma disciplina, também se constitui a história desta prática e/ou disciplina, como algo que faz parte de sua significação, isto é, *que lhe dá sentido* como produção de conhecimento em uma dada sociedade. Lembro aqui das formulações de Paul Henry, em “A história não existe?” (trad. bras. Orlandi 1984 org.): “o homem não está somente preso a uma evolução biológica, não tem somente no decorrer de sua vida um desenvolvimento individual físico, fisiológico, intelectual, moral, etc., mas tem uma história” (p.51) – e isto porque ele fala, isto é, porque é um ser simbólico. E que a história existe porque “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências” (p. 51-52), o que poderíamos traduzir de uma maneira mais direta como: “os fatos reclamam sentidos”.

A história da interpretação remonta essa prática entre línguas, bem como a própria palavra *interpretar*, à Antiguidade. Constitui-se, assim, uma história dessa prática associada à própria história da chamada “civilização ocidental” – de acordo, por exemplo, com as obras dos autores Taylor, Hebert e Gaiba.

Segundo Taylor (2001), pesquisadora e intérprete, a palavra **intérprete** advém dos tempos da Roma antiga, do latim *interpres* e *interpretari* e era usada para os dois processos: o de traduzir e o de interpretar. A autora descreve que a prática da interpretação é muito antiga. Ela recorre à mitologia grega e diz que os intérpretes eram chamados pelos gregos de “hermeneutas”.

Na mitologia grega, Hermes era o Deus mensageiro do Olimpo. Ele tinha o poder de ver o invisível e, por isso, podia traduzir as mensagens dos Deuses para os mortais e depois interpretá-las para torná-las compreensíveis. A respeito de invisibilidade, Taylor retoma uma passagem em que Saint-Exupéry, na fábula *O Pequeno Príncipe*, diz que “(...) o que é importante é invisível para os olhos (...)”, frase essa que poderia ser tomada como uma alusão aos bons trabalhos de interpretação.

O intérprete não é visto por todos durante um evento, pois a localização das cabines, em geral, é no fundo das salas de convenção. Alguns profissionais chamam os intérpretes de “vozes sem corpo” – há inclusive relatos de casos que alguns ouvintes saem do evento dizendo-se interessados em comprar um daqueles “aparelhos que traduzem tudo”.

Assim sendo, o intérprete representa, ali com sua voz, as palavras, portanto os interesses do orador, concentrando-se somente nos interesses dessa figura e mantendo a concentração em um nível muito alto para compreender o que está sendo dito, para transmitir, como se fosse o próprio orador, aos ouvintes. Ou seja, sem a “manifestação de sua existência” – enquanto sujeito de enunciação ou sujeito de discurso, somente sua voz.

Para Hebert (1952) as palavras *traduzir*, *tradução* e *tradutor* estão em evidência atualmente, pois nas organizações internacionais, por exemplo, já é comum encontrar cabines permanentes para interpretação, bem como nos locais de conferências

internacionais, uma vez que o intérprete se tornou uma figura imprescindível nesses eventos. Dessa forma, poderíamos dizer que o intérprete assume um lugar “oficial” dentro da oficialidade das relações internacionais que vai se re-estruturando no pós-guerra.

Taylor e Hebert concordam que a figura do intérprete sempre existiu, se referindo às conquistas religiosas e históricas, e lembram que os textos em grego e latim mencionam a presença dos intérpretes nas marchas de conquistas religiosas e de terras estrangeiras. Em Hebert, cita-se como um exemplo Pierre Dubois que, no início do século XIV, defendeu a criação de escolas para formar um grupo de pessoas habilitadas a falar com os não-cristãos visando uma compreensão mais próxima de seus pensamentos para posteriormente partirem para a conversão.

Ainda segundo Hebert, o papa Bonifácio VIII foi criticado pelo fato de não ser um poliglota; o autor afirma também que o melhor método, visando uma ampla e mútua compreensão entre os católicos, certamente seria ter um número de intérpretes sábios e fiéis que poderiam transmitir uns para os outros que desejam catequizar. Segundo a Bíblia, o apóstolo Paulo, em sua Epístola I aos Coríntios 14:28, diz: “Se alguém souber uma língua desconhecida, faça-o por dois, ou quanto muito três, e por sua vez, que haja intérprete”. A *função de intérprete* ocupa então, para além da *cena enunciativa*, um determinado papel na expansão das forças políticas dominantes: o de levar aos que não dominavam o idioma do conquistador / catequizador as palavras para a conversão, ou como diziam, para a “compreensão da mente”.

No Brasil, as escolas jesuítas tiveram um importante papel para a colonização. Existia uma política de ordenação de padres vinculados à Missão, por laços de obediência, que eram chamados de “línguas” (ou “língoas” na grafia da época), isto é, padres que dominassem o idioma local. A história da dominação dos habitantes locais

pelos europeus passou primeiro por um aprendizado da língua tupi – língua da conversão religiosa – e depois pelo desenvolvimento de um tupi “escolar”, o tupi jesuítico. Ao escrever uma gramática da língua tupi, Anchieta possibilita uma outra relação com essa língua de tradição oral, introduzindo-a com isso em uma tradição escrita, atravessando-a pela memória das línguas clássicas por meio de seus modelos de gramática, do grego para o latim⁶.

Os missionários jesuítas se estabeleceram no Brasil com o primeiro Colégio Jesuíta em São Vicente, São Paulo, e com o Colégio de Jesuítas em Salvador, na Bahia. O tupi era aprendido de forma diferente em cada uma dessas localidades. No colégio da Bahia, era com base na gramática de Anchieta, no colégio de São Vicente, o conhecimento do tupi se deu pelo recrutamento de colonos ou pela exposição de órfãos vindos das metrópoles, a situações de uso oral do tupi. Segundo a pesquisadora M. Barros (1995):

“a importância que havia no fato de ser ‘língua’ pode ser observada na Colônia pelo grande número de solicitações de dispensa das exigências institucionais para receber os votos. Os pedidos de dispensa apontam para o fato de que aquelas pessoas não correspondiam ao perfil requerido na Metrópole, mas ainda assim se pleiteava sua entrada ou promoção na Ordem, muitas vezes pelo domínio da ‘língua da terra’.” (p.5)

Um dos casos de dispensa é em relação ao conhecimento do latim, conhecimento esse que, para se ordenar padre na Metrópole, era indispensável.

Segundo Barros (idem), há relatos de situações de conflitos e de perigos que os línguas resolveram pela oratória, “alguns línguas missionários foram reconhecidos como ‘pregadores’ na língua indígena pelo domínio da oratória do tupi” (p.7).

⁶ O estudo de Nunes (1996) “A gramática de Anchieta e as partes do discurso” possibilitou a compreensão desse momento de gramatização no Brasil. (cf. bibliografia).

A situação descrita, ocorrida no início da colonização no Brasil, serve para mostrar que os autores Taylor e Hebert trazem em suas obras uma história da interpretação em que aproximam situações bastante distintas.

Os “línguas” não eram “línguas” por *interpretar trechos de falas* (nem interpretação simultânea, nem consecutiva), mas por tornarem possível a conversão, na medida em que podiam atuar numa relação entre duas culturas, em uma direção muito determinada dentro de uma estrutura de conversão religiosa, a serviço da colonização portuguesa, em que aparecem marcas dos poderes religioso e político. Assim, evidencia-se o discurso da conversão como um discurso sobre o governar, o poder, Deus. Daí a necessidade de ter “línguas” ordenados padres jesuítas.

Ao traçar um percurso sobre as condições de produção de uma prática da interpretação mostra-se que a função de intérprete fica identificada a uma figura que sempre aparece no meio do poder, isto é, daqueles que tem um objetivo de conquista. O pesquisador Pagura (2001), ao relatar fatos da história da interpretação, destaca dois momentos.

O primeiro é a expedição de Cristóvão Colombo, em 1492, visando descobrir novas rotas no ocidente. Segundo Pagura (*idem*), Colombo trouxe consigo um intérprete poliglota, mas de nada adiantou, pois suas habilidades lingüísticas se limitavam aos idiomas hebreu, caldeu e árabe – ou seja, esse intérprete estava marcado pela relação com outras sociedades em outros confrontos de poder. Frustrado com o inesperado, Colombo decide capturar alguns nativos, levá-los para a Espanha para convertê-los em cristãos e ensinar-lhes o espanhol. Dessa forma, eles poderiam ser usados como intérpretes/línguas nas expedições futuras.

O segundo, diz respeito à conquista dos espanhóis, mais especificamente a história da intérprete Doña Marina que seria a história mais bem documentada sobre a participação de um intérprete nas conquistas.

Segundo a historiadora Montaudon (2007), durante a invasão do México pelos espanhóis entre 1519 e 1521, o objetivo era dominar os territórios Maia, Asteca e Inca. Ao chegar a Tabasco, território asteca, o conquistador Hernán Cortez teria recebido algumas jovens como escravas, dentre elas Doña Marina, que lhe chamou a atenção por falar o idioma asteca *nahuatl* e o idioma *maia*. Cortez se aproveitou dessa habilidade lingüística da jovem para assegurar sua própria posição social. A jovem então passou a exercer o papel de intérprete (e mediadora cultural) entre as conversas de Cortez de *nahuatl* (asteca) para *maia*; e Gerônimo de Aguilar, monge franciscano que acompanhava Cortez, interpretava do *maia* para o espanhol. A associação estreita entre Cortez, Doña Marina e Aguilar fez com que, rapidamente, a jovem aprendesse a língua espanhola e Aguilar fosse dispensado por Cortez que utilizaria somente Doña Marina como intérprete tanto do *maia* como do *nauhtl* para espanhol, como ilustrado na gravura abaixo, que mostra a posição da intérprete junto ao conquistador.



Ilustração 1 - disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Imagem:Malinche_Tlaxcala.jpg#filelinks

Doña Marina era considerada por Cortez uma figura indispensável e ela o acompanhou como sua intérprete tornando-se sua pessoa de confiança e possibilitando que ele se comunicasse com os indígenas, obtendo informações importantes sobre os líderes astecas, utilizando-as a seu favor para formar alianças para derrotar inimigos em comum, culminando com a vitória dos espanhóis sobre o povo asteca. Isso fez com que Doña Marina fosse vista como uma traidora pelos astecas, por isso alguns a chamam de *La Malinche*, cuja tradução pode ser algo como “traidora”. Novamente fica caracterizado um cenário em que a figura do intérprete está relacionada a alguém que ocupava um lugar de confiança junto ao poder⁷. Assim como na colonização do Brasil, Doña Marina ao lado de Cortez teve um papel de “língua”, posicionando-se como parte do poder político envolvido na situação.

A história da interpretação, de acordo com os autores consultados nessa pesquisa, mostra a função do intérprete, nessas condições, favorecendo os poderes políticos instituídos, o poder dos Estados nacionais e o poder da Igreja Católica.

Bowen (1998) afirma que a história dessa prática foi composta principalmente por diários dos próprios intérpretes, cartas e alguns documentos que fazem referência ou se relacionam com a interpretação comparando a reconstrução dessa história com um mosaico de fatos com peças reunidas para determinar o que efetivamente aconteceu. Apesar de existirem registros da participação de intermediários (línguas / intérpretes) desde muito tempo, só tiveram nomenclatura de **intérprete** na época moderna, a partir da profissionalização desta prática enquadrada no atual mercado de trabalho. Segundo Gaiba (1998), a profissionalização do ofício é relativamente recente e se deu a partir do julgamento de Nuremberg, em 1945, que será abordado mais adiante nesse trabalho.

⁷ Agradeço a contribuição do Prof. Lauro Baldini que acrescentou o fato de que durante a revolução soviética, somente o fato saber uma língua estrangeira abria uma possibilidade de acusação de “cosmopolitismo” ou seja, comportamento ligado à um pensamento filosófico que despreza as fronteiras geográficas imposta pela sociedades considerando que a humanidade segue as leis do Universo – isto é, considera os homens como formadores de uma única nação, não vendo diferenças entre as mesmas.

Dessa forma, evidencia-se que a história da interpretação simultânea é uma história que se apresenta, e é habitualmente, como uma história oficial, ou seja, os fatos são narrados a partir da perspectiva do poder em um dado momento histórico. Conseqüentemente, com os exemplos sobre os intérpretes que atuaram nas conquistas, segundo autores consultados, a história geral enquanto *história da civilização européia* não é problematizada, nem tampouco confrontada. Isto porque os intérpretes que têm construído a história da interpretação o fazem de um lugar marcado, aquele do poder dominante e atualizam desse modo a história oficial da civilização ocidental regionalmente neste domínio científico, isto é, refletindo-a no interior da área da interpretação.

2.2. História contemporânea da interpretação

Durante o Congresso de Viena (1814-1815), as negociações internacionais eram realizadas somente em francês (língua diplomática daquela época) e um dos objetivos era o de redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota de Napoleão Bonaparte.

Mais adiante, em 1919, nas audiências da Conferência da Paz de Paris, os britânicos insistiram para que o inglês também fosse reconhecido como língua diplomática oficial, devido sua participação no cenário político histórico naquele momento. Dessa forma, os assuntos referentes às questões diplomáticas poderiam, a partir de então, ser discutidos nos idiomas: francês e inglês, conseqüentemente, gerando uma necessidade permanente de intérpretes para os dois idiomas. Nesse período, a

modalidade de interpretação utilizada era a consecutiva, atendendo os dois idiomas oficiais, ou seja, o francês e o inglês.

Durante o Tratado de Versalhes, em 1920, constitui-se a Liga das Nações, sediada em Genebra, na Suíça. Essa organização internacional teria sido idealizada pelas potências vencedoras do conflito da Primeira Guerra – França, Inglaterra e Rússia – com o intuito de preservar a paz no mundo, denominando a Alemanha principal responsável pela guerra. Portanto, as reuniões passariam, a partir desse fato, a serem feitas não mais nos idiomas francês e inglês, mas também nas novas línguas oficiais, a saber, o alemão e o russo.

Segundo as descrições de Taylor (2001) para essa época, poderíamos dizer que a interpretação constituía o seguinte cenário:

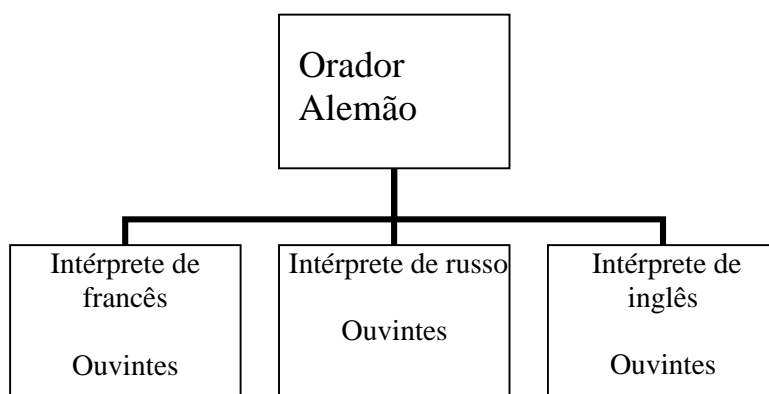


Ilustração 2– Representação das salas de reunião apresentado por Taylor, 2001.

A constituição deste “cenário” representa a possibilidade de uma “resolução dos conflitos” através da “comunicação”. As línguas aí presentes, contempladas nesse momento, no cenário das reuniões internacionais, são as línguas do poder na Europa, isto é, as línguas nacionais dos Estados mais proeminentes. Esse momento marca uma associação no modo de representatividade de uma ou outra língua. Não estão aí, por exemplo, o italiano, o espanhol, o português, também línguas europeias, mas de nações

menos representativas do poder econômico que assume novas feições depois das Guerras.

A partir da criação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, as línguas oficiais começariam a ser consideradas, também, *línguas de trabalho* das negociações.

Marca-se neste momento uma mudança no processo discursivo das relações internacionais em relação às línguas diplomáticas; esse marco se associa ao modo de representatividade com uma ou outra língua.

As reuniões da OIT contavam com a participação de representantes do governo, empregadores e empregados, fato que muda o conteúdo das reuniões que não mais se restringiriam aos assuntos diplomáticos, mas também se voltariam para questões econômicas, trabalhistas, incluindo assuntos técnicos – situação essa que exige do intérprete uma ampliação no domínio de conhecimentos em assuntos de áreas específicas.

2.3 Primeiros passos da interpretação simultânea

Segundo Gaiba (1998), a invenção do sistema de interpretação simultânea é descrito por André Kaminker em uma palestra na Universidade de Genebra em 1955.

A autora relata que Kaminker teria sido um dos primeiros intérpretes de simultânea na história, considerando sua atuação como intérprete nas duas Guerras Mundiais e também na Liga das Nações, além de ter interpretado a fala de Hitler aos jovens alemães, em 1934, transmitido ao vivo por uma rádio francesa.

Segundo Gaiba, Kaminker atribui a invenção da interpretação simultânea aos engenheiros Gordon Finlay e Edward Filene que trabalhavam na International Business Machine, ou IBM, e desenvolveram no final dos anos 20 um equipamento que ficou conhecido como Sistema Internacional de Tradução **Filene-Finlay** da IBM, patenteado em 1931, cuja foto divulgada no site da empresa segue abaixo, marcando assim a importância que teve para a IBM desenvolver esse projeto, discutido adiante.



Ilustração 3: Aparelho de interpretação Finle-Finlay disponível em: http://www-03.ibm.com/ibm/history/history/year_1931.html

Esse sistema também é descrito pela autora como **interpretação sucessiva e simultânea**. Porém, ainda que muito similar ao utilizado na interpretação simultânea atual, não era muito eficaz. Os métodos utilizados pelos intérpretes eram diferentes: alguns recebiam de antemão os textos das falas e simultaneamente à apresentação do orador os liam para o público, que, por sua vez, os ouviam através dos fones – o que tornou o sistema muito confuso de ser utilizado e, com o fim da Liga das Nações, por volta de 1942 a idéia ficou abandonada.

Porém, com o aumento da necessidade de profissionais amplamente preparados para interpretação consecutiva, foi inaugurada, na Universidade de Genebra, na Suíça, em 1941, a primeira escola de intérpretes de conferência. Naquela época, os alunos passavam por treinamento em quatro idiomas: o francês, o inglês, o alemão e o

russo, ou seja, novamente aparecem os mesmos idiomas, já apontados como idiomas de um cenário histórico internacional, que representariam, pois, as “vozes” do poder econômico e político, em confronto com as outras “vozes” (línguas) silenciadas nesse intercâmbio.

A escola se desenvolveu, ganhou notoriedade mundial e atualmente é considerada a mais importante e o mais respeitado curso de formação de intérpretes profissionais, contando com um número de intérpretes e teóricos renomados.

2.4 The Nuremberg Trial: a consagração da interpretação simultânea

Ao final da Segunda Guerra Mundial e com a aproximação do julgamento de Nuremberg, sabia-se que a interpretação consecutiva seria impraticável, pois aumentava (e muito) o tempo dos julgamentos, além do fato de ser em diferentes idiomas, o que exigia um maior conhecimento e habilidade da/na língua.

Um nome reconhecido na evolução da interpretação simultânea é o do lingüista Leon Dostert. Ele, além de intérprete do general americano Dwight D. Eisenhower, era oficial no Pentágono e responsável pelos serviços lingüísticos das negociações estrangeiras. Na década de 40, Dostert, com sua larga experiência, também fundou nos EUA a divisão de estudos de tradução e interpretação, na Universidade de Georgetown, onde atuava como professor, apesar de atualmente essa divisão ter sido extinta.

Com todos esses predicados, o lingüista/intérprete tinha conhecimento do sistema anteriormente desenvolvido por Filene-Finlay, e também das opiniões negativas a respeito daquele sistema. Assim sendo, foi nomeado responsável por aprimorar o sistema de interpretação simultânea para o julgamento.

O contato com a IBM é retomado, na intenção de obter o projeto para o seu aprimoramento e nessa nova versão o equipamento teria de ser desenvolvido para que vários intérpretes pudessem traduzir simultaneamente.

Segundo Gaiba (1998), a IBM teria prontamente atendido ao pedido de revisão do *Sistema Internacional de Tradução*, e se disponibilizou sem custos o seu serviço tecnológico, argumentando que esse gesto era parte do programa (deles) que visava trazer a compreensão internacional, promovendo assim a paz mundial. A autora ressalta que essa atitude não teve nada a ver com senso de generosidade e que o interesse da IBM era publicidade para, posteriormente, vender o equipamento para as Organizações das Nações Unidas, ONU, com sede em Nova York. Podemos acrescentar, ou salientar, por outro lado, que a participação de uma multinacional como essa é significativa aos interesses que este “cenário” da interpretação representava naquele momento.

De qualquer forma, o equipamento foi desenvolvido e a IBM disponibilizou pessoal qualificado para a sua instalação, bem como o empréstimo de parte dos fones de ouvido utilizados. Constitui-se, assim, um novo equipamento que funcionaria da seguinte forma: por um sistema elétrico de transmissão, a comunicação ocorreria por microfones e enormes fones de ouvido. O intérprete ouviria o original pelos fones e traduziria para a língua alvo por meio de tomadas seletoras. Os ouvintes podiam escolher o canal de seu idioma.

Dentro de um cenário de poder econômico, a IBM se posicionou como uma referência nas questões tecnológicas desde o momento da recessão americana na crise de 29. Junto com os interesses políticos envolvidos naquele momento da interpretação simultânea, fica claro o interesse da empresa também em se posicionar como a provedora do serviço de interpretação, visando conquista de mercado.

O próximo passo para Dorstert foi iniciar um rigoroso processo de seleção para intérpretes – de consecutiva – e também com pessoas comuns que falassem fluentemente as línguas utilizadas no julgamento (russo, alemão, inglês e francês). Posteriormente à seleção, iniciou-se um treinamento intensivo, objetivando compor uma equipe de intérpretes que atuariam em Nuremberg.

Os equipamentos foram montados pela IBM no fundo da sala de julgamentos perto dos réus em cabines chamadas de “aquários” de vidro (abertas). Como descreve Gaiba (1998) mais interessante que o aspecto técnico do sistema de interpretação, era a organização do trabalho nas cabines das equipes de intérpretes. Havia 36 intérpretes que se alternavam no microfone de acordo com a língua falada, dessa forma, nenhum intérprete trabalharia acima de seu limite – quatro grupos de três intérpretes ficavam na sala de audiência de cada vez. Essas quatro cabines (total 12 intérpretes) constituíam uma equipe. Havia outras 2 equipes de mais 12 intérpretes totalizando:

Equipe 1: em atividade;

Equipe 2: de plantão em uma sala ao lado com o áudio do que estava ocorrendo no tribunal, e cada intérprete estaria preparado para qualquer súbita substituição.

Equipe 3: em descanso.

Pelas fotos abaixo, pode-se ter uma melhor noção dos equipamentos na época utilizados.



Ilustração 4- Cabines de intérpretes com uma equipe de 12 intérpretes

Fonte: United States Holocaust Museum.

Disponível em: http://inquery.ushmm.org/uiia-cgi/uiia_doc/photos/15116?hr=null



Ilustração 5 - À esquerda no fundo os soldados, adiante os réus e a direita a posição das cabines bem de frente com os réus.

Fonte: United States Holocaust Museum. Disponível em: <http://www.ushmm.org>

Devido ao sucesso dessa nova modalidade em Nuremberg Dostert foi convidado a organizar o sistema de interpretação simultânea na Organização das Nações Unidas, entre 1946 e 1950. Com o aperfeiçoamento dos equipamentos e a ampliação do número de intérpretes que atuaram em Nuremberg, a interpretação simultânea se impõe e é aceita integralmente pela comunidade de interpretação, afirma Gaiba (1998).

Atualmente os equipamentos utilizados nos eventos internacionais são um aprimoramento daquele finalizado por Dostert que, por sua vez, já era um

aperfeiçoamento do primeiro modelo desenvolvido por Kaminker, Finele-Finlay. Nesse sentido, caracteriza-se uma representação técnica para uma situação (da interpretação) marcadamente política. Atribui-se à interpretação uma sofisticação no seu aspecto físico no cenário da interpretação, o que demonstraria a estreita relação dessa prática com o mundo atualizado tecnologicamente – em que as tecnologias teriam a função de produzir condições ideais a funcionamentos que “naturalmente” seriam difíceis, problemáticos. Dessa forma, há uma aproximação dessa profissão com uma área que, a princípio, não pertenceria a ela, o da tecnologia. A prova disso é que atualmente as cabines possuem tipos que devem ser dimensionados com os padrões de normas técnicas brasileiras. Elas são definidas atualmente como cabines fixas, cabines móveis e dentro dessas categorias, cada uma recebe suas especificações.

As imagens abaixo ilustram as atuais cabines e os aparelhos utilizados pelos interpretes em atuação.



Ilustração 6: modelo de cabine fixa ao fundo



Ilustração 7: Interior das cabines fixas no Parlamento Europeu



Ilustração 8: modelo de cabine móvel



Ilustração 9: interior de cabine móvel

2.5 O início da profissionalização

Como já mencionado nesta pesquisa, as primeiras escolas para formar profissionais em interpretação foram a Universidade de Genebra e a Universidade de Georgetown. Entretanto, a grande referência acadêmica na área, que modificou significativamente o conceito de formação profissional do intérprete veio com a Danika Seleskovitch, na Universidade Sorbonne, Paris III, em 1956. Reconhecida como a pesquisadora que mudaria o modo de ensinar, analisar, compreender e treinar a interpretação simultânea da nova era, com sua teoria valorizando o “sentido” na interpretação, Seleskovitch despertou interesse não somente da área dos estudos da tradução e da interpretação, bem como outras áreas que abordam os processos mentais, passando pelas disciplinas da psicologia, da psicolinguística e da neurolinguística.

Nesse período da década de 50, cria-se, nos Estados Unidos, a Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, AIIC, instituída com o objetivo de

profissionalizar a prática da interpretação, preservar direitos dos profissionais relacionados às cargas horárias contratadas e padronizar o serviço. A associação conquistou sua credibilidade como uma associação internacionalmente renomada que conta com aproximadamente três mil intérpretes membros em todos os continentes.

No Brasil, somente na década de 70 é que o mercado educacional inaugura os primeiros cursos de ensino superior em interpretação simultânea (e também tradução), em São Paulo.

A habilitação de tradutor e intérprete foi inserida como formação em cursos de Letras das universidades. Esse início inscreve a introdução desse curso no Brasil junto às mudanças do sistema educacional brasileiro, ocorridas também no início da década de 70, que retomarei no capítulo 3 nessa pesquisa.

Nessa mesma época, em 1971, a primeira associação brasileira de intérpretes foi então criada nos moldes da AIIC, isto é, sob as mesmas determinações, com os mesmos objetivos de padronizar e defender os direitos dos intérpretes de conferência no Brasil, seguindo os padrões das associações internacionais AIIC. Trata-se da Associação Profissional de Intérpretes de Conferência, APIC, em São Paulo, que na sua fundação contava com apenas oito intérpretes e em 2007 esse número estava em 125 membros, sem mencionar os candidatos a membros, que passam por um rigoroso período de avaliação para acumular o mínimo necessário de dias trabalhados e dessa forma tornarem-se membros da associação.

O processo de profissionalização da prática da interpretação produz uma *configuração técnica* para a relação – *política* – entre as línguas, em um espaço transnacional: as línguas em relação são línguas nacionais. Uma língua nacional pode ser interpretada para/por outra língua nacional, produzindo-se certa “equivalência” e um imaginário de homogeneidade entre os Estados. Porém, embora as línguas sejam todas

legitimadas como línguas de Estado, algumas podem e têm o status diferenciado nas relações diplomáticas.

Assim, a partir de uma proposição em relação às línguas diferentes no interior de um país, de um Estado-Nação, no caso o Estado brasileiro, o capítulo a seguir faz uma reflexão do cidadão brasileiro e sua relação com sua língua nacional – o português – que se configura como uma unidade. Nesse processo, procura-se compreender a relação do língua portuguesa com as línguas outras que já estavam em uso como nas terras brasileiras, como por exemplo, a língua geral e a língua dos imigrantes que são, por sua vez, interditadas.

CAPÍTULO III

3. UMA ABORDAGEM SOBRE A LÍNGUA DO BRASILEIRO E O SILENCIAMENTO DE UMA LÍNGUA “OUTRA”

Introdução:

Dado o tema desta pesquisa, isto é, a prática da interpretação no Brasil segundo os interpretes, considerou-se oportuno uma breve discussão sobre a unidade da língua no Brasil e a relação como uma *língua outra*. Consideramos que, na categoria de língua outra, inscritas no processo histórico do/no Brasil, estão, por um lado, as línguas silenciadas (em diferentes momentos, primeiro a língua geral e depois as línguas dos imigrantes) para a instituição e a preservação de uma unidade lingüística nacional e, por outro lado, a concepção de um currículo escolar moderno, que dá um lugar privilegiado ao inglês como língua estrangeira de aprendizado curricular (obrigatório).

Desse aprendizado curricular resulta, porém, um sujeito (o cidadão brasileiro) que (também) não domina o inglês: no Brasil, o inglês na escola não seria eficiente ou suficiente para um bom desempenho em *língua estrangeira*. Essas considerações são importantes, julgamos, no sentido de compreendermos o imaginário que atravessa as relações do intérprete com um orador falante de inglês e um público de conferência

brasileiro no mundo atual – em que, por sua vez, o inglês estaria se extinguindo enquanto língua estrangeira.

3.1 O Brasil, o brasileiro e uma língua nacional

O objetivo dessa discussão é o de apresentar uma visão descritiva da intersecção entre Língua/Nação/Estado e o cidadão e suas conseqüências entre a formação de uma sociedade e seus sujeitos. Dessa perspectiva, a língua institucionalizada pelo Estado silenciaria, pois, qualquer prática de língua outra com o objetivo de uma *unidade de constituição nacional*. A partir dessa delimitação, no sentido de problematizar o conceito da *língua nacional*, que se dá “de forma natural”, são apontados no caso do Brasil dois momentos históricos na política educacional, que marcaram, respectivamente, a **instituição** e a **preservação** da língua portuguesa. Tais momentos estariam associados, o primeiro ao período de colonização e o segundo ao governo Vargas na década de 30.

O processo de descrição da constituição da língua portuguesa no Brasil inicia-se, aqui, com o uso do tupinambá – ou tupi (antigo):

“(…) foi a língua falada por um grande contingente de indígenas de diferentes culturas, habitantes da costa brasileira, sendo referida por viajantes e missionários como língua dos índios, língua brasílica, língua da terra, língua do Brasil. Foi a língua predominante nos dois primeiros séculos de colonização, sendo falada não só por índios, mas por portugueses e seus descendentes, negros, colonos em geral, tornando-se a língua geral⁸ de uma extensão territorial que abrangia de São Paulo ao Maranhão”.

(Fonte: ELB - Enciclopédia das línguas no Brasil)⁹

⁸ Que no decorrer da colonização se tornou uma *língua franca*.

⁹ Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/>

Observa-se que as práticas discursivas entre os jesuítas, os brasileiros natos e portugueses se davam um confronto entre as línguas indígenas, a língua geral, a língua portuguesa e o português-brasileiro.

Segundo Nunes (1998), a língua geral “refere-se do ponto vista histórico ao processo lingüístico e étnico instaurado no Brasil pela catequese dentro de um complexo processo de colonização” (p. 53). O autor lembra, ainda, que devido a sua exposição em um processo de repressão, a escrita da língua geral não foi legitimada, pois a partir do seu processo de interdição pelo Marquês de Pombal, em 1759, o ensino nas escolas passou a se dar unicamente em português (os colégios jesuítas ensinavam em língua portuguesa e língua geral). Esse processo de interdição é justificado pelo desejo de associar um sentido de civilidade aos que a estudavam português – brasileiros, índios, portugueses. A consequência dessa interdição, segundo Orlandi (2002), é que “há uma oralidade silenciada com eficácia (...) e uma outra que (...) ainda sofre um imaginário segundo o qual o ‘brasileiro não fala bem’”.

Conclui-se que com a obrigatoriedade da língua portuguesa na escola influenciaria diretamente a relação do aluno com a escrita, a leitura e a gramática no sentido de uma diferença entre a escrita e a oralidade.

Mariani (2001) explica que o diretório de Pombal acentuou uma diferença “no dizível da brasilidade que se firmava (...) deslocou fronteiras nas práticas discursivas em curso no Brasil (...), no entanto, as raízes desse português-brasileiro continuaram resistindo e produzindo efeitos no dizível” (p.111).

Segundo Celada (2003), esse processo garantiu à escrita da língua portuguesa um lugar de conservação, que é a escola, pois de acordo com essa autora, a língua portuguesa “continua sendo apresentada aos estudantes como modelar e normativa” – na escola - perpetuando assim, “um dos gestos do processo de colonização”.

3.2 A língua dos estrangeiros no Brasil da década de 30: uma política educacional

A partir do momento em que o Brasil deixa de ser uma colônia de Portugal, e passa a ser um Estado independente, ele começa a constituir traços de sua nacionalidade brasileira. Um desses traços pode ser compreendido, a partir da metade do século XIX, com o processo de instituição da língua portuguesa como “língua nacional brasileira” que procurava desenvolver um instrumento lingüístico de gramatização diferente de Portugal.

Segundo Orlandi e Guimarães (2001) “o que está em questão não é somente a predominância de uma língua sobre a outra, nem mesmo a questão da língua do Estado, mas a língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação” (p.24). Dessa perspectiva, o português-brasileiro e o português-português, respectivamente inseridos em suas heterogeneidades lingüísticas, vão se diferenciando a partir de suas constituições históricas produzindo, conseqüentemente, discursos e significados diferentes, apesar de serem, ambas, línguas portuguesas. Portanto, a gramática passa a ser um importante objeto não somente para ensinar a língua que se fala, mas, como explica Orlandi (2001), “para construir um aparelho institucional para que o Brasil saiba que ele sabe sua língua” (p.24).

A pesquisadora Payer (2006) analisou com precisão e delicadeza o processo de imigração no Brasil em seu trabalho referente à constituição da identidade nacional brasileira, tendo como linha de desenvolvimento de sua pesquisa a questão da língua materna e da língua nacional. Nesse contexto, a autora descreve que os imigrantes

começaram a chegar ao Brasil a partir do ano de 1887 e que em 1930, o governo, Vargas (1930 -1945), percebeu que eles já estavam se tornando sujeitos brasileiros e decide controlar, em âmbito nacional, o que já se definia ideologicamente como “o problema das línguas estrangeiras” dando início a uma campanha de nacionalização. Payer (2006) explica que “denominações como *Nação Brasileira*, *Estado Nacional*, *trabalhador Nacional*, *Educação Nacional*, *Língua Nacional*, apresentam-se como facetas desse objeto discursivo difuso (...) com relação ao ‘nacional’” (p.60). A partir dessa relação, seria posta em prática uma política lingüística específica para garantir o espaço da língua portuguesa no Brasil. A *Campanha de Nacionalização do Ensino Primário* tinha como objetivo propagar um discurso para estimular o brasileiro a assimilar o sentido de *nacionalidade* como uma unidade. Nessa ocasião, explica a autora, esse sentido de “nação” não existia na população – novamente, atribui-se à escola a função de *preservar* a língua no Brasil. Envolvidos com esse processo, intelectuais e políticos da época se empenharam na apresentação de um projeto que modificaria a denominação do idioma falado no Brasil de *Língua Portuguesa* para *Língua Brasileira*, porém esse projeto foi reprovado no Distrito Federal.

Constrói-se um imaginário de unidade silenciando uma dada diversidade (língua geral e língua dos imigrantes) no sentido de instituir e preservar a unidade da língua. No caso da interdição pombalina o desejo era o de **instituir** a língua no Brasil, procurando “civilizar” – dar uma identidade aos usuários da língua. Já, no governo Vargas, o objetivo era o de **preservar** a língua portuguesa em detrimento das línguas outras que eram usadas pelos imigrantes italianos, alemães, espanhóis, etc.

Percebe-se, como resultado desse processo, que a língua dos imigrantes não poderia continuar a se expandir na sociedade, uma vez que cabia a língua portuguesa o papel de “língua nacional”. A solução viria, como descreve Payer (idem, p.94), com a

interdição oficial das línguas estrangeiras no Brasil sob influência do nacionalismo que inibiu a prática dessas línguas outras tanto nas cidades (sobretudo na imprensa escrita), quanto na zona rural. Isso fez com que os imigrantes vivessem em seus grupos e suas colônias isoladas em relação aos demais centros de povoamento, contribuindo para a manutenção de suas línguas, ou seja, suas “línguas maternas”. Apesar da interdição, a língua materna dos imigrantes continuou a ser praticada, paralelamente à língua nacional.

Alguns trabalhos da área da AD têm como eixo de reflexão a discussão língua materna x língua nacional e/ou língua nacional x língua estrangeira, tais como Payer (2006), Serrani (1997) e Celada (2007). Segundo Serrani, “a língua materna não é necessariamente aquela falada pela mãe”, mas “a língua que para cada um constitui a língua da estrutura simbólica fundamental que o faz sujeito” (p.3) colocando em discussão, por exemplo, a afirmação, mais geral de Calligaris (1993) de que “(...) a estrutura simbólica que nos faz sujeitos (...) não deixa de ser tomada numa rede maior, cultural, que é privilegiadamente a rede que uma história nacional organiza (...)” (p. 16).

Nesse contexto, constrói-se um imaginário em torno do português a partir da dificuldade que os alunos têm na escola e a língua passa a ser vista como uma língua difícil, pois o contato com a escrita e a gramática – a norma – dificultaria o aprendizado. Esse aspecto pode ser percebido nos dias de hoje, segundo Orlandi (2002), no cidadão brasileiro que – tem presente na memória histórico-discursiva – o conceito de que o “brasileiro não fala bem o português”. Entretanto, apesar das considerações das dificuldades em torno do português – e de que o brasileiro não domina sua própria língua – encontra-se na grade curricular a obrigatoriedade em estudar uma língua estrangeira, que é o inglês. Assim, uma vez que no brasileiro já funcionava um

imaginário de que sua língua é difícil, como poderia ele lidar com a dupla dificuldade de ter ainda de aprender o inglês?

Pode-se dizer que, como consequência das considerações sobre o aprendizado do português, o inglês aprendido na escola também assume sentido de um saber precário, no entanto, ele mantém seu espaço oficial no ensino brasileiro. Porém, o brasileiro não tem a ilusão de aprender o inglês como resultado dessa inclusão no currículo escolar, e sim, ao contrário, de que, se deseja alcançar um bom nível nesse idioma, deverá fazê-lo por uma escola de idiomas, cursos no exterior, exames de proficiência.

3.3 Reforma educacional Capanema: um lugar para a língua estrangeira

Uma vez apresentadas as reformas educacionais brasileira, cabe apresentar a modificação na educação brasileira em 1942. O então ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema, apresenta um projeto de uma nova reforma no sistema educacional que democratizaria o ensino e minimizaria os efeitos de uma educação classista e aristocrática, justificando que o ensino não deveria permanecer apenas nos aspectos instrumentais e que se deveriam equiparar todas as modalidades de ensino médio.

A reforma Capanema definia uma nova estrutura para o ensino médio em forma de ciclos. Um primeiro ciclo denominado “**ginásio**” que tinha duração de quatro anos, o um segundo ciclo, com duas ramificações: o “**clássico**” com ênfase no estudo de línguas clássicas e modernas, e o “**científico**” com ênfase maior nos estudos das ciências (física, química, biologia, matemática, etc.).

As metodologias de ensino de língua estrangeira eram orientadas, segundo texto da lei de Capanema, a desenvolver habilidades instrumentais como leitura e escrita visando, nessas habilidades, o conhecimento de hábitos e culturas das civilizações estrangeiras.

Com a criação das agências internacionais americanas e seus projetos de recuperação e auxílio mundial pós-guerra, o uso do inglês se estabelece como *língua internacional de trabalho*. Outros idiomas, antes utilizados em assuntos diplomáticos, como o francês, por exemplo, perdem o território para o inglês. Essa mudança de língua é também uma mudança de discurso, pois o francês e o inglês como línguas internacionais se colocam a partir de representatividades diferentes. A mudança do francês para o inglês co-responde a uma mudança das/nas relações internacionais, em que a afirmação da língua enquanto *língua de trabalho* (de comércio, na realidade) significa um determinado apagamento do político. No espaço político das relações internacionais ao se substituir o francês (*língua diplomática*) pelo inglês (*língua de trabalho*) naturaliza-se o funcionamento da política de mercado. Isto é significativo para compreender que o espaço conquistado pelo inglês deu-se, sobretudo, em relação a questões de conquistas comerciais – as relações internacionais e o poder político, econômico e cultural dos EUA são atualmente, em parte, o que legitima o inglês.

3.4 Inglês hoje no futuro: um idioma vulnerável

O processo de expansão mundial da língua inglesa como língua das relações internacionais impulsionou um novo interesse de estudo sobre esse idioma: o de avaliar as modificações que ocorreram em consequência de seu alcance no mundo global.

Pesquisadores como Crystal (2005) e Steinmetz (2008) divulgam suas obras, digamos, de ordem histórica e arqueológica, em que avaliam as mudanças ocorridas no inglês - num determinado espaço de tempo – e, a partir dessas mudanças, avaliam também as influências de outras línguas, especialmente no campo semântico, perspectiva na qual Steinmetz enfatiza sua abordagem.

No entanto, destaca-se neste trabalho a obra de Graddol (2007), que explora as recentes mudanças do inglês hoje, visando desenvolver uma projeção de como estará o inglês em no futuro próximo no mundo, considerando, entre outras questões, o fator educacional.

O autor analisa as modificações em relação às línguas ocorridas nos períodos clássicos, entretanto concentra sua discussão no período da modernidade e pós-modernidade. O período clássico identifica-se aos estudos que gregos e romanos desenvolveram em que língua e linguagem seriam a expressão do pensamento, dando início as idéias lingüísticas. - inicialização às letras.

Ao período moderno estaria associado, por exemplo, o conceito de *língua nacional*. A língua, junto a outros elementos, constituiu um lugar importante de significação do nacional, como bem comum dos cidadãos pertencentes a um Estado-Nação. A língua identifica, nesse caso, os cidadãos que, no contexto dos trabalhos de língua, serão denominados “falantes-nativos”. Dessa forma, a partir dessa denominação, cria-se uma relação estrutural por oposição de uma *língua outra* (língua estrangeira), conseqüentemente, com seus “falantes-estrangeiros”. No Brasil, os processos de nacionalização poder ser citados como exemplos do confronto entre os falantes nativos (brasileiros) e estrangeiros (imigrantes).

O período pós-moderno estaria caracterizado por um processo ligado à idéia de globalização, no qual o multilingüísmo seria a norma que interpelaria os sujeitos a se

inserir em “oportunidades” (de trabalho, de conhecimento etc.). Contraditoriamente, esse momento reforça o inglês como “língua de trabalho”, seja na área política (diplomática), comercial ou acadêmica. No período pós-moderno, segundo, por exemplo, Graddol (2007) começaria a existir um novo modelo de inglês que no futuro fará que com que ele seja estudado não mais em caráter de uma língua estrangeira, como se descreve a seguir.

A partir dessas considerações o autor ressalta que o processo moderno de globalização teria iniciado no final do século XIX com a chegada do telégrafo que demonstraria a dominação do inglês na área da tecnologia. No entanto, a compreensão para o processo de globalização estaria em analisar o *impacto* da globalização do inglês e a *função* do inglês na globalização. Dessa forma, por um lado, teria-se a disponibilidade do inglês como língua global acelerando o processo de globalização, por outro lado, teria-se a globalização acelerada pelo uso do inglês, uma vez que a ele se atribui o status de língua franca da comunicação, da tecnologia, da ciência e da medicina, além de negócios e academias internacionais.

Percebe-se que a discussão apresentada por Graddol (idem) reflete em um declínio do conceito de modernidade, pois o processo de globalização tem um sentido específico de romper fronteiras entre as nações implicando na perda do poder de um Estado visando uma identidade nacional. Essa identidade no período moderno era produzida pela língua, a língua nacional. Dessa forma, o autor chama de contraditória a concepção entre moderno e pós-moderno, ou melhor, ele afirma que o período atual se caracteriza por uma tensão entre moderno e pós-moderno. Isso porque, aos países menos desenvolvidos, há o convite para se inserirem na modernidade. Novamente, a globalização seria responsável por derrubar o conceito moderno de língua em que se constitui o par língua nacional/ língua estrangeira.

A atual posição global do inglês o torna vulnerável, pois, segundo esse autor, seu futuro pode não ser mais moldado pelos americanos ou britânicos, mas sim por falantes estrangeiros que a falam como segunda língua em países como Índia e China – a Índia tem o inglês como uma das línguas faladas desde os tempos de colônia britânica. Já na China, a partir de 2001 o inglês tornou-se obrigatório sendo introduzido no currículo a partir do terceiro ano primário. Dessa forma, o autor destaca que existem atualmente três tipos de falantes do inglês:

- ✓ Os falantes nativos (First Language speakers);
- ✓ Os falantes que o tem como segunda língua (Second language speakers)
- e
- ✓ Os falantes estrangeiros (EFL-English as a foreign language).

Ele explica que os falantes nativos podem imaginar que a língua pertence a eles, mas são os falantes do inglês como segunda língua e língua estrangeira que vão determinar seu futuro. Isso porque o inglês é a língua materna de cerca de 400 milhões de pessoas, porém é falado – ou com alguma fluência – por outros 600 milhões, sem considerar que o número dos que se empenham no seu domínio tem aumentado significativamente – reflexo da recente necessidade de obtenção de certificados internacionais de proficiência no inglês para a disputa de uma vaga em universidades inglesas ou americanas, ou vaga de trabalho em multinacionais.

Furlan e Biazotto (2008) chamam a atenção para o fato de que o inglês é associado automaticamente à Inglaterra e EUA, entretanto, esse funcionamento imaginário “apaga todos os outros países cuja língua materna, ou segunda língua, é o

inglês” (p.44) o que causa um silenciamento dessas nações perante as potências Inglaterra e EUA, a saber os países como: Austrália, Canadá, África do Sul, Dinamarca, e outros mais que estão descritos em uma lista de 104 produzida por Gordon (2005) pelo *Summer Instituto of Linguistics – SIL*, “em que o inglês está presente na vida das pessoas tanto no âmbito pessoal quanto no âmbito institucional” (p. 44).

Caso o número de falantes nativos seja superado, como alerta o autor, a própria noção de “língua estrangeira” desaparecerá, pois o inglês ocuparia um lugar nas escolas de educação básica – o que afetaria a própria identidade de disciplina autônoma para se difundir com a educação geral.

Observa-se que essas mudanças no cenário internacional sobre a presença da língua inglesa apontadas por Graddol não afetaram somente a relação dos falantes com a língua, mas a relação da língua com o mercado de trabalho de ensino de língua, pois, segundo este autor os estudantes de língua inglesa aprendem o inglês com professores não-nativos. O efeito dessa constatação é a criação de um novo padrão internacional de inglês em que os falantes nativos teriam um papel secundário. A própria noção do inglês como língua estrangeira estaria por desaparecer. Pode-se afirmar que os efeitos desse imaginário de desaparecimento do inglês como língua estrangeira seria um problema para o trabalho do intérprete no Brasil – em sua grande maioria, esses intérpretes interpretam do inglês para o português, como veremos a seguir.

No cenário brasileiro, pode-se afirmar que o inglês é bastante presente no dia a dia – em especial das metrópoles. Além da inscrição da materialidade da língua inglesa no espaço enunciativo da língua portuguesa no Brasil – pelas tecnologias de comunicação (mouse, internet, on line, etc.), bens de consumo os mais variados pelas tecnologias de alimentação (fast food, self-service, etc), pelos processos designativos de negócios ou de pessoas etc. etc. – funciona o imaginário do domínio do inglês, apontado

em Rosa (2003), como “senha de acesso” a “oportunidades”, que poderiam surgir junto com as várias tecnologias que mudam a vida e os hábitos de uma determinada parcela da sociedade brasileira para a qual o idioma é fundamental para fins profissionais ou acadêmicos. Constatase, portanto, que a procura por cursos de inglês nas grandes cidades – e também em interioranas – é muito maior em comparação aos cursos de outros idiomas, como por exemplo, o espanhol.

3.5 O inglês e o Espanhol: o perfil do mercado de interpretação simultânea no Brasil

No Brasil, as conferências internacionais são, na maior parte em inglês, seguido do espanhol – em princípio devido a acordos políticos diplomáticos, econômicos e comerciais entre os países da América latina com os EUA. Entretanto, de acordo com a *Enciclopédia das Línguas no Brasil* (ELB) a língua espanhola no Brasil está caracterizada pelo seu modo de distribuição no território brasileiro, isto é, nas cidades com fronteiras para países sul-africanos o espanhol é definido como língua de contato. Já nos demais países sul-americanos ele é definido como língua estrangeira. A autora destaca que sua presença é menor em território brasileiro e embora seja uma língua em convivência com o português, não há, nestas regiões, nenhuma existência de bilingüismo; o espanhol é uma língua praticada e compreendida, sobretudo, pela necessidade de comunicação e inter-relação entre os habitantes destas regiões de fronteira.

Atualmente o Brasil – depois de Índia e China – tem sido considerado uma das mais importantes e novas economias mundiais o que tem contribuído para o

crescimento do espanhol na América do Sul, especialmente depois da aprovação no senado da lei nº 4.004 de 1993 que determina a obrigatoriedade do ensino do Espanhol no ensino médio e facultativo no ensino fundamental.

Em relação à expansão do espanhol, Graddol aponta o interesse de Trinidad e Tobago, país que tem o inglês língua nacional, em se tornar um país bilíngüe a partir de 2020, quando lá se instituirá o espanhol como idioma oficial. Para atingir esse objetivo, planejam ter em até cinco anos, ou seja, 2010 pelo menos 30% dos funcionários públicos proficientes em espanhol. O que se dá de fato curioso é que, devido à fronteira com a Venezuela, o país tem sido muito procurado por venezuelanos para estudar o inglês. Ainda segundo Graddol, esse apontamento do espanhol faz com que esse idioma comece a ter um reconhecimento e um espaço de língua internacional, pois ele é falado também em algumas comunidades dos EUA aonde as cidades de população predominantemente hispânica vêm conquistando seu espaço tanto na América latina como nos EUA.

No cenário da interpretação brasileiro, segundo o ranking de intérpretes membros da APIC, os intérpretes de inglês e espanhol aparecem em maior número se comparados com outros idiomas como mostra a tabela a seguir:

<i>Classificação lingüística</i>	<i>Total de intérpretes</i>
Português-inglês	89
Português-espanhol	77
Português-francês	34
Português-italiano	11
Português-alemão	07
Português-japonês	01
Português-norueguês	01

Tabela 2 – Número de profissionais membros da APIC dez/07.

Nota-se que, com exceção da língua japonesa, os idiomas de predominância comercial no Brasil são as línguas européias o que se torna significativo no sentido de que mesmo depois do processo de colonização o Brasil se manteve ao lado de países europeus. Há, por exemplo, somente 01 intérprete para o japonês e 01 para o norueguês e não há registros de línguas de outras línguas orientais ou de origens africanas.

É importante lembrar que a classificação lingüística do intérprete é composta por três línguas de trabalho definidas como:

- *Língua A*: sua língua materna, ou a segunda língua do intérprete
- *Língua B*: língua principal de ida e volta e
- *Língua C*: língua passiva, ou seja, só ida.

Esses idiomas classificam o intérprete para mais de uma combinação lingüística. Por exemplo: O intérprete tem língua A: português, língua B: inglês e Língua C: o italiano. Nesse caso, esse intérprete estará habilitado para trabalhar nas seguintes situações: do português para o inglês ida e volta (do português para inglês e inglês para português, mas em italiano somente ida, (do português para o italiano), por isso a chamamos de língua passiva. Assim sendo, o número de intérpretes apresentados na tabela da APIC acima é referente à sua combinação lingüística, e não ao número de profissionais efetivos da associação, pois um mesmo intérprete pode atuar em duas, ou mais, combinações, como apresentado.

CAPÍTULO IV

4. O intérprete, a interpretação: uma abordagem discursiva

4.1 A Associação de classe: efeitos de sentido no discurso do intérprete

Os momentos históricos, como descrevem Pêcheux (1975) e Haroche (1992), são atravessados por diferentes formas de relação dos sujeitos com a linguagem e com o conhecimento. Para referir essas diferentes *formas de subjetivação*, Pêcheux formula a noção de Forma-Sujeito.

Na Idade Média, por exemplo, a estrutura social era organizada segundo as leis divinas, ou seja, o nome de Deus legitimava a divisão social entre súditos, senhores e nobreza. A bíblia era o texto fundamental para a prática discursiva e funcionava como lei máxima de obediência na qual a recompensa seria a salvação da alma e a punição seria a perda da alma. Dessa forma, o homem estava interpelado pela forma-sujeito religiosa, pois todas as suas ações eram ligadas às regras da igreja.

Na modernidade, a sociedade transferiu sua obediência para as leis do Estado. Esse contexto histórico moderno traz uma caracterização dos discursos, também modernos, interpelando o homem dessa sociedade na “forma-sujeito do direito”. Essa forma-sujeito privilegia o direito de expressão, fazendo com que esse sujeito de direito tenha a ilusão de se expressar livremente, quando, entretanto, recai sobre o próprio sujeito a responsabilidade de tudo o que ele diz, pois seus discursos são regulados, autorizados, administrados por uma submissão que, agora, é jurídica.

Nas associações de classe, pode-se encontrar uma regulamentação da atividade profissional que se produz ao modo do discurso jurídico, ou seja, responsabilizando-se os sujeitos pelos seus atos, que tem seus direitos garantidos mediante a obediência aos deveres. A prática profissional (toda e qualquer) é uma prática ideológica e filiar-se a ela é por em prática uma ideologia – é reconhecer uma instância de representação dessa prática.

Assim, as associações de classe têm como premissa básica agregar sujeitos que tenham o mesmo perfil profissional. Essas associações fazem uma representação dessa profissão, favorecendo e regulamentando melhores condições de trabalho. Pressupondo uma relação entre a produção do discurso dos intérpretes, membros e não-membros, e a associação, analisa-se, aqui, o funcionamento da APIC (Associação Profissional de Intérpretes de Conferência) que no seu histórico justifica sua constituição da seguinte forma:

“A APIC nasceu da necessidade de reunir em um órgão de classe os profissionais ativos no campo da interpretação simultânea e consecutiva”.

(cf. www.apic.org.br-histórico-como-surgiu)

O estabelecimento de um código de ética nas associações é significativo de um processo de institucionalização das profissões, pois são elaborados com o intuito de padronizar a prática e garantir a qualidade dos serviços. Os efeitos de sentido dos dizeres nos códigos de ética propiciam uma similaridade entre os sujeitos, funcionando o imaginário de *uma mesma conduta profissional*.

Como consequência do submentimento do intérprete às formulações de ética e conduta da associação de intérpretes, tem-se uma garantia de qualidade, isto é, o nome da associação funciona como um “selo de garantia” para o cliente, assegurando o serviço daquele intérprete associado.

A APIC se coloca no mercado profissional como uma associação que tem uma representatividade bilateral, isto é, coloca-se como responsável por zelar pelo trabalho do intérprete, apresentando-se ao mesmo tempo comprometida com a satisfação do contratante. O que pode ser demonstrado nas palavras que utilizaram na constituição de seu estatuto da qual um trecho é apresentado abaixo. Entre os objetivos estatutários da APIC estão:

- 1) Zelar pela qualidade da atuação profissional, exigindo de seus membros que só aceitem aqueles contratos de trabalho para os quais estão tecnicamente qualificados;
- 2) representar, proteger e defender os interesses de seus membros;
- 3) estabelecer as condições de trabalho que devem ser respeitadas por seus membros;
- 4) propor a adoção de normas técnicas para a instalação de equipamento de interpretação simultânea em salas de conferência, de acordo com os padrões ISO e AIIC;
- 5) manter contato com instituições congêneres, nacionais e estrangeiras, assim como com entidades de ensino da profissão.

(cf. www.apic.org.br – objetivos estatutários da APIC)

Destaca-se, nos itens 4 e 5 transcritos acima, o fato de que a associação de classe se produz como uma instituição (e produz uma eficácia político-ideológica) pela inserção em uma determinada rede, entre instituições internacionais e as instituições de ensino profissionalizante de intérpretes no país. Assim, a APIC, em seu texto estatutário, *reconhece* as instituições internacionais ISO¹⁰ – Organização para normas internacionais e AIIC – Associação internacional de Intérpretes de Conferência – e esse reconhecimento funciona, ao mesmo tempo, como respaldo para a constituição da autoridade da própria APIC junto aos intérpretes e contratantes.

¹⁰ International Organization Standardization, tradução: Organização Internacional para Padronização.

Um intérprete profissional se torna membro dessa associação somente após ser selecionado em um rigoroso teste de admissão que envolve não somente fases de capacitação técnica, como também estágio com membros atuantes. No caso de sua aprovação nessa seleção, fará parte de um grupo de profissionais que trabalha em dupla em congressos, eventos de cunho político, junto a chefes de Estado em reuniões do governo, acompanhando celebridades internacionais, ou realizando a transmissão do Oscar na TV.

Cito como exemplo de trabalho, para membros da associação, a visita de um chefe de Estado no país, na qual a contratação do intérprete se dá via assessores. Eles procuram as instituições, às vezes previamente selecionadas, para se responsabilizarem pela comunicação dos envolvidos. Isso porque a associação faz parte da estrutura social como provedora de profissionais selecionados que trazem consigo um “selo de garantia”. Como descrito no próprio site da associação:

“Qualquer que seja o tema da reunião, a assinatura de um intérprete APIC no contrato de trabalho é uma garantia de qualidade e seriedade profissionais, das quais depende integralmente o sucesso de uma conferência”.

(cf. www.apic.org.br – como contratar intérpretes)

Os profissionais membros da APIC funcionam sob o imaginário de um destaque no mercado de trabalho – ser membro significaria estar mais bem preparado – identificando-se por uma excelência, na medida em que são membros, isto é, conquistaram o nome da associação.

Para garantir essa competência, o código de ética é elaborado visando uma similaridade no comportamento e também nos discursos dos intérpretes em relação ao seu trabalho e a questões éticas. Apresento aqui trechos desse código de ética,

considerando que esse código funcione para o profissional da interpretação como parte do imaginário sobre as suas condições de trabalho.

O recorte se deu nas questões éticas, no que tange à questão do sigilo. Existem situações em que o intérprete tem de se envolver com informações sigilosas e segundo o artigo 2º. do código de ética profissional da APIC:

“O intérprete obriga-se à estrita observância do segredo profissional, não podendo divulgar a quem quer que seja qualquer informação obtida no decorrer de sua atividade profissional, salvo no caso de reuniões abertas ao público em geral.”

(cf. www.apic.org.br – código de ética – da ética profissional)

O cliente tem, dessa forma, a garantia de que seu assunto será mantido em sigilo após o término do contrato – exceto em casos que não seja exigido o sigilo quando ao final do evento os materiais são disponibilizados ao público. Entretanto, essa idéia de sigilo já faz parte da constituição do sujeito-intérprete que, mesmo sem esse comprometimento, por uma questão ética, evita comentar as falas envolvidas na interpretação depois do evento.

A divulgação de um regulamento de penalidades aplicáveis para intérpretes que não seguirem o código de ética faz com que a adesão do intérprete a essa ética profissional se dê segundo essa textualidade que fixa também o horizonte de uma possibilidade de exclusão como penalidade, em que as providências tomadas serão:

- a) advertência verbal ou por escrito, que deverá ser aplicada pela Diretoria;
- b) advertência, a ser aplicada pela Diretoria mediante carta circular enviada a todos os membros, especificando a falta que deu origem à aplicação da penalidade;
- c) exclusão do quadro de membros da Associação, a ser aplicada pela Diretoria *ad referendum* da primeira Assembléia Geral que se reunir. A aplicação desta penalidade deverá ser comunicada a todos os membros através de uma circular, tal como estipulado na alínea (b) deste artigo.

(cf. www.apic.org.br – código de ética – da ética profissional)

Ou seja, o sujeito-intérprete age sob uma obediência ao código de ética e caso o intérprete não obedeça às regras ditadas pela associação, ele será advertido pelo conselho. Existe uma gradação de uma advertência implícita, passando para uma advertência pública dentro da associação para a exclusão. Tal atitude “jurídica” situa a associação como uma reguladora da profissão, e, conseqüentemente, a filiação por parte do profissional funciona como a forma mais adequada de se colocar no mercado de trabalho.

A associação manifesta-se em relação à preparação para um evento, em outro parágrafo do mesmo código de ética, o artigo 4º demonstrado abaixo:

“O intérprete aceitará somente aqueles trabalhos para os quais se julgar suficientemente qualificado. Sua assinatura em um contrato vale como penhor da alta qualidade profissional de seu trabalho, bem como do desempenho profissional dos outros intérpretes da equipe contratada por seu intermédio, membros ou não da APIC.”

(cf. www.apic.org.br-regulamento-das-penalidades)

Constata-se que para o intérprete poder ter o selo de garantia da associação, ele tem de oferecer, em contrapartida, a garantia de qualidade de seu desempenho, ou seja, de estar “suficientemente qualificado” para o trabalho. Conseqüentemente, a associação evita situações que poderiam denegrir a sua reputação na área de interpretação de conferência e incorrer em punições – previstas no seu código de ética – para o profissional que infringir esse código.

Nota-se que essas condições impostas pela APIC estariam disseminadas nos cursos de interpretação, pois esses cursos propagam essas normas de forma natural e única, como um modo de uniformidade na imagem do futuro sujeito-intérprete. Esse fato poderia justificar a homogeneidade no uso das palavras entre os profissionais ao se

referirem à preparação para um evento, às dificuldades da prática, às definições, etc., o que pode ser percebido nas respostas do *corpus* de análise que serão estudadas a seguir.

O embasamento teórico será o da descrição de Pêcheux (1969) sobre as formações imaginárias. Nesse conceito o autor considera o discurso efeitos de sentidos entre os interlocutores: as formações imaginárias se produzem pelo mecanismo de antecipação em que os protagonistas de um discurso configuram seu dizer. No caso dessa pesquisa, as formações imaginárias na cena da interpretação remetem aos lugares do intérprete, do orador e do público.

4.2 A prática da interpretação nas palavras do sujeito-intérprete

Primeiramente, do ponto de vista enunciativo, para que o orador seja ouvido o sujeito-intérprete “empresta” sua voz deixando que o orador “fale” por ela. Nesse sentido, a constituição do *sujeito-intérprete* implicaria, para assunção dessa posição, em uma anulação de um “eu que fala” em nome do que se deve passar para público. Os entrevistados afirmam que devem transmitir a fala para o público de forma natural, para que não percebam sua presença na cabine, e percebam somente a presença do orador.

Os intérpretes têm de entrar em uma espécie de sintonia com o orador, como acontece nos cultos evangélicos, por exemplo, ou canais *gospel*. Pode-se dizer a função-intérprete implica em ocupar a posição do orador: no caso, a posição do pastor para traduzir as palavras da pregação, por isso usa o mesmo tom de voz, falas exaltadas, gestos, ou seja, para que os fiéis (alvo) possam acreditar naquilo que o intérprete (intermediário) está dizendo, tal qual o modo como o pastor (na função de locutor) está falando.

Dessa forma, imagina-se que a credibilidade da fala do pastor não se perde e os fiéis se envolvem com aquele momento sem perceberem a presença do intérprete. Se imaginarmos um pastor falando alto, energeticamente, e o intérprete falando baixo e calmamente, o resultado ficaria incrédulo, e, para o público, pareceria que não estão falando as mesmas coisas.

A análise das entrevistas com os intérpretes, realizada neste trabalho, aponta para a interpretação como uma prática discursiva que se constitui na tensão entre duas *posições de sujeito* (Pêcheux, 1975), a do *intérprete-tradutor* e a do *intérprete-diplomata*. A primeira posição remete à *formação discursiva da autoria*, com os sentidos de fidelidade a um texto original, por exemplo, e a segunda posição à *formação discursiva das relações internacionais*, em que o intérprete figura como alguém que pode e deve intermediar a comunicação, de modo a evitar um constrangimento, assumindo uma função de diplomata. Essa tensão presente no trabalho do intérprete é descrita na noção pecheutiana de Formação Discursiva (FD) que estabelece uma relação entre discurso e ideologia, isto é, a partir desse conceito os discursos passam a ser tidos como uma materialidade ideológica. Desse modo, pode-se afirmar que as formações ideológicas comportam uma ou mais formações discursivas interligadas e juntamente com as posições de enunciação leva o sujeito, como introduz Pêcheux, a uma “tomada de posição” que regula o que pode e deve ser dito.

Essa “tomada de posição” poderia ser compreendida como a identificação do sujeito com seu semelhante e com a forma-sujeito – que organiza os dizeres no âmbito da FD – na qual só haveria espaço para os mesmos sentidos, constituindo uma formação homogênea onde não cabem diferenças e contradições. Nota-se, portanto, que esse desejo de unicidade – da ordem do imaginário - resulta em uma divisão do sujeito em relação a ele mesmo, pois, nas “tomadas de posições” ele se materializa frente aos

saberes da FD que se inscreve, ou seja, uma *superposição* entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito. Assim, a identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o afeta teria como resultado uma reduplicação da identificação, caso contrário, se o sujeito do discurso se contrapõe a forma-sujeito, através de uma “tomada de posição”, leva o sujeito a se contra-identificar com os saberes da FD que o afeta.

De acordo Indursky (2005) no caso dessa identificação, os discursos são tidos como “discurso do *bom sujeito*” e no da contra-identificação – que é um trabalho do sujeito do discurso sobre os enunciados e sentidos caracterizando uma certa resistência à forma sujeito e os saberes que ela organiza – por “discurso do *mau-sujeito*”.

O desdobramento do intérprete entre as duas formações discursivas mencionadas é percebido em vários momentos do discurso desse sujeito. Os trechos de entrevistas abaixo demonstram o funcionamento desse confronto:

- ✓ *Comunicar com a máxima fidelidade possível, a mensagem pretendida pelo orador.*
- ✓ *Ajudar as pessoas a se entenderem, servir como canal de comunicação a essa causa tão nobre.*
- ✓ *Servir de elemento de ligação entre o orador e o público para que o assunto em pauta seja compreendido como se estivessem falando a mesma língua.*
- ✓ *(...) entendimento é determinante no curso de acontecimentos que podem literalmente mudar a história (...) seremos sempre partícipes e agentes dela.*

Aponta-se para a responsabilidade do intérprete em transmitir as informações que passarão por ele até chegarem ao público. Entretanto, nota-se que o termo “fidelidade” aparece, mas inserido numa expressão que o relativiza: “*a máxima fidelidade possível*”. Esse enunciado ilustra a contra-identificação do intérprete em relação à formação discursiva da autoria em que a prática da tradução se constitui. Ou seja, essa formulação significa dizer que a fidelidade, de fato, não é possível.

A formação discursiva da autoria prioriza e valoriza o original e o intérprete, bem como o tradutor, remetem a essa formação discursiva através de enunciados que ao relativizarem a fidelidade, negam a sua real possibilidade.

Nos outros trechos, as referências a um “entendimento” produzem um sentido outro para este termo, diferente, digamos, de uma compreensão lingüística: é um sentido de entendimento entre os povos, daí tratar-se de uma “causa nobre” e dos intérpretes se sentirem “partícipes” e “agentes” da história.

Do ponto de vista da linguagem – conforme mostra o primeiro trecho transcrito: “comunicar a mensagem pretendida pelo orador” – funcionaria uma concepção comunicacional e intencional.

O modelo comunicacional tem como fundamentação teórica o esquema de Jakobson (1969), que descreve o processo de comunicação a partir de seis fatores constitutivos, a saber, o emissor, o receptor, o referente, a mensagem, o código e o contato (ou canal). Nessa teoria, o sujeito falante é definido como sujeito da *comunicação* e assume uma consistência que leva adiante a idéia de um “uso” do código lingüístico como instrumento pelo falante.

Segundo Jakobson, para a transmissão da mensagem, necessita-se de um *contato*, elemento descrito pelo autor como um canal físico e uma conexão psicológica. Esse duplo funcionamento entre uma parte física (o canal) e uma parte psicológica (a conexão) é muitas vezes traduzido – inclusive pelos intérpretes, como se mostrou no segundo trecho transcrito acima – diretamente por “canal”.

Nesse segundo trecho, fica implícita, na formulação do intérprete, a assunção de um “dever”: a de *servir como canal de comunicação*. Isto é, dentre os seis elementos da comunicação mencionados, a função-intérprete faz com que o profissional identifique-se ao “canal” – a parte física da comunicação. Tal afirmação de “dever”

significa identificar a comunicação de uma maneira técnica e se identificar, enquanto intérprete, com essa parte técnica da/na comunicação, que deveria ser por sua vez, um processo ideal, sem “ruídos”.

Dessa forma, essa identificação organiza uma estrutura ética, o “dever ser” na cena da interpretação, em que a função intérprete deve viabiliza a comunicação – não possível na sua falta. Na fala do intérprete (*servir como canal de comunicação*), esse dever ser funciona como algo naturalizado, uma vez que as articulações discursivas dessa posição de sujeito e na situação da interpretação já estão pré-construídas. Esse funcionamento deôntico, por fim, aproxima o intérprete a esse canal de comunicação como questão ética.

Na seqüência foi possível analisar como os intérpretes descrevem a imagem que o público ouvinte tem de seu trabalho – uma profissão técnica de comunicação. O trecho apresentado a seguir exemplifica que o público-ouvinte (leigo), quanto ao que se refere a essa profissão função, imagina que o intérprete trabalha sempre em um local e em perfeitas condições para a interpretação como: oradores profissionais perfeitos, nenhuma dificuldade no assunto abordado, resumindo a interpretação em um funcionamento imaginário justo na qual para funcionar basta caber nas palavras certas. Dessa forma, falar das dificuldades na interpretação seria como se o intérprete estivesse argumentando com essa imagem que funciona nele sobre a expectativa do público. Isso seria como dizer (a si mesmo): “o público não sabe que é difícil interpretar, isto é, não sabe *como* é difícil (funcionar como um canal), não sabe como as condições *não são* as que ele (público) imagina”. Caracteriza-se, assim, um alto grau de ansiedade sobre a expectativa do público mesmo, não só para os intérpretes iniciantes como também para os mais experientes.

Pode-se associar essa imagem de perfeição técnica aos avanços e desenvolvimentos tecnológicos em funcionamento nas sociedades modernas que ocorre desde a metade do século XX. Nesse processo histórico, a tecnologia viria possibilitar o “bom” funcionamento na e das sociedades, criando condições para que estas ultrapassem o que se coloca como obstáculo a esse funcionamento ideal/idealizado que seria algo da natureza humana. Por isso, associa-se ao cenário da interpretação um aspecto moderno, pautado no aparato tecnológico, distanciando essa prática de um cenário como o descrito pelo intérprete que confrontando esse imaginário diz:

“(...) eu já traduzi em lixão, usina hidrelétrica dentro túneis de inspeção 3 km abaixo (...)”

Freqüentemente, na nossa sociedade, as profissões da linguagem como o tradutor, o professor e mesmo o jornalista (embora isso possa ocorrer também com outras profissões) são vistas como atividades “técnicas”, isto é, a dimensão histórica dessas / nessas práticas é encoberta, para dar lugar a uma certa imagem de “automatismo”. Dessa forma, cria-se uma expectativa social de que tais profissionais, em especial o tradutor e o intérprete, têm como “dever” *responder* prontamente questões pertinentes ao seu ofício – e assim a co-responder a uma imagem ideal da responsabilidade que cabe a esse profissional na nossa sociedade.

Esse imaginário funciona de acordo com a tradição logocêntrica e aparece implícita ou explicitamente em torno dessas profissões. Ao afirmar o domínio de uma língua estrangeira imagina-se que esse profissional estaria habilitado para realizar qualquer tradução, em qualquer situação, como, por exemplo, para traduzir músicas em

uma festa, uma frase em um filme no cinema, uma palavra do manual de informática que não consta no dicionário – visão que sugeriria a esse profissional uma onipotência.

O intérprete também se refere a imagem que ele tem sobre a imagem que o contratante tem de seu trabalho da interpretação descrevendo que este contratante também o considera como mais um serviço profissional a ser contratado, tal como a iluminação, a recepção dos participantes, e que deve funcionar como um determinado equipamento. Nos trechos abaixo:

- ✓ *“(...) o contratante não tem apenas a interpretação como fonte de preocupação de um evento. Ao contrário, ele provavelmente está preocupado com uma miríade de coisas e detalhes organizacionais. Da mesma forma que ele espera que as recepcionistas, iluminadores, pessoal do som façam seu trabalho, ele espera também que a interpretação ocorra de forma profissional”.*
- ✓ *(...) há clientes que nem tem tempo para se preocupar com a interpretação. Contratam intérpretes experientes porque sabem que não terão que se preocupar com esse serviço (...)*

Observa-se, na formulação acima, a expressão “*da mesma forma que*”, que coloca em paralelo os profissionais citados anteriormente (*recepcionistas, iluminadores, pessoal do som...*), de um lado, e o *intérprete*, de outro lado. Para o sujeito-intérprete, portanto, o contratante tem a interpretação como um item entre outros, como um serviço semelhante a um serviço técnico ou administrativo, em que a questão da linguagem (história/sujeito) não é diretamente concernida – pelo menos em sua densidade discursiva.

As respostas também apontam para outro aspecto tido como técnico na interpretação. Trata-se dos oradores que, nem sempre, são oradores “profissionais”, isto é, pessoas habituadas a falar em público. Às vezes, eles são pessoas que se apresentam de forma tensa, que não se atentam para um raciocínio coeso, têm muitos ruídos na fala,

o que dificulta o trabalho do intérprete. Essas dificuldades aparecem como queixas nas falas analisadas como mostra a seguinte fala:

- ✓ (...) *é preciso lembrar que embora tecnicamente bem preparados, nem todos os palestrantes são bons oradores e muitos palestrantes têm sérias dificuldades de comunicação e expressão (...)*

A expressão *bons oradores* mostra que funciona no intérprete, também, um ideal de orador. É possível descrevê-lo a partir das queixas sobre a dificuldade dos oradores e que compõe uma imagem de um *orador ideal*:

- ✓ *O bom orador é aquele que está ciente das necessidades da tradução. Por isso, evita siglas, procura concatenar bem as idéias, manter contato visual com os intérpretes, quando possível, deixa os slides tempo a mais na tela, coloca a disposição cópia dos materiais que serão utilizados e pede e dá feedback no final do evento.*
- ✓ (...) *clareza na apresentação e ritmo (não falar muito depressa)!*

Dessa forma, evidencia-se que, caso os oradores fossem “oradores ideais”, conseqüentemente os intérpretes poderiam fazer “interpretações ideais”, “sem falhas”, nem dificuldades, simbolizando uma “condição técnica ideal”.

Nas várias respostas o sujeito-intérprete faz referência a momentos de maior dificuldade, dentre eles as frases “intraduzíveis”. Apontou-se para essa dificuldade como um problema de técnica de tradução, ou seja, ele deve estar “tecnicamente” preparado (treinado) para superar – ou sem que o público perceba, como demonstram as explicações abaixo:

- ✓ *O intérprete tem de saber mecanismos de criar frases que não comprometem.*
- ✓ *(...) desenvolver táticas de sobrevivência (...)*

Porém, podemos aproximar a referência a uma “intraduzibilidade” ao conceito de *memória histórico-discursiva*: às diferentes línguas (sistemas) correspondem diferentes memórias histórico-discursivas. O intérprete trabalha justamente no confronto entre pelo menos, de duas memórias:

- ✓ *(...) Pense por um minuto na expressão “Bonito, hein?”, dita com ironia ou reprovação. Tem exatamente o sentido contrário. No Brasil o politicamente correto é dizer “negro”. Em Moçambique, o adjetivo é pejorativo. Lá dizem “preto” e preferem assim (...)*
- ✓ *Acho que nesses casos o melhor é explicar que se trata de algo intraduzível (uma piada ou ditado, por exemplo), ou criar uma imagem paralela que com outras palavras passe mais ou menos o mesmo sentimento.*
- ✓ *A idéia da interpretação é “repassar” idéias e conceitos (nem sempre necessariamente com as mesmas palavras). Se uma idéia ou conceito não tem uma equivalência na língua-meta, cabe ao intérprete usar de criatividade para produzir uma idéia equivalente que repasse a intenção do orador.*

Através de trechos das respostas acima, nota-se que os intérpretes assumem que há situações na qual encontram uma não-equivalência.

De uma perspectiva *enunciativa*, o intérprete “empresta sua voz” para que o outro fale por meio dela e, nesse sentido, ele se define como o “canal de comunicação”. Mas, de uma perspectiva *discursiva*, ele entra em contato com essas duas memórias discursivas envolvidas no processo interpretativo. No entanto, funciona o imaginário de que essa seria uma questão de perspectiva, unicamente, semântica – língua enquanto código – como demonstra o trecho abaixo:

✓ (...) *temos de adaptar o código lingüístico (...)*

Os intérpretes percebem essas não-coincidências de forma incômoda na medida em que eles imaginam a função-intérprete como o dever de funcionar tal qual um “canal sem ruídos”. Nota-se, como essa tensão entre as duas formações discursivas (da autoria e das relações internacionais) que constitui a posição de intérprete divide as respostas entre admitir, como excepcional, a não-coincidência entre o que disse o orador e o que diz o intérprete e resistir em admitir:

✓ (...) *somente nos casos em que o profissional tem certeza que está sendo quebrado um código cultural que seja desconhecido pelo orador.*

✓ *Só quando for indispensável.*

✓ *Nunca. O tradutor também não pode corrigir o texto original (...)*

Essa divisão pode ser compreendida como resultado do modo como o confronto das formações discursivas afeta a função intérprete. De um lado, a questão da “fidelidade”, isto é, a idéia de que o orador tem de fazer sentido funcionando a formação discursiva da autoria, a expressão “texto original” constitui os sentidos da posição *intérprete-tradutor*. De outro lado, a referência ao “código cultural” marca a formação discursiva das relações internacionais, ocupando uma posição de *intérprete-diplomata*. As falas transcritas acima mostram a resistência do intérprete em assumir a interferência manifestando uma contra-identificação do sujeito – assumindo que a fidelidade não é de fato possível, como mostrado anteriormente.

Nesse contexto de intraduzibilidade (ser tradutor ou ser diplomático), o intérprete, como mencionado, entra em contato com a memória discursiva do orador

estrangeiro. Daí ocorre um efeito de não-equivalência discursiva, ou seja, a falta de sustentação na região do interdiscurso - que funcionaria como mecanismo de familiarização com seu espaço discursivo. Por isso, algumas formas de enunciar do orador são consideradas sem coerência, pois não há uma adequação com o interdiscurso que sustenta a memória discursiva do intérprete, isto é, o falante estrangeiro está inscrito em uma determinada ordem discursiva que não corresponde a do intérprete.

Entretanto, no caso do intérprete e o público serem brasileiros, ao se preocupar com a coerência na fala do orador, o intérprete é capaz de identificar aspectos que ele imagina que não serão compreendidos pelo público ouvinte. Isso porque sujeito-intérprete e o público-ouvinte estão inscritos em uma mesma ordem discursiva, afetados pela unidade imaginária de uma língua nacional, imaginário que tem a sua eficácia – o que não ocorreria se o intérprete fosse estrangeiro. Funcionaria para o intérprete brasileiro, portanto, uma antecipação de como tal enunciado seria mais bem compreendido pelo público-ouvinte.

- ✓ (...) *tudo pode e deve fazer sentido, pelo menos quando dito pelo intérprete. O orador nem sempre faz sentido, mas não será criticado, o intérprete sim, será criticado.*

- ✓ (...) *temos de ter jogo de cintura.*

- ✓ *A interferência acontece sempre, consciente ou inconscientemente. Isso é inerente à comunicação. Sinônimos não existem, a resposta emocional provocada por uma mesma expressão pode variar conforme o indivíduo ou o grupo cultural ao qual pertença. Pode variar também conforme a entonação (...) Mas há interferências que fazemos conscientemente, ao adaptar, por exemplo, o nome de um produto (buscando o equivalente nacional) ou o nome de um programa de TV, ou usando ainda, como exemplo, um personagem mais facilmente apreensível pelos ouvintes em seu idioma de origem. São escolhas e decisões a serem tomadas instantaneamente. Mas interpretação é isso: tomar decisões ... o tempo todo!*

Na primeira fala o uso de “pelo menos” indica que o orador pode não fazer sentido para o intérprete, entretanto, o intérprete tem sempre que fazer sentido para o público, isto é, funciona o imaginário de “dever ser” o canal de comunicação, que tem que fluir perfeitamente, pois, para os intérpretes, *tudo* deve fazer sentido entre o orador, e o público. Como podemos compreender, agora, a necessidade ou possibilidade de interferência por parte de intérprete?

Pode-se apontar que o submetimento às leis (ética) é que demonstra o que ele pode e deve fazer. Já ao afirmar que o orador “pode” **não** fazer sentido no que diz, ele se situa na modalidade deôntica do “poder fazer”. Isto significa que nessa cena enunciativa existe um imaginário que determina que nos lugares desse discurso o orador tem pode “não fazer sentido” sem ser questionado, criticado, mas para o intérprete funciona a imagem deôntica de seu “dever” de encontrar uma tradução.

Nesse sentido, percebeu-se que para os intérpretes funciona a imagem de que o que fazem nesses momentos é melhorar a oratória do palestrante visando a compreensão total do que foi dito. Entretanto, essa melhora faz com que ele atribua para *si* a responsabilidade da comunicação, na medida em que funcionaria um *intérprete-diplomata* voltado para o entendimento entre os homens. Do ponto de vista discursivo, fica evidenciado o funcionamento do imaginário do intérprete responsável por afastar a possibilidade de qualquer incompreensão e constrangimento das partes envolvidas.

Toma-se, como exemplo, um trecho do livro *Sua majestade, o intérprete* (Magalhães, 2007), em que o autor menciona uma situação envolvendo um presidente brasileiro e uma autoridade real estrangeira, em que o presidente entrega ao visitante um livro sobre a Amazônia com a seguinte frase:

*“Aceite, por favor, este **souvenir**, Alteza. É um livro sobre as riquezas da floresta amazônica”.*

E, depois de analisar o regalo, o estrangeiro responde em inglês:

“Oh, the rain forest, well, you mean, what was left of it, right?”

Nesse momento, a tradução literal seria algo como:

“Ah! A floresta amazônica, ou o que sobrou dela, não é?”.

Porém, ocorre que o visitante estrangeiro diz algo que certamente não poderia ser dito nas condições de produção em que se dava o discurso – que é uma situação em que representantes de Estado estão em uma reunião oficial. A formação discursiva das relações internacionais é reguladora do que pode (ou não) e/ou deve (ou não) ser dito em público diante de situações que envolvem diferentes posições político-ideológicas e memórias histórico-discursivas, minimizando mal-entendidos e situações de inimizade. Assim, a tradução fiel dessa frase inadequada, mesmo que represente uma certa “verdade” – pois a situação do desmatamento da floresta Amazônia evidencia-se na mídia nacional e internacional como um problema ecológico mundial – leva ao intérprete a responsabilidade de amenizar um possível constrangimento não traduzindo o que foi dito literalmente, mas, sim, o contexto do momento da fala que era o de agradecer por receber um presente. Ou seja, o intérprete agiu mais diplomaticamente que o representante político estrangeiro, ao evitar traduzir o comentário, encerrando o assunto com um simples:

“Obrigado, Excelência!”

Observa-se que, no exemplo mencionado, a questão em causa é um trecho em inglês que não foi traduzido. Atualmente o sentido do inglês como “língua universal” funciona como uma evidência ideológica generalizada em diferentes culturas. Logo, passa a ser natural considerar que existe sempre alguém que entende inglês em qualquer situação. Daí torna-se possível imaginar que a fala do estrangeiro – ainda que omitida pelo intérprete – foi compreendida. Dessa forma, considerando o inglês como língua hegemônica, o estrangeiro falou tal impropriedade não diretamente para a autoridade brasileira, mas para os presentes naquela ocasião – imaginando que seria compreendido. Destaca-se que, caso o sujeito do discurso estivesse falando em uma língua outra, que não o inglês, que assume esse sentido de “língua universal” – por exemplo, em uma língua oriental – esse comentário talvez não fizesse sentido e, portanto, não se realizasse.

Um exemplo de fala imprópria foi noticiado no último mês de julho envolvendo o atual ministro das relações exteriores, Ministro Celso Amorim. Na ocasião, ele participava, em Genebra, da reunião mundial da OMC – Organização Mundial de Comércio para discussão de assuntos relacionados ao livre comércio para países em desenvolvimento e subsídios agrícolas, que contou com a presença de representantes de 24 países, divididos entre países ricos e países pobres. Em um dado momento, ele deixou de lado a sutileza diplomática e disse que os países ricos adotaram estratégias de desinformação similar a utilizada pelo chefe de propaganda nazista Joseph Göbbels que costumava dizer que “se você repetir uma mentira várias vezes, ela se torna uma verdade”.

No entanto, tal comparação provocou um constrangimento internacional, principalmente para o Brasil, pois tal crítica aos países ricos os aproximou ao nazismo. Novamente, mesmo que ele – na sua concepção – assim acredite, não poderia ter se expressado dessa forma. As situações diplomáticas demandam “polidez”, o que significa muitas vezes ter de silenciar sobre assuntos inconvenientes ou não dizer o que se deseja em determinadas negociações e circunstâncias. Até outras figuras diplomáticas brasileiras advertiram que declarações desse tipo não costumam ser bem vistas nas negociações, segundo o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero:

“De fato, é preciso policiar um pouco a linguagem. Ele escorregou, foi um desliz. Uma das características que o diplomata precisa é ser como o jogador de pôquer: não perder o controle em nenhuma situação.”

Torna-se significativo enfatizar que os envolvidos eram representantes de Estado – em um dos casos o chefe de Estado do Brasil naquele momento.

Entretanto, situações assim são freqüentes na interpretação simultânea, como a que ocorreu com o intérprete e o presidente brasileiro recebendo uma crítica à situação da Amazônia.

Os apontamentos analisados até esse ponto foram em relação às formações discursivas da autoria e formação discursiva das relações internacionais na posição do sujeito-intérprete. Na seqüência, a análise das respostas os intérpretes aponta, para o analista de discurso, que existem dois sentidos de *público* funcionando.

- 1) O público compreendido enquanto (lugar de) *ouvinte*, pela cena enunciativa.
- 2) O público compreendido como uma parcela da população brasileira.

O primeiro sentido de público, como *ouvinte*, constitui-se pela situação enunciativa, que pressupõe, conforme a definição de Guimarães (2002), uma determinada deontologia: o dever do sujeito que desempenha a função de intérprete é a de possibilitar ao público a compreensão de uma palestra em uma língua que ele não domina. Esse sentido de público diz respeito, portanto, àquela identificação do intérprete enquanto “canal” de comunicação, mantendo a possibilidade de “transmissão de mensagem” para um determinado *público-ouvinte*.

No segundo sentido, transcrito abaixo, nota-se que o intérprete se inscreve nessa relação assumindo o sentido de “serviço prestado”, que implica em identificar o público ao cliente, isto é, esta seria uma relação meramente comercial, em que, do lugar do intérprete, espera-se “qualidade”.

Com relação à primeira resposta, que descreve a necessidade de uma “projeção” sobre a composição do público, os termos utilizados apontam para a possibilidade justamente de um desempenho por parte do intérprete tecnicamente apropriado: a expressão “ajustes necessários de registro” remete a uma paráfrase de “sintonia”, enquanto busca por um “canal de transmissão”.

- ✓ *É muito importante saber a composição do público ouvinte para que sejam feitos ajustes necessários de registro, uso de terminologia técnica específica etc. Em outros, é necessário usarmos uma linguagem bem mais informal.*
- ✓ *Resumindo, o intérprete deve encarar o ouvinte como alguém que precisa ser "servido" com uma comunicação da melhor qualidade possível.*

O intérprete atribui ao *público-ouvinte* o status de “termômetro” para avaliar o seu desempenho na cabine. Nesse sentido, caso o público se movimente demais na

cadeira, caso olhe muito para trás, mexa com o fone de ouvido, tais comportamentos passam a ser um indicativo de que o problema pode estar ligado à sua interpretação, ou seja, eles imaginam que o problema está em seu desempenho e por isso o público está reagindo de forma negativa. Caso isso aconteça, o rendimento do intérprete pode de fato ser afetado, pois esse tipo de reação certamente afetará a concentração do intérprete com o orador. As respostas mostram que funciona o imaginário de que ninguém vai se lembrar de olhar para trás caso seu trabalho esteja bom; mas se estiver ruim, todos querem saber quem é o intérprete, como mostram as seguintes repostas:

- ✓ *Procuro avaliar pelo conforto (ou desconforto) deixado no público. As perguntas ao final da palestra são um bom termômetro do nível geral de satisfação e entendimento (...).*
- ✓ *(...) Quando o trabalho não é bom (...) chovem reclamações, devolvem-se foninhos de tradução e não se chama mais o mau intérprete.*

Conclui-se que além de todas as atribuições que a posição sujeito-intérprete impõe, o intérprete também pode tomar para *si* algo que pode não ter a ver com ele e sim com outros possíveis problemas como um equipamento utilizado, a falta de interesse no assunto, não ter domínio do assunto e optar por não ouvir aquela parte da palestra.

O segundo sentido de público que estou apontando diz respeito ao imaginário sobre o público brasileiro de um evento tal, isto é, de uma conferência internacional. Esse público brasileiro representaria um determinado número de sujeitos com formação técnica ou acadêmica, público que, inclusive, considera-se que saiba ou deva saber uma ou mais línguas estrangeiras, sobretudo o inglês. Age, justamente, como fator

determinante para uma compreensão sobre esse público, por parte do intérprete, o domínio do inglês, a partir do qual este intérprete pode dividir o público nos diferentes grupos:

- ✓ *Deve considerar que a platéia tem três tipos de ouvintes: os bilíngües autênticos, os falsos bilíngües e os que não conhecem a língua em que a palestra é feita.*

Divisão que pode, por sua vez, dividir o trabalho de interpretação, comprometendo-o “de um ou outro lado”:

- ✓ *(...) Se corrigimos, dividimos o público (já que quem não usa a tradução ouviu outra coisa). Se não corrigimos, podemos temer por uma perda de credibilidade*

Isto é, o intérprete sente-se “espremido”.

Embora *o público que não fala inglês* seja condição necessária para a empregabilidade do intérprete brasileiro, no discurso desses intérpretes percebe-se o funcionamento ideológico do inglês como língua universal no intercâmbio cultural, econômico e político, como apontam as seguintes respostas:

- ✓ *(...) os ouvintes em um evento devem ser considerados pelos intérpretes como pessoas que tem uma deficiência lingüística e precisam de ajuda e o intérprete não está na cabine para ‘demonstrar que é capaz de ser intérprete’.*
- ✓ *Confessar desconhecimento de uma língua como o inglês é admitir publicamente uma forma contemporânea de analfabetismo e expor-se à amargura de algumas oportunidades perdidas. Por isso mesmo, verifica-se no Brasil uma resistência relativa ao uso dos receptores de tradução. Algumas pessoas se recusam em usar os fones simplesmente para não confessar sua ignorância na língua estrangeira.*

No contexto discursivo, o termo “deficiência lingüística” pode ser compreendido como indicativo de um enunciado que não está explicitado na resposta: que o público do evento (representando uma determinada parcela dos cidadãos brasileiros) não sabe uma língua que *deveria saber*.

Conseqüentemente, ao considerar que esse público brasileiro deveria saber inglês, abre-se uma possibilidade de que o orador também pense o mesmo, formando uma imagem consigo de que o público entenderia sua fala em inglês, de modo que ele **não** se preocuparia com quem está na cabine de interpretação. Notou-se nas respostas dos intérpretes uma queixa de que os oradores não se preocupam com eles, pois este também pensaria que a maioria do público entende o inglês – desconsiderando os “poucos” que não compreendem. O sujeito-intérprete, porém, apesar de considerar que o público brasileiro deveria saber inglês, contraditoriamente, espera que o orador:

✓ (...) *esteja ciente das necessidades da tradução.*

Diante do funcionamento ideológico do inglês como língua universal – funcionamento sustentado no cenário da interpretação no Brasil, na medida em que boa parte do público sabe ou pensa que sabe inglês, e mesmo o próprio intérprete considera que o público deveria saber –, esse orador estrangeiro, que vem realizar uma palestra no Brasil, e o faz na língua inglesa, língua universal, não se preocuparia com a necessidade de interpretação.

Com relação a como se preparam para um evento, os intérpretes descrevem como ideal que além das atividades consideradas padrão como: levantamento sobre o assunto, pesquisa virtual, glossários, verificar informações anteriores do orador, possam também

ter contato com o orador antes do evento. Esse contato é considerado relevante para o sucesso da interpretação, segundo as palavras do intérprete, pois funciona o imaginário de que a partir do momento desse contato podem ter uma prévia das dificuldades que possivelmente enfrentaram.

E notável, a meu ver, que os intérpretes enumerem modos de se aproximar do assunto e do orador (conhecer o seu currículo, obter informações na internet etc.), falando, inclusive, em um contato pessoal, como estratégias que farão com que o intérprete se sinta mais preparado. Não se menciona, nas respostas que analisados, que com esse contato, o intérprete passaria a “existir” para o orador. Esse elemento é bastante significativo: o orador não se preocupa com o intérprete porque *não deve se preocupar*. Parece “natural”, na visão do próprio intérprete, que nem o orador nem o contratante se preocupem com a interpretação: lembramos que, para o organizador do evento, a interpretação deve “funcionar” como um serviço técnico, entre outros.

- ✓ *Nos eventos técnicos, primeiro busco informações básicas sobre o tema, em geral em uma enciclopédia. (...) Se possível (...) ter informações sobre o(s) orador(es), ter acesso ao currículo resumido, a títulos e/ou trabalhos publicados, ler/assistir suas entrevistas anteriores etc.*
- ✓ *(...) Minha principal fonte de informação é a internet, faço uma busca pelo tema e pelo nome do palestrante (se conhecido). Visito o site do congresso (...)*
- ✓ *(....) pedir aos organizadores documentos pertinentes para se familiarizar com o assunto (...) entrar no site do evento.*
- ✓ *Conversar informalmente com o palestrante antes da conferência é às vezes útil para a preparação psicológica do intérprete, já que é uma oportunidade do intérprete "sentir" o sotaque, clareza ou não do raciocínio, vícios de linguagem, tendência a contar muitas piadas etc (...) sem mencionar os palestrantes não-nativos do idioma da conferência.*

Nota-se, nessa última fala, que dentre as preocupações do intérprete está à questão do “sotaque”. Apontar para o “sotaque” é apontar para a não-unidade da língua, isto é, reconhecer o *sotaque* é reconhecer que a mesma língua é falada de formas diferentes – isso no que diz respeito a sua realização fonológica. O sotaque é sintoma de algo “maior”, que toma a língua em toda sua estrutura: são determinadas estruturas sintáticas, não outras, e são determinados movimentos metafóricos, não outros.

Dentro do recorte definido para essa pesquisa – compreender o discurso da interpretação, a partir do próprio intérprete – percebeu-se a possibilidade de se explorar melhor as questões levantadas em relação ao “sotaque”. Essas questões ficam, porém, fora do escopo desta pesquisa. Tais questões necessitariam de um *corpus* específico, que pudesse talvez para demonstrar as diferenças do inglês marcadas pelo sotaque possibilitando uma reflexão sobre a memória da língua apagada nessa configuração técnica de uma “relação entre línguas” enquanto línguas de Estados nacionais em um mundo globalizado.

Serrani (1997), citando Revuz (1991), aponta para o grau de dificuldade que o sujeito enfrenta no processo de aquisição de uma língua estrangeira, isso porque o sujeito carrega consigo fragmentos lingüístico-discursivos e aspectos fonológicos da sua língua materna. Dessa forma, falar uma língua estrangeira implica em três esferas existenciais básicas da subjetividade. A primeira com relação ao conhecimento da ordem simbólica da enunciação; a segunda a parte física dessa língua outra, ou seja, o ajuste do aparelho fonador e movimentação muscular e a terceira se refere à afirmação do sujeito que se autoriza a falar em primeira pessoa, a partir de uma língua outra – o que lhe transforma em locutor “dono de seu dizer”. Isto é, o sujeito se inscreve em uma memória discursiva “outra” e o efeito dessa inscrição seria o de se colocar nesse lugar de *saber essa língua*.

De uma perspectiva discursiva, explica-se que o funcionamento da língua é afetado pelo interdiscurso que age como uma rede de significados para o falante e seus sentidos e essa interdiscursividade é que permite que a língua funcione. Ao adquirir uma língua estrangeira, o sujeito estaria passando por um processo de não-identificação simbólica causando uma resistência do sujeito a esse submetimento à forma material outra que interpela o sujeito, portanto, falar uma língua outra não seria somente uma questão de ter ou não ter um “sotaque” estrangeiro.

Isso posto, justifica-se o fato de que mesmo que vários oradores (nativos e não-nativos) falem em inglês, a relação do *sujeito-intérprete* com a *língua* não será de um mesmo inglês, e, sim, de vários “inglês”, isto é, a partir dos traços de memórias discursivas das línguas-maternas do *sujeito-orador* que pode ser um americano, um britânico, um australiano, um italiano, um japonês, e assim por diante, expressando-se em inglês (língua nacional e internacional). Uma hipótese que pode aqui ser levantada é que esses sujeitos, apesar de estarem na língua do outro, permanecem na ordem discursiva relativa ao funcionamento de sua própria língua, fato que os caracterizariam como “estrangeiros” – multiplicando as diversidades com que o *sujeito-intérprete* tem de lidar.

Portanto, uma mesma língua é falada de diversas formas. Isto é, por um lado, lembrar que a unidade de uma língua qualquer é imaginária, por outro lado, lembrar que quanto mais idealmente “universal” for essa língua, maior será a sua real diversidade tanto em termos de elementos fônicos, quanto lexicais, sintático-discursivos etc.

Assim, através das respostas concedidas pelos intérpretes foi possível, a essa pesquisa, demonstrar a importância do intérprete na cena da interpretação não como o único responsável pela comunicação, mas sua importância em situações que podem ser da

mais ampla magnitude, como assuntos diplomáticos. Entretanto, percebeu-se que os intérpretes notam a importância de sua função de uma forma direcionada para as questões lingüísticas, tradutológicas e ética. nesse sentido, dá-se margem a um automatismo nas repostas que parece não variar de perspectiva ao falar dessa prática.

Essa constatação ilustra que o intérprete tem uma visão restrita de seu ofício que, considerando a escassez de pesquisas sobre o tema, mantém os profissionais reproduzindo um discurso sem confrontos. Essa pesquisa teve como objetivo trabalhar exatamente neste lugar que não se altera – sobre a função do intérprete na prática de seu ofício.

As questões da pesquisa afetaram o sujeito-intérprete no seu funcionamento, pois normalmente, os profissionais são indagados em relação às questões técnicas e reconhecem essas abordagens que discutem questões de “interpretar” , “traduzir” e que não evidenciam outros aspectos desse cenário.

Neste contexto, esta pesquisa, deu a palavra àquele que empresta a voz às palavras de um “outro”, submetendo-se aos confrontos, aqui, explorados.

Nas considerações finais, a seguir, apresentam-se tais reflexões, bem como uma discussão sobre os resultados obtidos na análise aqui finalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise mostrou que a *prática da interpretação* se produz sustentada simultaneamente pela *formação discursiva da autoria*, constitutiva das práticas de texto na sociedade moderna, e pela *formação discursiva das relações internacionais*, constitutiva das relações de governo também na sociedade moderna, enquanto relações de força/relações diplomáticas entre diferentes Estados nacionais, com línguas e culturas próprias.

No *discurso (sobre a prática) da interpretação*, o intérprete profissional oscila entre uma *posição tradutor* e uma *posição diplomata*, produzidas, respectivamente, pelas duas formações discursivas mencionadas anteriormente. Através desse recorte teórico foi possível observar o sujeito falante na função enunciativa definida para este trabalho de *função-intérprete*.

Concluiu-se, aqui, que quanto à *formação discursiva da autoria*, a *posição intérprete-tradutor* é a de que ele deve manter-se fiel às palavras do autor-orador, deve manter a “fidelidade”, portanto, a um “texto original” – estamos tomando tais enunciados e suas paráfrases como marcas da formação discursiva da autoria. O sujeito-intérprete mostrou através de sua fala aqui analisada uma contra-identificação para com a posição de sujeito constituída pela formação discursiva da autoria: a fidelidade ao texto original é impossível, mas é dever do “tradutor intérprete” buscar a máxima fidelidade possível.

Quanto à *formação discursiva das relações internacionais*, a *posição diplomata* se constitui enquanto necessidade de uma comunicação entre sujeitos de diferentes nações, e que, portanto, possuem línguas e culturas diferentes – as referências às diferenças culturais afetando os sentidos e a sua compreensão, bem como a necessidade

primordial de “entendimento”, acima do que possa não ter feito sentido pelo próprio orador, são aqui consideradas marcas da formação discursiva das relações internacionais afetando a prática da interpretação.

As repostas apontam para um imaginário que caracteriza seu discurso em duas modalidades deônticas: de **dever ser** o canal de comunicação entre o público e o orador e de **poder**, pois o orador, eventualmente, poderia não ser fazer sentido seja por problemas que intérprete aponta nas repostas como problemas de oratória deste orador que está se apresentando, seja por outro problema esporádico. No entanto, funciona para o intérprete o imaginário de que o orador **pode** não fazer sentido para ele, mas o intérprete tem o **dever** de fazer sentido perante o público, por uma questão que ele considera dentro da ética da interpretação. Nesse contexto, a ética referida estaria além da ética posta pela associação profissional da categoria, estaria na injunção das expectativas automatistas e de um ideal de “comunicação humana”. Os entrevistados mencionam, ainda, que em situações extremas de falta de compreensão da fala do orador, eles podem (devem) comunicar seu coordenador sobre tal dificuldade para que seja substituído.

Mostrou-se que, além das questões técnicas (físicas), tais como a instalação do equipamento de cabine, eles se reconhecem como um canal igualmente técnico, na medida em que a comunicação deve fluir sem “ruídos” de dentro da cabine, onde tudo deverá fazer sentido. Destaca-se nesse funcionamento a imagem de automatismo com uma (grande) expectativa em relação à capacidade desse sujeito-intérprete, independente da situação. Para o intérprete, a posição sujeito-intérprete vê na comunicação uma questão técnica e que caberia a *ele* (enquanto intérprete) co-responder a esse imaginário social da comunicação – fluxo de um emissor para um destinatário – sem se dar conta de que está todo o tempo procurando satisfazer esse imaginário social.

Os avanços tecnológicos colaboram para esse imaginário, pois parecem condicionar ao intérprete / tradutor uma onipresença para prática de seu ofício, pois a sociedade tem disponíveis muitos recursos que encobrem as fases de preparação de um profissional da linguagem, seja ele, um jornalista, um professor, um tradutor ou um intérprete.

A definição atribuída a ele de “voz sem corpo” nos leva a uma reflexão para quanto o corpo do intérprete é afetado em uma interpretação? Emprestar o seu corpo para que o outro fale por ele pode afetar este sujeito-intérprete de tal forma, podendo ele atingir um esgotamento que pode ser investigado tanto em relação ao seu esforço físico, para manter-se concentrado, como em relação à informação contida no que está sendo interpretado. Lembra-se, neste ponto, que ele não pode exceder 20 minutos em atuação devendo trabalhar sempre em duplas. Portanto, se ver como “um canal livre de ruídos” é um imaginário que o não permite perceber o que realmente ocorre com seu corpo pela sua voz.

As respostas apontaram que os intérpretes falam de sua prática de uma forma que sinaliza uma repetição dos conceitos apresentados nas literaturas sobre o assunto e que não se confrontam, por isso, durante o processo de recebimento das respostas houve a necessidade de explicar (pessoalmente) as perguntas – que estavam em português. Uma hipótese que justificaria tal dificuldade dos intérpretes é o fato da pesquisa estar posicionada em outro campo teórico, AD, pois as perguntas traziam novas perspectivas de análise das respostas.

Fica demonstrado, nesse ponto da pesquisa, conforme posicionamento da AD, que “a língua funciona pelo equívoco” e que no momento em que o sujeito sai de sua zona discursiva, lugar onde ele compreende e é compreendido, ocorre falta de sentidos. Portanto, fica demonstrado que as dificuldades na interpretação simultânea não são somente por conta do bilingüismo e isto deve ser considerado pelo intérprete. Os

problemas citados pelos intérpretes como: falta de parentesco lingüístico, sotaque, terminologia específica, fala incompleta, na verdade, destaca os problemas de funcionamento da “língua” e não somente da língua estrangeira.

Nesse contexto, a interpretação simultânea é produzida em uma situação específica a partir do discurso do *autor-orador*, trata-se de um contato entre as memórias discursivas envolvidas, a saber, do orador e do intérprete, produzindo efeitos de sentidos nas traduções, pois, da perspectiva adotada, a linguagem não é transparente e uma equivalência entre os discursos que seria, pois, uma ilusão do dizer.

Notou-se uma evidente resistência dos intérpretes em assumir que eles intervêm no discurso do orador, isso porque, a *função-intérprete* se encontra sob o confronto das duas formações discursivas mencionadas – a *autoria* e *das relações internacionais*. Percebeu-se um desconforto ora em assumir uma interferência na fala do orador em nome da comunicação, outrora em manter um discurso categórico afirmando que nunca o fazem mais uma vez se respaldando nas questões tidas como parte ética da interpretação.

Ao analisar o funcionamento imaginário do intérprete sobre seu público (brasileiro) percebeu-se uma reflexão crítica do conhecimento da língua inglesa como língua universal em que o público seria classificado a partir do domínio dessa língua estrangeira. Nesse sentido, para os que não dominam esse idioma, o intérprete seria o canal de comunicação entre esse público e o orador, entretanto, para os sujeitos com formação técnica ou acadêmica – representando parte da população brasileira – ele pressupõe o conhecimento do inglês suficiente para não necessitar de um intérprete, isto é, sinalizando para a análise de discurso, que o *sujeito-público* deveria saber o inglês – apesar de o desconhecimento ser condição para sua atuação.

Uma hipótese que justificaria esse imaginário seria de que o inglês é tido como língua estrangeira de negócios em condições histórico-discursivas que determinam e constituem a chamada globalização da economia e mundialização da cultura definindo desse modo seu reconhecimento mundial como tal. Ao abordar essa expansão, pode-se compreender que os intérpretes sinalizam uma inserção nesse funcionamento ideológico de língua universal, já presente no discurso do intérprete. Ocorre que essa expansão mundial da língua inglesa vem afetando os sujeitos da sociedade moderna e pós-moderna, denotando um aumento no número de pessoas interessadas em adquirir esse idioma para computação, comércio, ciências, medicina, ameaçando até tornar obsoleto seu status de língua estrangeira.

Encerro aqui essas considerações finais, na esperança de ter contribuído para o conhecimento dessa prática e na satisfação de ter apresentado questões sobre o tema. Reafirmo que o objetivo desse estudo foi o de inaugurar uma abordagem discursiva sobre a prática da interpretação que contemplou reflexões de uma perspectiva teórica diferente daquelas com as quais a área, bem como a prática da interpretação, já foi considerada.

Nesse contexto, fica apresentado aos profissionais, e interessados pelo tema, uma ampla visão da formação ideológica em que esse profissional está inscrito e quais os efeitos dessa inscrição em seu discurso.

Procurou-se com essas reflexões possibilitar aos intérpretes uma compreensão diversa de sua prática, ajudando-o a sair das evidências que o determinam, tais como: tradutor automático, onipotente, dever ser um canal de comunicação, etc.

Dessa forma, que as futuras abordagens sobre o tema possam partir também de outras áreas do saber que não apenas as áreas voltadas para aprimorar a “técnica” de

interpretar e que possam considerar que há ainda aspectos no cenário da interpretação a serem estudados, permitindo-se assim, ao intérprete e aos professores da área, “arejar” os sentidos da prática da interpretação simultânea.

Por fim, espera-se que a leitura desse trabalho tenha proporcionado descobertas e novos interesses sobre essa prática profissional tão interessante, pois como todo trabalho de pesquisa, não se tem a pretensão de ser completo, considerando que a cada leitura, outras perspectivas também poderão se desenvolver.

Referências Bibliográficas

APIC-ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE INTÉRPRETES DE CONFERÊNCIA.
Disponível em: <<http://www.apic.org.br>>. Acesso em nov. 2007.

ATA- AMERICAN TRANSLATION ASSOCIATION. Disponível em:
<<http://www.atanet.org>>. Acesso em ago 2007.

ARROJO, R. (org.) **O Signo Desconstruído**: Implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas, SP: Pontes, 1992 a.

_____. **Oficina de tradução**: a teoria na prática. São Paulo: Ática, 1992b.

AUBERT, F.H. **As (in)fidelidades da tradução**: servidões e autonomia do tradutor. Campinas: Unicamp, 1984.

AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Campinas. SP: Unicamp, 1998.

_____. **Revolução tecnológica da gramatização**. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

ALTHUSER, L. **Aparelhos ideológicos do Estado**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKER, M. **In other words**: a coursebook on translation. Londres/NY: Routledge, 1992.

_____. "Non-cognitive constraints and interpreter strategies in political interviews".
In: **Translating Sensitive Texts**: Linguistics Aspects. London: University of Manchester, Institute of Science and Technology (UMIST) & Middlesex University Business School, 1997.

BASSNETT-McGUIRE, S. **History of translation theory**. Translation Studies. London and New York: Methuen, 1980.

BARROS, M. C. D. M. **Os "Línguas" e a gramática tupi no Brasil (Século XVI)**. Ameríndia (Paris), paris, v. 19/20, p. 3-14, 1995.

BOLOGNINI, C. Z. (org.) Coleção **Discurso e Ensino** - A língua inglesa na escola. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

_____; OLIVEIRA, E. DE; HASHIGUTI, S. T. **Línguas estrangeiras no Brasil**. Brasília: MEC, 2005. V. 1.

BOWEN, M. *et al.* “Os intérpretes que fizeram a História”. In: DELISLE, J., WOODSWORTH, J. (Org.) **Os tradutores na história**. São Paulo: Àtica, 1998.

_____, “Interpreting yesterday, today and tomorrow”. **ATA Monograph Series. Vol IV**. State University of New York at Binghamton, 1990.

BRANDAO, H.N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas. SP: Unicamp, 1990.

CALLIGARIS, C. (1993) **Hello Brasil!** Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1996.

CELADA, M.T. “Aspectos da subjetividade do brasileiro especialmente convocados no processo de aprendizados de espanhol” In: **Revista Sínteses** V. 8, p. 85-99, Iel/Unicamp, 2003.

_____. “Língua materna / língua estrangeira: um equívoco que provoca a interpretação”. In: INDRUSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C.. (Org.). **Análise do discurso no Brasil**. Mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, v. 1, p. 357-372.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CRYSTAL, D. **The stories of English**. London: Penguin, 2005.

_____. **The Cambridge encyclopedia of language**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DERRIDA, J. “Des Tours de Babel”. In: GRAHAM, J. G. **Difference in Translation**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1985.

ELB – ENCICLOPÉDIA DAS LÍNGUAS NO BRASIL. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_nacional.htm>. Acesso em jul. 2008.

ETI – ÈCOLE DE TRADUCTION ET D'INTERPRETATION. Disponível em: <<http://www.unige.ch/eti/index.html>>. Acesso em mai 2007.

ELST, P.V. “The war was over. An international military tribunal had been set up in Nuremberg to try the leading Nazi war criminals”. AIIC, ago 2001. Disponível em: <<http://www.aiic.net/community/print/default.cfm/page983>>. Acesso em jun. 2007.

FERNANDES, C.A. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.

FERREIRA, M.C.L. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

FOUCAULT, M.(1996) **A ordem do discurso**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13.ed. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

_____. “O sujeito e o poder” In: DREYFUS, H. & RABINOW, Pêcheux Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FRANÇA, L.H.S. **Um curso de Interpretação Glocal**: com foco na realidade brasileira e sintonizado com as tendências mundiais. Tese de doutorado apresentada na Univ. São Paulo. Departamento de Letras Modernas. 2003.

FURLAN, C.C e BIAZOTTO, A.D. “Inglês e o silenciamento dos povos” In: BOLOGNINI, C.Z. (org.). **Discurso e ensino** – A língua inglesa na escola. Campinas, SP: Mercado de letras, 2008.

GALLO, S.L. **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Unicamp, 1992.

GAIBA, F. **The origins of simultaneous interpretation**: the Nuremberg Trial. University of Ottawa press: Ottawa, Canada, 1998.

GILE, D. **Basic concepts and models for interpreter and translator training**. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1995.

_____. “Interpretation Research: A new impetus?” **Hermes**, Journal of linguistics n. 14, 1995.

GORDON R., Jr **Ethnologue** : Languages of the World. 15. ed. Dallas, Texas: SIL International, 2005.

GRADDOL, D. **English Next**. The British Council, 2007.

Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/learning-research-english-next.pdf>>. Acesso em mai 2008.

_____. **The Future of English**. The British Council, 1997.

Disponível em: <<http://www.britishcouncil.org/learning-elt-future.pdf>>. Acesso em mai 2008.

GRAHAM, J.F. **Difference in translation**. Ithaca e Londres, Cornell University Press, 1985.

HAROCHE, C. **Fazer, dizer, querer dizer**. Tradução: Eni Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HASHIGUTI, S. “Presença dos Ingleses no Brasil: efeitos na/da linguagem”. In: BOLOGNINI, C.Z (org.). **Discurso e ensino: A língua Inglesa na Escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.

HENRY, P. “A História não Existe?” In: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de Leitura: da história no discurso**, Campinas, SP: Unicamp, 1984.

_____. **A ferramenta imperfeita: lingual, sujeito e discurso**. Trad. Maria F.P. Castro. Campinas, SP Unicamp, 1992.

HERBERT, J. **The interpreter Handbook: how to become a conference interpreter**. 2. ed. Genebra: Librairie de L’Université, 1952.

HONÓRIO, M. A. Enciclopédia das línguas no Brasil ELB. Línguas Indígenas: Verbete Geral, 2003? Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/indigenas/l_indigenas/l_indigenas.html>. Acesso em ago. 2008.

INDURSKY, F. “Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?”. In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso: mapeando conceitos, confrontando limites, 2005, Porto Alegre. O campo da Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites, 2005.

ISIT – INSTITUT SUPÉRIEUR D’INTERPRETATION ET TRADUCTION. Universidade Paris 3. Disponível em: <<http://www.isit-paris.fr/rubriques/presentation.htm>>. Acesso em agosto de 2007.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1970.

JOHNSON, B. “Taking Fidelity Philosophically”. In: GRAHAM, J. G. (ed.) **Difference in Translation**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1985.

KATAN, D. **Translating cultures**: an introduction for translators, interpreters and mediator. Manchester: St. Jerome Publishing, 1999.

LAMBERT, S.; MOSER-MERCER, B. **Bridging the gap**: empirical research in simultaneous interpretation. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1994.

LEITE, Serafim, S.I. **Páginas da História do Brasil**. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Coleção Brasileira n.93,1937.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Instituto Nacional do Livro. Rio, 1950

_____. **Monumenta Brasiliae**: Monumenta Historica S.I. vol 79-80-81. Roma. 1956-57-58

LEDERER, M. **La traduction simultanée**: experience et théorie. Paris: Minard Lettres Modernes. 1981.

LEFFA, V.J. “O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional” In: **Contexturas/APLIESP** n. 4 p. 13-24, 1999.

LUCIANO, A.H.T. **A interpretação simultânea sob a ótica da lingüística aplicada**. Dissertação de mestrado apresentada na Univ. Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. 2005.

MACDONALD, R.R. “Leon Dostert”, (s/d) Disponível em: <<http://www.mt-archive.info/Macdonald-1967.pdf>>. Acesso em junho de 2007.

MAGALHÃES, E. **Sua majestade, o intérprete**: o fascinante mundo da tradução simultânea. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MARIANI, B.S.C. “As academias do século XVIII - um certo discurso sobre a história e sobre a língua do Brasil” In: GUIMARÃES e ORLANDI (org.), **Língua e Cidadania**: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.

_____. “A Institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e política do Marquês de Pombal”. In: ORLANDI, E. (org.). **História das idéias lingüísticas**: Construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001.

MILTON, J. **O Poder da Tradução**. São Paulo: Poética, 1993.

MONTAUDON, Y. “Doña Marina: Lãs fuentes literárias de la contrucción bernaldinade la intérprete de Cortés” . Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01327220822915966868802/index.htm>>. Acesso em jul de 2007.

MORRIS, R. “Justice in Four Languages or Interpreter and Mistress” AIIC, set. 2000, Disponível em: <<http://www.aiic.net/ViewPage.cfm/article149.htm>>. Acesso em jun. 2007.

MOUNIN, G. **Os problemas Teóricos da Tradução**. São Paulo: Cultrix, 1975.

NUNES, J.H. “A gramática de Anchieta e as partes do discurso”. In: ORLANDI, E., GUIMARÃES E. **Língua e cidadania**: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____ e BORGES, L. “La Langue Générale Et La Grammatization Des Langues Indiennes” **Langages**, Paris, v. 130, p. 52-67, 1998.

ORLANDI, E. “Destruição e Construção do sentido (Um estudo da Ironia)”. In: **Publicação do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas das Faculdades Integradas de Uberaba**. Série Estudos-12. Uberaba-MG, 1986.

_____. **Terra à vista discurso do confronto:** velho e novo mundo. Campinas, SP: Cortez, 1990.

_____. **O que é lingüística.** São Paulo. Brasiliense. 1990.

_____. **Discurso e leitura.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Discurso fundador:** A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.

_____. 1996. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes. 4. edição. 2004.

_____. “Paráfrases e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico”. In: **Revista Rua**, v. 4, Ed. Unicamp: Campinas, SP, 1999.

_____. **Análise do Discurso:** Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico-** para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002

OTTONI, P.R. (Org.) **Tradução:** A prática da diferença. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

PAGURA, R. “Translation and interpretation: two sides of the same coin?” In: **Braz-Tesol Newsletter**, ISSN 1516-182X, July 2001.

PASSOS, D.M.S.P. “O intérprete enquanto produtor de sentidos: uma análise discursiva da atividade de interpretação forense” Canadian Association of translation Studies, CATS 2000 e SIG Translation, Braz-Tesol, Ibero-Americana, 2001.

PAYER, M.O. **Memória da língua:** imigração e nacionalidade. São Paulo: Escuta, 2006.

_____. “Entre a língua nacional e a língua materna”. II SEAD (Seminário de Estudos em Análise do Discurso) de 31 de outubro a 04 de novembro de 2005 em Porto Alegre, UFRG: Disponível em: http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/lingua/Maria_teresa.pdf acesso em maio de 2008.

PÊCHEUX M. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

_____. “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E.P. (Org.). **Gestos de leitura – da história no discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

_____. **O discurso: Estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi. São Paulo: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. 3. ed. Tradução: Eni Orlandi *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. (1985) “O papel da memória”. In: ACHARD, P. **O papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PÖCHHACKER, F. “The role of theory in simultaneous interpreting” In: DOLLERUP, C.; LODDEGAARD, A. (Org.). **Teaching translation and interpreting: training, talent and experience**. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1992.

_____. “A profile of research(ers) in interpreting.” **Target - International Journal of Translation Studies**. V 7 issue 1. Amsterdã: John Benhamins Publishing Company, 1995.

_____. “Interpreters and ideology: from “between” to “whithin””. In. **Across Journal**, v.7, n.2, 2006. Disponível em: <<http://www.akademai.com/content/32468u6737v42354/?p=7fc5878c86f049bbb29ebef13059b931&pi=2>>. Acesso em setembro 2007.

ROLAND, R.A. **Interpreters as Diplomats: diplomatic history of the role of interpreters in world politics**. Ottawa: University of Otttawa press, 1999.

RONAI, P. (1952) **Escola de Tradutores**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

_____. **A tradução vivida**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

ROSA, M.A. **A relação entre domínio da língua inglesa e empregabilidade no imaginário brasileiro em tempos de mundialização do capital (“globalização”)**. Dissertação de mestrado defendida na Univ. Estadual de Campinas, São Paulo. Instituto de Estudos da Linguagem. 2003

SANTIAGO, R. “Consecutive Interpreting: A Brief Review” out. 2004. Disponível em: <<http://home.earthlink.net/~terperto/id19.html>>. Acesso em set 2007.

SEARLE, J.R. “Metaphor” In: **Expression and Meaning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SELESKOVITCH, D. (1978) Interpreting for international conferences. Tradução de **L’interprète dans le conférences internationales: problèmes de language et de communication**. Washington, DC: Pen and Booth, 1968.

_____. “Pour une théorie de la traduction inspirée de sa pratique” In: **Meta** v. 25 n. 4, p. 401-408, 1980.

_____. **Language, langues et memoire: etude de prise de notes en interpretation consécutive**. Minard: Paris. 1975.

_____, LEDERER, M. **Interpréter pour traduire** Didier Édition: Paris. 1984.

SERRANI, S. M. “Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas”. In: **DELTA** - Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 63-81, 1997.

SILVA, T. D. **Televisão brasileira: a comunicação institucionalizada**. Tese de doutorado apresentada na Univ. Estadual de Campinas, São Paulo. Instituto de Estudos da Linguagem. 2002.

STEINER, G. **After Babel: Aspects of languages and translation**. Oxford University Press: 1975.

STEINMETZ, S. **Sementic Antics** - How and why words change meaning. London. Penguin, 2007.

STURZA, E. Enciclopédia das línguas no Brasil ELB. **Línguas de imigração americanas: Espanhol no Brasil, 2003?** Disponível em: <http://www.laburb.unicamp.br/elb/americanas/espanhol_brasil.html>. Acesso em ago 2008.

TAYLOR-B. V. **Conference interpreting: principles and practice**. Austrália: Queensland University Press. 2001. ISBN 1-4196-6069-1

UNIBERO - CENTRO UNIVERSITÁRIO IBERO-AMERICANO. Disponível em: <<http://www.unibero.edu.br>> Curso: Tradutor e intérprete. Acesso em set. 2007.

VENUTI, L. **Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology**. London and. New York, Routledge, 1992.

A N E X O S

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Título do trabalho:

A Interpretação Simultânea sob a ótica da Análise do
Discurso¹¹

Eu, (xxxxxxxx), aceito, por minha livre e espontânea vontade, contribuir para a pesquisa realizada pela aluna Silvia Silva matrícula n. 24000088 na UNIVÁS- Universidade do Vale do Sapucaí, na cidade de Pouso Alegre – MG em seu projeto de dissertação no Mestrado de Lingüística Linguagem e Sociedade, sob orientação da Profa. Dra. Telma Domingues da Silva.

Eu confirmo que Silvia Silva explicou-me os objetivos dessa pesquisa e que terei resguardado meu anonimato durante e depois da conclusão desta.

Local e data:

De Acordo:

¹¹ Ressalto que o título do trabalho no momento das entrevistas era o descrito acima e que o mesmo foi modificado após a banca de qualificação.

ANEXO II: TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

➤ **Intérprete 1**

1. Qual sua formação de intérprete profissional? Há quanto tempo atua como intérprete de conferência?

Estou nesse ofício há exatos 15 anos. Comecei em 1990. Comecei na marra, como a maioria dos intérpretes da minha geração, no Brasil. Meio por acaso, na base do “entra aí e faz o melhor possível”. Até hoje, não tenho formação acadêmica em interpretação. Darei início neste ano à realização de curso de mestrado específico em Interpretação de Conferências.

2. Quais as associações de intérpretes profissionais que você tem conhecimento / contato? Você é membro de alguma associação?

*Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC).
Association Internationale d'Interprètes de Conférence (AIIC).
Em junho do ano passado ajudei a fundar uma nova associação, a Associação de Intérpretes do Brasil (AIB), ainda inativa até o presente.*

3. Como se dá o processo de preparação do intérprete para um evento? De que forma esse processo muda de um evento para outro?

A preparação varia conforme o evento e a familiaridade do intérprete com o tema. Em se tratando de algo novo ou de grande exigência de perícia técnica, haverá necessidade de um levantamento terminológico. A melhor preparação, contudo, é aquela feita em sobre do material específico da palestra ou conferência. O primeiro trabalho do intérprete, portanto, deve ser o de extrair dos próprios organizadores e contratantes o máximo de material possível. Não se obtendo muito êxito nessa abordagem, a saída é procurar de forma autônoma as informações. Nesses momentos, minha primeira e principal fonte de informação é a Internet, mais precisamene, o site de pesquisa Google. Faço uma busca pelo tema ou pelo nome do palestrante (se conhecido e visito o site do Congresso ou do evento, caso haja. Informo-me sobre os principais temas e busco equivalentes lingüísticos. Vou fazendo um pequeno glossário (geralmente mental, sem grandes anotações). No caso de palestrantes cujo sotaque possa me surpreender, procuro por arquivos de áudio ou de vídeo com apresentações anteriores. E com frequência encontro. A preparação final, salvadora, a mais importante, se dá nos minutos que antecedem a palestra, num contato rápido com o palestrante ou com o material específico que será apresentado. É um trabalho meio de detetive. Como dizia um jornalista brasileiro “cavalo não sobe escada”. Informação também não. É preciso descer para apanhá-la.

4. Em sua opinião, quais aspectos que definem se o intérprete está apto para o trabalho?

Isso é algo que somente o próprio intérprete pode determinar. Mas na verdade, é preciso dizer que nunca saberemos ao certo se estamos ou não plenamente aptos para determinado evento. Porque o evento sempre pode nos surpreender. Ainda que se trate de um tema conhecido, o palestrante pode ser confuso, ou ter um sotaque ininteligível. A profundidade da abordagem pode ser muito maior do que se espera. O colega de trabalho pode não ser capaz de ajudar muito. Ou seja, as variáveis são muitas. O intérprete pode ter indicativos mas jamais terá certeza de como se sairá. Isso é um problema maior para os novatos, que ainda não desenvolveram um estilo próprio de interpretação ou que não estão ainda totalmente à vontade com as chamadas “táticas de sobrevivência” (coping tactics). Ou seja, não há como ter certeza de que se sairá bem. Mas, com a experiência vem a certeza de que podemos não saber tudo; podemos não dominar todos os assuntos. Porém, temos certeza de que saberemos nos virar em qualquer situação, a ponto de converter beneficentemente a nosso favor uma grande dificuldade.

5. Como o intérprete define seu orador, ou seja, que considerações o intérprete tem de fazer em relação a seu orador?

Não tenho certeza de ter entendido a pergunta. O intérprete, como se sabe, costuma ter pouco contato com o conferencista. E ainda que tenha, não tem grande espaço para dar sugestões quanto ao estilo de apresentação que se seguirá. Vou responder indicando aquilo que considero um bom orador. O bom orador é aquele que está ciente da necessidade de tradução. Por isso mesmo deve evitar o uso de siglas, procurar concatenar bem as idéias, manter contato visual com os intérpretes (quando possível), deixar os slides por um segundo a mais na tela, providenciar cópias extras dos materiais que venha ler, colocando-os à disposição dos intérpretes e finalmente pedir e dar um feedback ao fim do trabalho. Ao longo dos anos, desenvolvi uma lista de sugestões práticas aos oradores. Sempre que possível envio uma cópia antecipada aos principais palestrantes. Para alguns, soa como óbvio, mas há sempre alguma dica útil. Essa lista está num dos anexos do meu livro (caso tenha interesse em conhecer ou usar).

6. O que, em sua opinião, podemos considerar para obter uma interpretação bem ou mal sucedida?

A interpretação mal sucedida é aquela que não comunica. É a interpretação feita sem naturalidade, sem espontaneidade, enclausurada em um apanhado de regras, rígida, inflexível. Aquela em que a obsessão em repetir palavras se sobrepõe à necessidade de contar uma história. Aquela em que o estilo do intérprete se impõe sobre o estilo do apresentador – há intérpretes que traduzem tudo dentro de um único formato, sem naturalidade. A boa interpretação não é só a ausência de erros. Não é simplesmente não errar. A correção é a meta a se perseguir sempre, mas sempre a partir do entendimento, uma vez que perfeição em comunicação é utopia. O bom intérprete precisa ser, em primeiro lugar, um exímio comunicador.

7. Quais as considerações de um intérprete em relação aos ouvintes em um evento?

Acho que o principal é compreender que os ouvintes não estão ali para nos julgar. É preciso entender que torcem pelo nosso sucesso, pois dependem dele. Formam com o intérprete uma aliança, logo de saída. Esse entendimento reduz a ansiedade. Torna-nos parte da conversa, um elo importante da comunicação. O intérprete deve saber também que de sua segurança depende a segurança dos ouvintes em relação ao que ouve. Daí a importância de preparar-se bem, técnica e emocionalmente. Excesso de hesitação, sobretudo no início da palestra, mina a confiança do público no intérprete.

8. Como o intérprete age em situações em que ao ouvir o discurso original sabe que esse discurso interpretado não fará o mesmo sentido na língua de chegada, ou não há uma equivalência no que foi dito.

Acho que nesses casos o melhor é explicar que se trata de algo intraduzível (uma piada ou ditado, por exemplo), ou criar uma imagem paralela que com outras palavras passe mais ou menos o mesmo sentimento.

9. Em que situações o intérprete pode/deve interferir no discurso interpretado visando melhorar, amenizar, não constranger o orador frente aos ouvintes?

A interferência acontece sempre, consciente ou inconscientemente. Isso é inerente à comunicação. Sinônimos não existem. A resposta emocional provocada por uma mesma expressão pode variar conforme o indivíduo ou o grupo cultural ao qual pertença. Pode variar também conforme a entonação. Pense por um minuto na expressão “Bonito, hein!”, dita com ironia e reprovação. Tem exatamente o sentido contrário. No Brasil o politicamente correto é dizer “negro”. Em Moçambique, o adjetivo é pejorativo. Lá dizem “preto” e preferem assim. Mas há interferências que fazemos conscientemente, ao adaptar, por exemplo, o nome de um produto (buscando o equivalente nacional) ou o nome de um programa de TV, ou usando ainda, como exemplo, um personagem mais facilmente apreensível pelos ouvintes em seu idioma de origem. São escolhas e decisões a serem tomadas instantaneamente. Mas interpretação é isso: tomar decisões ... o tempo todo!

10. Que critérios são utilizados em situações citadas na questão anterior?

Não consigo pensar em exemplos, mas acho que uma palavra importante aqui é credibilidade, tanto do intérprete quanto do palestrante. Amenizar uma piada infeliz ou politicamente incorreta, quando se sabe que a intenção não foi ofender, por exemplo, pode proteger convenientemente o palestrante. E adaptar o que é preciso, buscando equivalências metalingüísticas, pode ajudar a manter a credibilidade do intérprete, que aos poucos vai-se mostrando à vontade e senhor da situação. Só não pode ser uma credibilidade fingida, construída a custo de corrupção do sentido pretendido pelo autor. Mas acho que só o momento ditará o comportamento do intérprete. O mesmo se aplica a situações que envolvem erro do palestrante. Ficamos entre corrigir ou não corrigir. Se corrigimos, dividimos o público (já que quem não usa a tradução ouviu outra coisa). Se não corrigimos, podemos temer por uma perda de credibilidade.

11. O que você considera como seu objetivo quando interpreta em um evento?

Comunicar, com naturalidade e a máxima fidelidade possível, a mensagem pretendida pelo autor.

12. O que você acha que o seu cliente espera de sua interpretação? E o que você faz para atingir a expectativa de seu cliente?

Antes de mais nada, antes mesmo da conferência, acho que o cliente quer sentir segurança. Quer ter certeza de ter confiado seu evento a alguém experiente, que sabe o que está fazendo. Nesse sentido é muito importante que o intérprete se apresente a seus contratantes sem ansiedade, sem cobranças exageradas ou irritação diante de uma recusa em prover o intérprete com material disponível. Pode e deve fazer as ressalvas necessárias, lembrando que a qualidade da interpretação estará atrelada em função direta com a disponibilidade de tais materiais. Mas precisa transmitir segurança. Ultrapassada essa fase, acho que o cliente deseja fidelidade, correção, segurança (no delivery) e espontaneidade.

13. Ao final de um evento, como pode considerar seu trabalho bem ou mal sucedido?

Procuro avaliar pelo conforto (ou desconforto) deixado no público. As perguntas ao final da palestra são um bom termômetro do nível geral de satisfação e entendimento. Considero cumprida a minha missão quando sinto que o conteúdo foi transmitido de modo natural, correto e detalhado, mas com espontaneidade, como numa boa conversa. A depender, claro, do estilo do apresentador.

➤ **Intérprete 2**

1. Qual sua formação de intérprete profissional? Há quanto tempo atua como intérprete de conferência?

Sou formada intérprete parlamentar (simultânea) pela Universidade de Genebra, Suíça.

2. Quais as associações de intérpretes profissionais que você tem conhecimento / contato? Você é membro de alguma associação?

*Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC): membro fundador.
Association Internationale d'Interprètes de Conférence (AIIC): membro.
American Translators Association (ATA).
Applied Languages Solution (ALS-U.S.A.)*

3. Como se dá o processo de preparação do intérprete para um evento? De que forma esse processo muda de um evento para outro?

Para cada evento o intérprete deve pedir documentos pertinentes para se familiarizar com o assunto. Caso não haja, entrar no site do evento.

4. Em sua opinião, quais aspectos que definem se o intérprete está apto para o trabalho?

Impossível responder.

5. Como o intérprete define seu orador, ou seja, que considerações o intérprete tem de fazer em relação a seu orador?

Impossível responder.

6. O que, em sua opinião, podemos considerar para obter uma interpretação bem ou mal sucedida?

Impossível responder.

7. Quais as considerações de um intérprete em relação aos ouvintes em um evento?

Saber que é um esforço ficar prestando atenção ao que está sendo transmitido por um radinho, quando o som original está alto na sala. Fazer frases com sentido, começo, meio e fim. Usar uma entonação de voz agradável e não monótona.

8. Como o intérprete age em situações em que ao ouvir o discurso original sabe que esse discurso interpretado não fará o mesmo sentido na língua de chegada, ou não há uma equivalência no que foi dito.

A função do bom intérprete é justamente a de encontrar frases que façam sentido. O importante é transmitir a idéia e não traduzir ao pé da letra. Tudo pode e deve fazer sentido, pelo menos quando dito pelo intérprete. O orador nem sempre faz sentido, mas não será criticado. O intérprete sim, poderá ser criticado (vide tradutore/traditore).

9. Em que situações o intérprete pode/deve interferir no discurso interpretado visando melhorar, amenizar, não constranger o orador frente aos ouvintes?

Nunca. Um tradutor também não pode corrigir o texto original, a não ser que esteja escrevendo o texto junto com o autor (como Margherite Yourcenar, escritora francesa). Um intérprete pode ser chamado para preparar uma apresentação junto com o orador, ou pedir cópia do texto caso este for ser lido.

10. Que critérios são utilizados em situações citadas na questão anterior?

Já respondido.

11. O que você considera como seu objetivo quando interpreta em um evento?

Servir de elemento de ligação entre o orador e o público para que o assunto em pauta seja compreendido como se todos estivessem falando a mesma língua.

12. O que você acha que o seu cliente espera de sua interpretação? E o que você faz para atingir a expectativa de seu cliente?

Que o evento do meu cliente seja um sucesso graças a diversos fatores, entre os quais uma boa interpretação, ou seja, que todos os sotaques, inuendos e recados que os oradores queiram transmitir sejam entendidos. Me esforço fazendo o que já descrevi nos parágrafos anteriores.

13. Ao final de um evento, como pode considerar seu trabalho bem ou mal sucedido?

Muitas vezes os intérpretes são elogiados, outras (em maior numero) ninguém diz nada, o que já é um bom sinal. Quando o trabalho não é bom - o mercado de SP está acostumado a boas interpretações há 36 anos - chovem reclamações, devolvem-se foninhos de tradução e não se chama mais o mau intérprete. Daí algumas carreiras serem muito curtas. Em outras profissões essa cobrança não é tão imediata nem tão drástica.

➤ **Intérprete 3**

1. Qual sua formação de intérprete profissional? Há quanto tempo atua como intérprete de conferência?

Associação Alumni: atuando a 28 anos.

2. Quais as associações de intérpretes profissionais que você tem conhecimento / contato? Você é membro de alguma associação?

APIC – Associação Profissional de Intérpretes de Conferências: membro.

3. Como se dá o processo de preparação do intérprete para um evento? De que forma esse processo muda de um evento para outro?

Preparar glossário sobre o tema, consultando artigos ou livros e conversando com pessoas da área fluentes nas duas línguas.

4. Em sua opinião, quais aspectos que definem se o intérprete está apto para o trabalho?

Ser proficiente nos dois idiomas, ter preparado um glossário, ter calma e “jogo de cintura” para situações de emergência.

5. Como o intérprete define seu orador, ou seja, que considerações o intérprete tem de fazer em relação a seu orador?

São pontos favoráveis – clareza na apresentação e ritmo (não falar muito depressa).

6. O que, em sua opinião, podemos considerar para obter uma interpretação bem ou mal sucedida?

O quanto às idéias, temas do apresentador foram compreendidos pelos ouvintes da tradução.

7. Quais as considerações de um intérprete em relação aos ouvintes em um evento?

Espera-se que não se apeguem às minúcias da tradução. Não se espera elogios – se não houver reclamações sabemos que atingimos nosso objetivo.

8. Como o intérprete age em situações em que ao ouvir o discurso original sabe que esse discurso interpretado não fará o mesmo sentido na língua de chegada, ou não há uma equivalência no que foi dito.

É aqui que entra o “jogo de cintura”: sempre tentamos resolver de alguma forma.

9. Em que situações o intérprete pode/deve interferir no discurso interpretado visando melhorar, amenizar, não constranger o orador frente aos ouvintes?

Só quando for indispensável.

10. Que critérios são utilizados em situações citadas na questão anterior?

Bom senso.

11. O que você considera como seu objetivo quando interpreta em um evento?

Que os ouvintes compreendam perfeitamente o que está sendo dito pelo orador.

12. O que você acha que o seu cliente espera de sua interpretação? E o que você faz para atingir a expectativa de seu cliente?

Espera um trabalho perfeito, sempre pagando o mínimo possível. Tento fazer uma tradução tão boa quanto possível.

13. Ao final de um evento, como pode considerar seu trabalho bem ou mal sucedido?

Sempre sabemos quando o trabalho foi bem ou mal sucedido e, se o nosso desempenho foi bom, saímos satisfeitos. Se foi um mau desempenho (que acontece) pensa-se momentaneamente em abandonar a profissão...

Espero que as respostas tenham ajudado. Boa sorte em seu projeto. Se precisar de mais alguma coisa, estou às ordens.

➤ Intérprete 4

1. Qual sua formação de intérprete profissional? Há quanto tempo atua como intérprete de conferência?

Sou formado em 1993, com o diploma pleno do Curso de Formação de Tradutores e Intérpretes da Associação Alumni. Atuo a 14 anos no mercado de São Paulo. Vale ressaltar que a formação do Intérprete de Conferência não se limita aos cursos específicos de nossa área. Uma sólida base educacional desde o ensino fundamental, cursos de todos os tipos, viagens, leitura diversificada nos idiomas de trabalho etc., desempenham papel fundamental na preparação do intérprete.

2. Quais as associações de intérpretes profissionais que você tem conhecimento/contato? Você é membro de alguma associação?

Associação Profissional de Intérpretes de Conferência, da TAALS – The American Association of Language Specialists: membro.

Pretendo me filiar em breve à Association Internationale des Interprètes de Conférence(AIIC).

3. Como se dá o processo de preparação do intérprete para um evento? De que forma esse processo muda de um evento para outro?

A preparação para um evento pode variar muito dependendo do grau de conhecimento prévio do assunto, da antecedência com que se dá a confirmação do trabalho, da quantidade e qualidade do material recebido do contratante, da disponibilidade de tempo para estudo etc. Nos eventos técnicos, primeiro busco informações básicas sobre o tema, em geral em uma enciclopédia. Antes mesmo de me preocupar com o glossário, prefiro conhecer a essência do assunto para só depois ocupar-me da terminologia técnica. Se possível, é também importante ter informações sobre o(s) orador(es), ter acesso ao currículo resumido, a títulos e/ou trabalhos publicados, ler/assistir suas entrevistas anteriores etc.

4. Em sua opinião, quais aspectos que definem se o intérprete está apto para o trabalho?

O intérprete está apto para o trabalho se tem domínio dos idiomas com os quais vai trabalhar se tem conhecimento e/ou experiência prévia sobre o tema do evento, estudou a terminologia específica, foi treinado e habilitado nas diferentes modalidades de interpretação, teve uma boa noite de sono, dispõe de cabine e equipamentos de som em perfeitas condições de uso etc.

5. Como o intérprete define seu orador, ou seja, que considerações o intérprete tem de fazer em relação a seu orador?

O intérprete espera que o orador fale bem e pausadamente, administre seu tempo sabiamente para não “correr” nos últimos 5 minutos de sua palestra, tenha uma pronúncia minimamente compreensível etc. Infelizmente, na maioria das vezes esses anseios não são atendidos.

6. O que, em sua opinião, podemos considerar para obter uma interpretação bem ou mal sucedida?

A interpretação de conferência será bem-sucedida sempre que ocorrer a comunicação de maneira plena e isenta de interferências e/ou ruídos de qualquer espécie. Em outras palavras, quando o discurso original for transposto para o idioma de destino em sua integridade.

7. Quais as considerações de um intérprete em relação aos ouvintes em um evento?

É muito importante saber a composição do público ouvinte para que sejam feitos ajustes necessários de registro, uso de terminologia técnica específica etc. Há eventos em que o uso de, por exemplo, gíria é inaceitável. Em outros, é necessário usarmos uma linguagem bem mais informal.

8. Como o intérprete age em situações em que ao ouvir o discurso original sabe que esse discurso interpretado não fará o mesmo sentido na língua de chegada, ou não há uma equivalência no que foi dito.

Há a necessidade de se adaptar da melhor maneira possível. Tudo isso em uma questão de 2 a 3 segundos.

9. Em que situações o intérprete pode/deve interferir no discurso interpretado visando melhorar, amenizar, não constranger o orador frente aos ouvintes?

Somente nos casos em que o intérprete tem certeza de que está sendo quebrado algum código cultural que seja desconhecido pelo orador.

10. Que critérios são utilizados em situações citadas na questão anterior?

Bom senso e presença de espírito. Na cabine não há tempo para fórmulas previamente concebidas. O intérprete de conferência tem de ser um mestre na arte do improviso.

11. O que você considera como seu objetivo quando interpreta em um evento?

Fazer com a barreira lingüística não seja um empecilho para a comunicação plena entre orador(es) e platéia.

12. O que você acha que o seu cliente espera de sua interpretação? E o que você faz para atingir a expectativa de seu cliente?

Dependendo do evento há clientes que nem tem tempo para se preocupar com a interpretação. Contratam intérpretes experientes porque sabem que não terão que se preocupar com esse serviço. Em outros casos, os clientes acompanham o trabalho de perto e esperam que a comunicação aconteça sem intercorrências. Para que os dois tipos de cliente fiquem satisfeitos, procuro desempenhar minha atividade com responsabilidade e profissionalismo, ou seja, seguindo os preceitos descritos nas respostas acima.

13. Ao final de um evento, como pode considerar seu trabalho bem ou mal sucedido?

Estarei satisfeito se conseguir atingir o objetivo descrito na questão 11.

➤ Intérprete 5

1. Qual sua formação de intérprete profissional? Há quanto tempo atua como intérprete de conferência?

Não tenho formação específica como intérprete. Atuo nesta área desde julho de 1988, quando participei do primeiro evento em Brasília (12º Congresso Mundial de Primatologia).

2. Quais as associações de intérpretes profissionais que você tem conhecimento / contato? Você é membro de alguma associação?

Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes (ABTI)

Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC).

Association Internationale d'Interprètes de Conférence (AIIC).

Associação de Intérpretes do Brasil (AIB): membro e atualmente presidente.

3. Como se dá o processo de preparação do intérprete para um evento? De que forma esse processo muda de um evento para outro?

A preparação para um evento, do ponto de vista do intérprete, dependerá de vários fatores e consistirá em pelo menos duas fases: ANTES DO DIA DO EVENTO: a) disponibilização, pelo contratante, de material específico daquele evento (coisa rara); b) disponibilização, pelo contratante, de referências gerais sobre o tema para eventual consulta pelo intérprete (quando não há material específico disponível); c) busca geral por parte do intérprete, na Internet, de textos correlatos (quando não fornecidos pelo contratante); d) busca na Internet por glossários específicos ou correlatos. De posse desse material, o intérprete em geral parte para o levantamento de um glossário próprio, resultante de sua própria pesquisa, utilizando os recursos previamente mencionados. NO DIA OU DURANTE O EVENTO: a) obtenção de material impresso específico junto aos próprios palestrantes – esta tarefa pode ser executada pelo coordenador de intérpretes, se houver; b) consulta aos slides das apresentações na central de apoio áudio-visual (quando houver tempo para isso) – esta tarefa deve ser realizada pelo próprio intérprete.

Dado o número de variáveis envolvidas, e dada natureza dinâmica da organização dos diferentes eventos, esses processos de preparação podem variar desde, por exemplo, uma comunicação prévia direta entre o intérprete e o(s) palestrante(s), por e-mail, em que o(s) palestrante(s) pode(m) enviar seus materiais (slides, textos etc.) diretamente ao intérprete – isso é algo que ocorre raramente, mas pode ser necessário e até autorizado pelos organizadores da conferência.

Conversar informalmente com o palestrante antes da conferência é às vezes útil para a preparação psicológica do intérprete, já que é uma oportunidade do intérprete "sentir" o sotaque, clareza ou não do raciocínio, vícios de linguagem, tendência a contar muitas piadas etc. É preciso lembrar também que, embora tecnicamente bem preparados, nem todos os palestrantes são bons oradores e muitos palestrantes têm sérias dificuldades

de comunicação e expressão, sem mencionar os palestrantes não-nativos do idioma da conferência.

4. Em sua opinião, quais aspectos que definem se o intérprete está apto para o trabalho?

O fato de estar em um nível lingüístico e terminológico (mediante o trabalho de preparação prévia) que permita ao intérprete sentir-se à vontade. Com a seqüência de eventos (experiência), o nível de autoconfiança permite ao intérprete considerar-se apto àquele trabalho. Há, naturalmente, um gradiente de níveis de aptidão. Pode ocorrer de que o intérprete se considere apto, mas não estar no nível de aptidão exigido pelo cliente final (aquele que ouve e avalia o resultado da interpretação – ele sim é o especialista no tema da conferência).

5. Como o intérprete define seu orador, ou seja, que considerações o intérprete tem de fazer em relação a seu orador?

Entender que o orador e ele/ela (intérprete) devem formar uma equipe, em dois corpos, mas em uma só mente. Entender o orador como um parceiro naquela comunicação, que pode ser essencial, muitas vezes, para salvar vidas ou construir obras que ficarão para a eternidade. Entender-se como um veículo ou instrumento a serviço da comunicação e no momento da interpretação, portanto, a serviço do orador e do público ouvinte.

6. O que, em sua opinião, podemos considerar para obter uma interpretação bem ou mal sucedida?

Uma interpretação será bem ou mal sucedida, dependendo do "nível de ruído" existente no canal de comunicação entre o intérprete e o ouvinte. Esse "nível de ruído" dependerá de vários fatores: nitidez e lógica do discurso original, o que envolve aspectos técnicos (inclusive da qualidade do som que chega à cabine), do nível de aptidão e de preparação do intérprete. (Aqui não se fala em dificuldade do tema em questão, já que admitimos que o intérprete deva ter algum nível de aptidão e preparação).

7. Quais as considerações de um intérprete em relação aos ouvintes em um evento?

Muitos intérpretes, na cabine, têm em mente que os ouvintes são algozes empunhando um machado cortante que, à menor hesitação ou equívoco na interpretação, será acionado para degolá-lo... A experiência tem demonstrado que os intérpretes que mantêm esse nível de estresse são os que mais sofrem (geralmente no começo da carreira). Os ouvintes em um evento devem ser considerados pelo intérprete como pessoas que têm uma deficiência lingüística e precisam de ajuda e que o intérprete não está na cabine para "demonstrar que é capaz de ser intérprete". Resumindo, o intérprete deve encarar o ouvinte como alguém que precisa ser "servido" com uma comunicação da melhor qualidade possível.

8. Como o intérprete age em situações em que ao ouvir o discurso original sabe que esse discurso interpretado não fará o mesmo sentido na língua de chegada, ou não há uma equivalência no que foi dito.

A idéia da interpretação é "repassar" idéias e conceitos (nem sempre necessariamente com as mesmas palavras). Se uma idéia ou conceito não tem uma equivalência na língua-meta, cabe ao intérprete usar de criatividade para produzir uma idéia equivalente que repasse a intenção do orador.

9. Em que situações o intérprete pode/deve interferir no discurso interpretado visando melhorar, amenizar, não constranger o orador frente aos ouvintes?

Deve interferir sempre que essa possibilidade for percebida. Dependendo do grau de concentração do intérprete ele pode nem se dar conta que está dizendo algo que poderá constranger o orador diante dos ouvintes.

10. Que critérios são utilizados em situações citadas na questão anterior?

Sempre o bom senso. No momento da interpretação, orador e intérprete devem ser apenas um – caso contrário o discurso torna-se artificial, desinteressante, sem emoção.

11. O que você considera como seu objetivo quando interpreta em um evento?

Ajudar as pessoas a se entenderem (servir como canal de comunicação a essa causa tão nobre).

12. O que você acha que o seu cliente espera de sua interpretação? E o que você faz para atingir a expectativa de seu cliente?

O cliente (estou entendendo aqui a palavra cliente como sendo aquele que contrata ou paga diretamente pelo serviço dos intérpretes) não tem apenas a interpretação como fonte de preocupação em um evento. Ao contrário, ele provavelmente está preocupado com uma miríade de coisas e detalhes organizacionais. Da mesma forma como ele espera que as recepcionistas, que o pessoal do som, que os garçons, iluminadores etc. façam seu trabalho de forma profissional, ele espera também que a interpretação ocorra de forma profissional. Para atingir esse nível de expectativa do cliente é necessário não apenas demonstrar tranqüilidade, segurança e competência junto ao cliente no momento do evento (o cliente geralmente está uma pilha de nervos nesse momento), mas principalmente, e mais importante, EXECUTAR a tarefa de interpretar da forma mais profissional, segura e tranqüila.

13. Ao final de um evento, como pode considerar seu trabalho bem ou mal sucedido?

Se eu tiver que avaliar a qualidade da minha própria interpretação, ao final de um evento, eu posso incorrer nos erros da carência ou do excesso. Ou seja, se for muito rigoroso comigo mesmo, considerarei que o meu trabalho poderia ter sido melhor. Se

for muito condescendente comigo mesmo, acharei que terá sempre sido excelente. Nenhuma dessas duas abordagens é justa.

O principal, cliente do intérprete é quem está usando os fones de ouvido. A melhor fonte de referência da qualidade da interpretação, sem dúvida, são os ouvintes da interpretação. Uma forma de saber se você (intérprete) atingiu as expectativas de um bom trabalho de comunicação é consultando alguém que tenha ouvido a interpretação (de preferência sem revelar a sua condição de intérprete), ou ainda, os fornecedores dos rádios de tradução simultânea poderiam distribuir, junto com os rádios, uma folhinha simples, por exemplo, com três opções: excelente – boa - ruim, de fácil preenchimento, que o usuário, ao devolver o rádio, de forma anônima, respondesse em relação à sua impressão sobre a qualidade da interpretação daquela sessão.

A auto-avaliação, neste caso, seria altamente prejudicial e em nada ajudaria no esforço do intérprete em empreender esforços voltados para a sua melhoria contínua, ou seja, realimentar sua constante busca por aperfeiçoamento profissional.

➤ **Intérprete 6**

1. Qual sua formação de intérprete profissional? Há quanto tempo atua como intérprete de conferência?

*Curso Universitário completo com formação em Letras Português e Inglês, interpretação inglês-português-inglês na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) e aperfeiçoamento com o prof. David Coles.
Atuo como intérprete há 13 anos.*

2. Quais as associações de intérpretes profissionais que você tem conhecimento / contato? Você é membro de alguma associação?

*Associação Profissional de Intérpretes de Conferência (APIC).
Associação Profissional dos Tradutores Públicos e Intérpretes de Comerciais do Estado de São Paulo (ATPIESP).*

3. Você tem conhecimento de algum código de ética de intérpretes de conferência? O que pensa à respeito?

Sim. Concordo plenamente com o código de ética.

4. As condições de trabalho são definidas primordialmente pelo intérprete ou cliente?

Elas são combinadas entre ambos.

5. Em sua opinião, quais aspectos que definem se o intérprete está apto para o trabalho?

Se ele freqüentou algum curso para intérprete, se tem muitas horas de cabine, bom domínio do par de línguas, se está atualizado quanto aos glossários, dicionários, e está preparado para atuar como intérprete no assunto em questão.

6. Como você se prepara para um evento?

Peço um prazo razoável (mínimo cinco dias) para pesquisar sobre o assunto. Estudo o vocabulário especial consultando glossários, colegas mais experientes, dicionário. Pesquiso o assunto na Internet, procuro me inteirar do trabalho do conferencista, pesquiso revistas especializadas e procuro conversar com o palestrante (pelo menos uma hora antes do evento) para sentir sua pronúncia e velocidade da fala, a fim de sanar eventuais dúvidas quanto ao assunto a ser abordado. Isto sem mencionar os jornais, revistas e livros que habitualmente leio, para adquirir maior bagagem cultural e de vocabulário.

7. O que, em sua opinião, podemos considerar para obter uma interpretação bem ou mal sucedida?

Quando o palestrante é colaborador, isto é, fala na velocidade combinada, ajuda o intérprete antes da palestra. O intérprete sente-se à vontade na cabine, consegue passar a mensagem claramente para quem o ouve e tem o perfeito domínio do vocabulário referente ao assunto da palestra.

8. O que o intérprete deve considerar em relação à platéia em um evento?

Deve considerar que a platéia tem três tipos de ouvintes: os bilíngües autênticos, os falsos bilíngües e os que não conhecem a língua em que a palestra é feita. Deve ter uma voz pausada, agradável, e não se preocupar em traduzir o discurso palavra por palavra, mas sim, transmitir o conteúdo por meio de frases completas e que tenham sentido. Os que mais atrapalha na palestra são os falsos bilíngües: pensam que dominam a língua estrangeira e apontam defeitos que não existem, apenas para exibirem um conhecimento que, na verdade, não possuem.

9. O que você considera como seu objetivo quando interpreta em um evento?

Ser clara, e ater-me ao sentido do que é dito.

10. O que você acha que o seu cliente espera de sua interpretação? E o que você faz para atingir a expectativa de seu cliente?

O cliente espera de mim segurança no que faço, conhecimento do que estou transmitindo e frases claras e completas, além de uma voz pelo menos não irritante.

11. Ao final de um evento, como pode considerar seu trabalho bem ou mal sucedido?

Se os ouvintes entenderam perfeitamente o que foi dito, se gostaram da minha atuação, se eu me sinto calma e confiante quanto ao que fiz, considero o trabalho bom.